

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Número 9
Brasília - 2019



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito**

EXPEDIENTE

Diretor da Revista: Pe. José Carlos Brandi Aleixo

Revisor: Tarcízio Dinoá Medeiros

Capa: Oswaldo Sergio (Dinho)

DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Presidente: Ronaldo Poletti

1º Vice-Presidente: William Almeida de Carvalho

2ª Vice-Presidente: Mercedes Gassen Kothe

Secretário-Geral: Tarcízio Dinoá Medeiros

1º Secretário: Osmar Alves de Melo

2º Secretário: Napoleão Valadares

1º Tesoureiro: Eugênio Giovenardi

2º Tesoureiro: Alberto Martins da Silva

1ª Diretora de Biblioteca: Cleusa Neves da Silva Lopes

2º Diretor de Biblioteca: José Theodoro Mascarenhas
Menck

Diretor de Publicações: Pe. José Carlos Brandi Aleixo

Orador Oficial: Fagundes de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Lincoln Magalhães da Rocha

Lélio Viana Lôbo

Victor Alegria

Suplentes:

Amador de Arimathéa

João Carlos Taveira

Maria de Souza Duarte

CONSELHO CONSULTIVO

Adirson Vasconcelos, Innocência Viégas, José Carlos Gentili, Napoleão Valadares, Paulo Castelo Branco, Rodrigo Rollemberg e Ronaldo Costa Couto.

COMISSÃO DE ÉTICA E DE ADMISSÃO

Anderson Batista de Melo, Hugo Studart, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Innocência Viégas, José Carlos Gentili, José Theodoro Mascarenhas Menck e Napoleão Valadares.

COMISSÃO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Albene Miriam Menezes Klemi, Aldo Paviani, Anderson Batista de Melo, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Cristina Maria Costa Leite, Sebastião Fontenele França e Mercedes Gassen Kothe.

COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

José Theodoro Mascarenhas Menck, Lincoln Magalhães da Rocha, Paulo Castelo Branco e Wílon Wander Lopes.

DEPARTAMENTO DE OBRAS

Carlos Euler Currilin Perpétuo.

EQUIPE EDUCACIONAL

Denise Coelho Silva Rabello, Ivana Caldeira de Oliveira, Luiz Gustavo Leonel dos Reis, Otávio Alves de Oliveira e Telma de Fátima Ferrão de Lima.

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO**
Ronaldo Poletti
- 9 O ENTORNO E SUA INTEGRAÇÃO COM O DISTRITO FEDERAL**
Adalberto Lassance
- 29 OS 60 ANOS DE BRASÍLIA, EM 2020**
Adirson Vasconcelos
- 35 DOUTOR ANTÔNIO AMERICANO DO BRASIL (1892-1932)**
Alberto Martins da Silva
- 43 NÓTULAS FILOSOFANTES**
Anderson Braga Horta
- 53 TROPEIROS, TROPAS & BOIADAS**
Danilo Gomes
- 59 UM PARAÍSO A PRESERVAR**
Eugênio Giovenardi
- 81 O SONO DA BIBLIOTECA**
Innocêncio Viégas
- 85 UM HOMEM E SEUS POEMAS: EM TRADUÇÃO PRIMOROSA**
João Carlos Taveira
- 91 DISCURSO DA RECEPÇÃO AO PROFESSOR MOACI ALVES
CARNEIRO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO DISTRITO FEDERAL**
Pe. José Carlos Brandi Aleixo
- 105 FAZENDA CACHOEIRAS DA BOA VISTA**
José Carlos Gentili
- 115 A LEITURA COMO AUTORRESGATE DA PRÓPRIA EXISTÊNCIA
EXISTÊNCIA**
Luiz Serra

- 123 ESTUDO TENTATIVO DE PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA
DA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM DIACRÔNICO-
CONCEITUAL-EVOLUTIVA**
Moaci Alves Carneiro
- 141 DOS FILHOS**
Napoleão Valadares
- 147 Ô, SEU CORONEL!**
Paulo Castelo Branco
- 151 HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DO BRASIL**
Paulo Roberto de Almeida
- 179 ANHANGUERA, LUIZ CRULS, RONDON E PRESTES
PELAS CALÇADAS DE BRASÍLIA**
Pedro Jorge de Castro
- 183 AFONSO HELIODORO: EXEMPLO E DESAFIO**
Ronaldo Costa Couto
- 191 ROMA E BRASÍLIA**
Ronaldo Poletti
- 199 TRAGÉDIA NA FLORESTA AMAZÔNICA**
Tarcízio Dinoá Medeiros
- 215 O DUQUE DE CAXIAS MAÇÔNICO**
William Almeida de Carvalho
- 233 UM ARTIGO HISTÓRICO – CASSADOS SEM CULPA**
Wílon Wander Lopes

APRESENTAÇÃO

Como em anos anteriores, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal publica sua Revista, agora Número 9, com matérias escritas por 21 dos seus acadêmicos.

A participação dos acadêmicos nesta publicação, como nos anos anteriores, foi voluntária, e os assuntos desenvolvidos foram de livre escolha de cada colaborador.

Deste modo, o leitor poderá deleitar-se com a variedade de assuntos de fundo histórico, de natureza técnica, de reminiscência, de pura literatura – todos, pode ser dito, de excelente padrão.

Como nos anos anteriores, foi permitida, quando necessária, a inclusão de ilustrações.

É de se ressaltar que muitos acadêmicos enviam exemplares da Revista para amigos que residem fora de Brasília e não conhecem as instalações desta primeira Casa de Cultura do Distrito Federal e, por isto, foram incluídas, nas páginas que estariam em branco, fotos deste Instituto, tanto da parte externa como de partes internas.

Igualmente estão reproduzidas algumas fotos do nosso Patrono Juscelino Kubitschek de Oliveira, constantes de painéis afixados em nossa sede. É homenagem, sempre renovada por merecimento, àquele grande Presidente da República, fundador de Brasília.

Como aproveitamento de páginas de número par em branco, também foram incluídas fotografias dos presidentes deste Instituto, com indicação do período da gestão de cada um, visando a que os acadêmicos empossados nos últimos anos os conheçam.

Para conhecimento dos leitores não integrantes do nosso sodalício quero deixar aqui registrado que este Instituto Histórico e Geográfico tem mantido, há anos, convênio com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, para fins de cooperação mútua com vistas a:

a) atender os estudantes da Rede Pública de Ensino, visando a promover o estudo e a divulgação da História e da Geografia do Distrito Federal, bem como das ciências e dos componentes curriculares afins;

b) pesquisar, registrar e difundir a História e a Geografia do Distrito Federal;

c) aprimorar técnicas diversas, por meio da troca de saberes de tecnologias alternativas, visando à prática de preservação do acervo museológico, bem como ao estudo da Educação Patrimonial e ao incentivo do conhecimento da História e da Geografia do Distrito Federal.

Só para se ter uma ideia da abrangência e da aceitabilidade deste programa: no exercício letivo de 2018, frequentaram aulas neste Instituto 5.544 alunos das escolas públicas, agrupados em 370 turmas, com 372 professores acompanhantes.

Acrescento, ainda que, pelo mesmo acordo, 37 professores fizeram curso de aperfeiçoamento em História e Geografia do Distrito Federal.

Para finalizar: reúne-se, mensalmente, na biblioteca, o Clube de Leitura Júlia Kubitschek, composto por cerca de vinte senhoras que comentam, uma a cada vez, seu último livro lido.

Os números acima justificam e gratificam nossa atividade.

Ronaldo Poletti
Presidente

sem qualquer justificativa plausível. Entra governo e sai governo e pouca coisa é feita.

O Distrito Federal sofre a pressão dos municípios do Entorno, principalmente nas áreas de saúde, transporte de massa e de emprego e renda. Os municípios, por sua vez, salvo algumas exceções, estão à mercê da pouca atenção que recebem de seus respectivos Estados.

E com isso sobrecarregam a estrutura do DF, não só pela sua proximidade territorial como, também, pelas suas melhores condições socioeconômicas, embora, pelo excesso de demanda, o atendimento se torne muitas vezes precário e ruim para ambas as partes.

1. O ENTORNO E SUA INTEGRAÇÃO COM O DISTRITO FEDERAL²

² Este documento foi escrito, originalmente, em 2 de fevereiro de 1989, já tendo, portanto, completado seus trinta anos de existência. Ele foi entregue pelo autor ao então Secretário de Governo, como colaboração ao penúltimo Governador do Distrito Federal nomeado pelo Presidente da República. Este texto, assim, antecipou-se em nove anos à promulgação da Lei Complementar nº 94, de 19/02/1989, que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal – RIDE, o que ensejou legalmente, a partir daí, as condições para a implantação dessa importante Região. Entretanto, passados vinte e um anos da Lei que a criou, a RIDE não saiu do papel. Assim, por motivos ignorados isso ainda é uma realidade presente. Uns contra, outros a favor, as discussões continuaram e continuam até hoje, porém, pouco foi realizado concretamente. Quem sabe, as reminiscências contidas neste texto, não seriam úteis na argumentação em favor da efetiva implementação da antiga Região Geoeconômica de Brasília, agora denominada RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal?

Ao longo dos anos, apesar de cidade planejada, Brasília teve várias de suas funções irremediavelmente distorcidas e hoje, entre projeto e implantação, sonho e realidade, a distância talvez seja demasiadamente grande para trazer de volta cada um dos elementos perdidos de sua fisionomia original.

Afinal, fatos irreversíveis ocorreram e não há mais como ignorá-los.

Não bastassem as cidades satélites diferentes de Brasília – Capital do Brasil – por questões socioeconômicas e outras, o problema migratório e o mercado fácil da especulação imobiliária, provocaram a disseminação desordenada de loteamentos também na periferia do Distrito federal.

A conurbação no eixo Brasília/Luziânia, com todas as suas graves consequências, tornou-se praticamente incontrolável, e as *idades-dormitórios*, fora do Distrito Federal, tornaram-se, na prática, também *satélites* de Brasília, porém em território goiano.

Disso decorre violenta pressão sobre os equipamentos urbanos e comunitários do Distrito Federal, particularmente nas áreas de saúde, transportes e segurança pública, o que se tem constituído num pesadíssimo ônus para o governo local, como se já não fossem suficientes os problemas com os seus próprios habitantes oriundos de outras regiões do País.

Brasília, como Capital da República e metrópole é, e continuará a ser, sempre, um chamariz poderoso para os habitantes de outras regiões, em particular nas camadas mais pobres da população.

Mas, até quando Brasília continuará recebendo-os e até quando poderá proporcionar-lhes, ainda que mesmo precariamente, condições de moradia, trabalho e outras?

A cada emprego oferecido, a cada lote, casa ou apartamento entregue, a cada melhoria concedida a uma única família, muitas outras virão em busca dos mesmos benefícios, na perspectiva de um ilusório Eldorado, tão diferente da realidade, mas, permanecerão por aqui, sem casa própria e sem trabalho, sem meios dignos de sobrevivência, porém na esperança – e fazendo pressão sobre o governo local – para que seus problemas sejam solucionados.

Se este não é um problema restrito a Brasília, pois o mesmo também ocorre nas principais cidades brasileiras e particularmente nas Capitais, existem aqui alguns aspectos que devem ser considerados e que proporcionariam condições mais favoráveis para resolver esse problema até hoje insolúvel

Brasília foi e ainda é o mais notável e definitivo fator de integração nacional, serve de polo desenvolvimentista para todo o território brasileiro (particularmente para Centro-Oeste, Norte e Nordeste), mas, de forma curiosa e até inusitada, não trouxe à sua Região do Entorno o rápido desenvolvimento ambicionado.

Por razões que não competem ser analisadas nesta publicação, o progresso dessas regiões, principalmente dos municípios circunvizinhos ao Distrito Federal, sofreu e continua sofrendo um atraso inexplicável durante todos esses anos.

Por se acharem muito próximos de Brasília e distantes de suas capitais (Goiânia e Belo Horizonte), nem recebem benefícios mais diretos de Brasília – por não pertencerem ao Distrito Federal – como também não recebem maior

atenção, salvo honrosas exceções, dos governos de Goiás e Minas Gerais.

Durante anos, muito se falou, muito se debateu, muito se escreveu, muito se gastou no tema Região Geoeconômica de Brasília e Entorno. Entretanto, ficou quase tudo apenas como um “tema” permanentemente em debate, porém, sem soluções práticas e conclusivas.

Para um estudioso desse problema, entretanto, uma explicação para a ausência de ações efetivas está contida em um fator principal: a falta de vontade política, embora isto possa parecer muito simplista.

Só que esta vontade política tem que ser exercida harmonicamente por várias autoridades, entre elas o Presidente da República, os Ministros de Estado, os Governadores do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, de Prefeitos dos municípios do Entorno e até mesmo do Poder Legislativo em geral.

Esta publicação tem a pretensão de oferecer alguns subsídios, de caráter prático e objetivo, e de sugerir algumas alternativas de trabalho que, de tão óbvias, já podiam até mesmo ter sido propostas anteriormente.

2. A REVERSÃO DO POLO BRASÍLIA: DE CENTRALIZADOR A INDUTOR DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO

Uma vez conhecidos com profundidade os problemas reais e as vocações potenciais ou latentes dos municípios da Região Geoeconômica de Brasília, (também conhecida como Região do Entorno), mais fácil se tornará a ação decorrente de um planejamento bem formulado, sem empirismo, porquanto ele será fruto do pleno conhecimento de seus territórios, seja nos seus aspectos físicos, econômicos ou sociais.

Em todo esse processo, a necessidade e o objetivo de inverter o fluxo migratório torna-se, talvez, a meta de maior significado social e econômico, não só para Brasília e o Distrito Federal, como também para os municípios do Entorno.

Todos os dados disponíveis indicam que a maioria dos seus habitantes é oriunda da zona rural e, portanto, com tradição e vocação nitidamente ruralista. Na grande cidade não conseguem, em sua maioria, alcançar seus meios de melhoria de vida. Por isso, tornam-se frustrados e a miséria em que vivem é um elo sutil pronto a se quebrar, lançando-os muitas vezes no rumo da pobreza maior e/ou da marginalidade.

É óbvio que a tipicidade da estrutura institucional e social da Capital da República, conjuntamente com a do Distrito Federal, impede o desenvolvimento de atividades que propiciem a absorção de grandes contingentes dessa mão de obra, aumentando ainda mais os problemas de desemprego, moradia e outros.

Também é fator impeditivo da disseminação dessas atividades, a pequena dimensão territorial do Distrito Federal, correspondente a apenas 5.789,16 km², o que representa só 26% da área de Sergipe, o menor Estado brasileiro, e 0,006% do território nacional.

A política industrial no DF, acertadamente, contribui para a instalação de estabelecimentos de tecnologia sofisticada e/ou não poluentes, mas, por isso mesmo, com pouca absorção de mão de obra. As atividades comerciais e de prestação de serviços têm suas limitações, e a sua expansão não é suficiente para absorver o grande contingente de desempregados do próprio Distrito Federal, quanto mais dos que vierem de fora.

A agricultura tornou-se tecnologicamente mais evoluída, absorve menos mão de obra, e a pecuária, com restrições em seu crescimento pela própria limitação da quantidade e do tamanho das propriedades rurais e pela pequena extensão territorial do Distrito Federal, também tem o mesmo problema.

Assim, é evidente que a solução não está dentro, mas fora do território do DF. Um governo que faz a sua opção pelo social não tem, obviamente, nenhuma intenção de coibir qualquer cidadão de Brasília, do Distrito Federal ou do Entorno, do seu direito moral e constitucional de “ir e vir”, nem de se omitir na geração de emprego, principalmente para os mais carentes.

Mas, em contrapartida, também não pode se omitir na tomada de iniciativas e de decisões que possam solucionar um problema de tal envergadura. Afinal, os problemas da Região do Entorno não são divergentes, mas convergentes. O interesse desenvolvimentista é mútuo, por isso ambos os lados, municípios e DF, devem se unir, ligados por esse interesse comum.

Sendo Brasília e o Distrito Federal grandes consumidores e se o DF possui toda uma infraestrutura adequada de armazenamento, distribuição, transporte rodoviário, ferroviário e aeroviário, importação e exportação organizadas de produtos e serviços, se geograficamente está localizado em ponto estratégico com ligações equidistantes especialmente para todo o País e com um sistema de telecomunicações privilegiado, por que não utilizá-los plenamente?

Mas, por que não deixar para os municípios integrantes da Região Geoeconômica, as tarefas maiores de desenvolvimento dos sistemas produtivos (agropecuária e agroindústria) em larga escala e passíveis de absorver as

grandes glebas e os contingentes de mão-de-obra com tradição local e vocação para esses objetivos?

A importação dessa mão-de-obra sem especialização para atividades urbanas dentro do Distrito Federal terá melhores possibilidades de emprego na região do entorno, desde que se propiciem condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Assim, de maneira efetiva, esses municípios também funcionarão como barreiras migratórias naturais para o Distrito Federal, uma vez que absorvendo essa mão-de-obra com vantagens para ambos os lados, emprego e renda garantidos, os benefícios serão múltiplos e irão tráfegar em mão dupla.

Torna-se evidente, com o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico do Entorno, que as atividades industriais já existentes no Distrito Federal e aquelas de tecnologia de ponta, bem como as indústrias não poluentes e com absorção de pequeno contingente de mão-de-obra que vierem a se instalar no DF, também serão beneficiadas com a existência da Região do Entorno. Afinal, o crescimento substancial que advirá de um mercado regional tão próximo ao Distrito Federal, com facilidades de intercâmbio e integração entre áreas as mais diversas, somente poderá trazer benefícios para todos.

Para os municípios do Entorno, o Distrito Federal se caracteriza como grande consumidor, mercê de sua grande população, como também ostenta os maiores indicadores de infraestrutura urbana e social, cabendo a Brasília, índices do primeiro mundo. (Fonte: CODEPLAN).

Além disso, a sua posição geográfica, centralizada em relação ao restante do País, favorece o encurtamento das distâncias, o que gera maior rapidez e economia na circulação de mercadorias, produtos manufaturados e insumos.

O fluxo dessas atividades incrementará muito positivamente as atividades terciárias no Distrito Federal e serão beneficiados os vários segmentos de prestação de serviços, tais como: promoção de vendas, exportação e importação, publicidade, transportes, armazenamento, embalagens e outros, especialmente em decorrência da proximidade geográfica dos municípios do Entorno e das vias rodoviárias e ferroviárias existentes, que deverão sofrer melhorias significativas com a implantação da Região Geoeconômica de Brasília.

Obviamente, tudo isso representará para o DF menos desemprego e melhores oportunidades para a mão-de-obra mais qualificada e que é oriunda, em sua maioria, do próprio crescimento do Distrito Federal.

Representará também maior circulação de riquezas, propiciando substancial incremento na arrecadação de impostos e, conseqüentemente, maiores benefícios para a população do Distrito Federal.

Para os municípios do Entorno, a perspectiva não é menos promissora. Até hoje eles têm permanecido em estado latente, mas estão em condições e carentes desse impulso de trabalho e progresso. As suas condições de pobreza, de atraso e de subdesenvolvimento podem acabar dentro de poucos anos e transformá-los em municípios prósperos, perfeitamente integrados em um contexto não só geográfico – como municípios do Entorno do Distrito Federal – mas, principalmente, participativos e pujantes no processo de desenvolvimento de uma região que tem tudo para ser rica e progressista.

É evidente que essa transformação não é fácil de ser operacionalizada em curto prazo. E como envolve mais de um Estado e vários Municípios, com problemas que exigem resultados diferenciados e com opções políticas locais

muitas vezes antagônicas, as soluções tendem, ainda, a ser mais complexas. Entretanto, todas as partes envolvidas têm como ponto comum a consciência de que o enfrentamento dos problemas não pode continuar a ser protelado. E que o diálogo, acima de tudo, precisa ser estabelecido com sabedoria e equilíbrio.

A formulação e a implementação de um mecanismo institucional que possa resolver os problemas a nível regional, acima de interesses meramente casuísticos, meramente ocasionais, seria o primeiro passo a ser dado e o mais importante.

Com isto poderiam ser compatibilizadas mais facilmente as propostas setoriais com os objetivos regionais, tendo, finalmente, ações consensuais mais rápidas e eficazes.

Outra vantagem seria a distribuição mais equânime de verbas, independentemente do tamanho ou do “cacife” político dos municípios, pois o fator preponderante seria a prioridade e os reflexos de cada projeto no contexto regional.

3. O CONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Acertadamente, julga-se que empreendimento algum do porte da Região Geoeconômica de Brasília pode ser desenvolvido sem planejamento. E como desenvolver um planejamento eficiente e eficaz, sem o conhecimento físico desse grande território? E como conhecer esse território sem uma documentação cartográfica adequada, atualizada e confiável, que possa fornecer informações essenciais para o planejamento integrado da região?

Embora a CODEPLAN tenha desenvolvido o “*Estudo das Potencialidades dos Municípios da Região Geoeconômica de Brasília*” a partir de 1980 até 1985, quando foram

publicados de forma sistemática os primeiros mapas da região em escala média (1:25.000), o caráter preliminar desse Estudo, em função das verbas disponíveis, destinou-se, inicialmente, apenas a um reconhecimento genérico dos municípios, objetivando posteriormente um estudo mais profundo e específico dos problemas e das alternativas de desenvolvimento regional. Infelizmente, pela falta de recursos, esse trabalho foi paralisado.

Durante todos esses anos os trabalhos não tiveram continuidade, apesar do processo de ocupação da Região do Entorno ter prosseguido de forma acelerada.

As iniciativas de controle e planejamento dessa região continuaram a ser debatidas, porém medidas concretas e definitivas não foram tomadas.

A ocupação do território no Entorno do Distrito Federal prosseguiu em sua expansão, a área ocupada aumentou e se perdeu, cada vez mais, o acompanhamento dessa realidade. É essa realidade que justifica, com argumentos por si só extremamente fortes, a necessidade inadiável do pleno conhecimento desse território.

Se não for assim, como exercer o planejamento e o controle das ações para o pleno desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília?

Evidentemente, não existe instrumento mais propício que o mapeamento cartográfico dessa região, a ser atualizado de forma permanente. Bem verdade, sabe-se do seu custo elevado, razão pela qual se propõe a sua execução na escala de 1:25.000 ($1cm=250,00m$), tendo em vista a existência de mapeamento do DF e adjacências nessa mesma escala, e que poderá ser fácil e tecnicamente interligado ao mapeamento a ser executado. Com isso, inclusive, se poderá ter uma visão da evolução dessa Região após 1980/1985, data do mapeamento existente. Portanto,

é recomendável, em primeiro lugar, a elaboração de projeto específico para atualização do mapeamento do DF e da Região do Entorno nessa mesma escala, levando-se em conta a sua plena adequação à obtenção dos dados em seguida descritos, fundamentais ao desenvolvimento do Projeto da Região Geoeconômica de Brasília.

4. PROJETO PARA O MAPEAMENTO DO ENTORNO³

Termo de referência contendo as especificações para a execução de mapeamento, na escala sugerida de 1:25.000 (ou outra que venha a ser especificada) onde sejam detalhados os seguintes passos:

Elaboração de originais monocromáticos, planialtimétricos, em bases dimensionalmente estáveis, com curvas de nível equidistantes de 10,00m, possibilitando a reprodução de cópias xerográficas e heliográficas;

- ✓ Apoios terrestres, básico e suplementar para o mapeamento cartográfico;
- ✓ Custos;
- ✓ Cronograma físico-financeiro.

Justifica-se mais uma vez o uso da escala sugerida de 1:25.000, devido ao custo-benefício mais favorável, em função da existência de 43 folhas de mapeamento do DF na escala de 1:25.000, possibilitando assim, uma base cartográfica contínua, aliada à adequação dessa escala aos objetivos propostos no Projeto da Região Geoeconômica de Brasília. As demais especificações e os detalhes técnicos da sua execução constarão do Termo de Referência integrante do Projeto a ser elaborado.

³ Alertar, na época da elaboração do projeto definitivo do mapeamento, sobre a possível evolução da metodologia cartográfica e introduzi-la, se for o caso.

Também serão definidos no Projeto os detalhes para os quais se destina o mapeamento, especificando-o adequadamente para o pleno atendimento dos seus objetivos.

5. OBJETIVOS DO MAPEAMENTO

Conhecimento físico da base territorial dos municípios do Entorno, evidenciando-se as seguintes informações:

- ✓ Sistema viário, compreendendo as rodovias federais, estaduais, municipais, vicinais e ferrovia;
- ✓ Cidades, vilas, povoados e propriedades rurais;
- ✓ Tipos de vegetação, culturas e pastagens;
- ✓ Hidrografia (rios, ribeirões, córregos, riachos, lagos, lagoas, terrenos alagados, mangues, represas;
- ✓ Relevo, pela representação das curvas de nível equidistantes de 10,00m e curvas de nível mestras a cada 50,00m;
- ✓ Definição dos limites estaduais, municipais e distritais.

6. DESTINAÇÃO ESPECÍFICA DO MAPEAMENTO

- ✓ Cadastramento de propriedades urbanas residenciais, comerciais, industriais e de uso misto;
- ✓ Cadastramento da rede de infraestrutura social e religiosa: hospitais, ambulatórios, escolas, universidades, igrejas e outros templos;
- ✓ Cadastramento de propriedades rurais;
- ✓ Cadastramento de equipamentos urbanos públicos e privados localizadas na região;
- ✓ Estudos preliminares e de viabilidade para projetos de rodovias e ferrovias;
- ✓ Cadastramento, estudos e projetos de eletrificação rural e urbana, adutoras, barragens e redes de abastecimento d'água;

- ✓ Cadastramento, estudos e projetos de eletrificação rural e urbana, adutoras, barragens e redes de abastecimento d'água;
- ✓ Cadastramento de redes e estações de energia elétrica;
- ✓ Mapeamento da hidrografia da região, compreendendo rios, córregos, ribeirões, riachos, lagos, lagoas, mangues;
- ✓ Idem da vegetação compreendendo matas, capões, matas ciliares, tipos de vegetação, lavouras, pastagens;
- ✓ Localização de ocorrências minerais;
- ✓ Mapeamentos temáticos: geologia, solos, climatologia, aptidão agrícola etc.;
- ✓ Estudos e Projetos de defesa do meio-ambiente com vistas à preservação ambiental e ao equilíbrio ecológico regional;
- ✓ Montagem do Sistema de Informações Geográficas Regionais (SIGRE), mediante o emprego das bases cartográficas digitalizadas, utilizando-se a geocodificação, inclusive para coleta, tratamento e disseminação informatizada dos dados físicos, geográficos, demográficos, econômicos, sociais e outros;
- ✓ Disponibilização dos mapeamentos às prefeituras, câmaras municipais e demais instituições públicas e privadas da União, dos Estados e Municípios, e ao público em geral.

7. AS AÇÕES PROPOSTAS

7.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA

Será efetivada mediante a implementação de instrumentos legais que possibilitem a atuação integrada e de parceria entre a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios envolvidos, sem conflitos de autoridade ou

jurisdição, de forma a desenvolver de maneira integrada, participativa e efetiva a cogestão regional.

7.2 CRIAÇÃO DE UM ORGANISMO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL⁴

Este órgão deverá ser criado com integral aproveitamento dos recursos humanos existentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios envolvidos, até mesmo para que sejam mais bem aproveitados os conhecimentos de cada equipe da União, da sua própria unidade federativa, cidade e município.

Somente em casos especiais ou na ausência de servidores qualificados, seria permitida a requisição de pessoal de outros órgãos alheios à Região do Entorno, de acordo com as necessidades e com o grau de conhecimento, especialização ou experiência, necessárias ao melhor desempenho de suas atividades específicas.

É claro, entretanto, que o êxito dessa parceria dependerá, evidentemente, de "vontade política e capacidade de liderança dentre os participantes, ou seja, quem demonstre capacidade de formular e encampar propostas. Afinal, vontade sem capacidade, assim como capacidade sem vontade, não produz soluções a contento".

7.3 TRANSPORTE DE MASSA NO EIXO BRASÍLIA/ LUZIÂNIA (ESCLARECIMENTO IMPORTANTE)

⁴ É importante atualizar esta informação, porquanto atualmente existe uma legislação específica sobre CONSÓRCIO PÚBLICO, que seria a organização ideal para o caso do Entorno (atualmente RIDE). A Lei 11.107, de 6 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto 6.017, de fevereiro de 2007, dá todas as condições para que finalmente seja posta em prática a implementação da RIDE e de forma perfeitamente legal e constitucional.

Esta ação está sendo incluída, antecipando-se mesmo ao Projeto do Entorno (ou da Região Geoeconômica de Brasília), pela relevância do assunto e pela sua importância crucial não só para o Distrito Federal como para os municípios limítrofes de Goiás.

Quando o autor fez a entrega deste texto ao Secretário de Governo do Distrito Federal (em 1989), foi informado por ele que, coincidentemente, havia tido uma reunião com o Ministro dos Transportes naquela semana, onde um dos assuntos tratados teria sido a utilização da via férrea para o transporte de massa entre Brasília e Luziânia.

Entretanto, o assunto caiu em total esquecimento. Não se sabe nem se explica a razão do desinteresse dos governantes do DF que se sucederam, uma vez que o assunto em pauta já era problemático naquela época, na área de transporte público de massa no eixo Brasília/Luziânia.

Só recentemente o assunto veio à baila, ao ser divulgada a plataforma eleitoral de alguns candidatos a Governador do DF, que prometeram a solução do transporte público de massa sobre trilhos no trecho entre Brasília e Luziânia.

Assim, embora este texto remonte a 1989, há 30 anos, portanto, ele permanece totalmente presente, e é apresentado como um subsídio ao atual Governo do Distrito Federal, na expectativa de ajudar a solucionar este problema que se agrava a cada dia, pelo aumento sempre crescente na demanda do transporte público de massa nessa região.

8. ESTUDO DE VIABILIDADE DO TRANSPORTE DE MASSA SOBRE TRILHOS NO EIXO BRASÍLIA/LUZIÂNIA

✓ Entre as várias etapas a serem desenvolvidas para a consolidação do projeto da Região Geoeconômica de Brasília, ou até mesmo anterior a ele, uma das primeiras providências é a Elaboração do Estudo de Viabilidade do projeto em epígrafe, considerando-se as seguintes premissas:

✓ *Ocupação intensiva dos núcleos habitacionais e outros ao longo ou próximos da linha férrea tais como: Luziânia, Cidade Ocidental, Céu Azul, Pedregal, Valparaíso, Novo Gama, Santa Maria, Gama, Setor de Mansões, Park-Way, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Guará I e Guará II, Cruzeiro Novo, Cruzeiro Velho, Sudoeste/Octogonal, Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), CEASA, Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte (SAAN), Estação Rodoferroviária (área onde se localizam também: DETRAN-DF, Shopping Popular, Secretaria da Criança e Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania).*⁵

✓ Ociosidade elevada da linha férrea existente (só atende ao transporte de carga) e a possibilidade de sua utilização por intermédio de trens suburbanos, especialmente projetados para esta finalidade;

✓ Barateamento em relação à passagem de ônibus, tendo em vista, entre outros fatores, que o consumo km/L em ferrovia é muito menor que o gasto em rodovias;

✓ Com a melhoria do transporte público sobre trilhos, o fluxo de veículos rodoviários, particularmente nesse trajeto, certamente diminuirá; consideravelmente, com destaque para a economia de combustíveis e gastos com a manutenção dos veículos, conforto e saúde dos usuários,

⁵ Este texto atualizado foi inserido e destacado em itálico, em virtude da importância do atendimento atual e urgente às populações dessas localidades, a serem beneficiadas ao longo da via férrea.

pela diminuição de grandes congestionamentos, principalmente nos horários de “pico”, causadores de “stress” e outras doenças nocivas à saúde do cidadão, inclusive problemas de poluição ambiental;

- ✓ Levar em conta, ainda, o aumento cada vez maior de acidentes de trânsito, provocando muitas vezes perda de vidas humanas ou invalidez permanente dos acidentados e de prejuízos materiais de monta ao Governo e ao próprio cidadão, por ocasião das internações hospitalares e dos tratamentos prolongados;

- ✓ Deve-se levar em conta, também, que as estatísticas comprovam que o transporte sobre trilhos é extremamente mais seguro que o transporte rodoviário, cujos índices de acidentes são elevados nesse trecho da BR 040/050;

- ✓ Maior rapidez, segurança e conforto aos usuários, adotando-se composições apropriadas, bem como horários e capacidade das composições dimensionadas para o pleno atendimento da demanda;

- ✓ Diminuição sensível do fluxo de veículos rodoviários, como ônibus, micro-ônibus, automóveis e outros veículos leves no trecho da BR-040/050 entre Brasília e Luziânia, o que reduzirá em muito o consumo de combustíveis e o desgaste prematuro dessas viaturas;

- ✓ Utilização de ônibus convencional e até mesmo de micro-ônibus, apenas nas linhas curtas e nas linhas circulares, em integração com o transporte ferroviário;

- ✓ Diminuição do desgaste físico e psicológico dos motoristas e passageiros, em decorrência dos enormes engarrafamentos e acidentes de trânsito e, conseqüentemente, de vultosas despesas hospitalares e de óbitos, devidos ao grande número de acidentes rodoviários;

- ✓ Disponibilidade de veículos de transporte coletivo (ônibus convencionais) – que forem excedentes pelo uso da ferrovia – para sua redistribuição nas frotas urbanas e/ou

intermunicipais, com evidente economia para as empresas que vão poder reforçar suas frotas sem novos investimentos;

- ✓ Estudo para exploração do transporte público de passageiros por meio de trens suburbanos “VLT”, ou qualquer outro tipo de veículo sobre trilhos a ser especificado;

- ✓ Estudo para exploração do transporte público sobre trilhos, mediante regime de concessão a empresas privadas, por concorrência pública, ou outra modalidade que resulte na privatização do empreendimento, podendo contar com o interesse e a participação de empresários que atuam hoje no transporte coletivo rodoviário do Distrito Federal e Entorno.

Entretanto, todas as partes envolvidas, têm como ponto comum a consciência de que o enfrentamento dos problemas não pode continuar a ser protelado. E que o diálogo, acima de tudo, precisa ser estabelecido com sabedoria e equilíbrio.

9. OUTROS TÓPICOS DO ESTUDO DE VIABILIDADE

Na elaboração do Estudo de Viabilidade serão, ainda, considerados os seguintes tópicos:

- ✓ População de cada Cidade ou Núcleo habitacional a ser atendido;

- ✓ Indicadores atualizados da quantidade de passageiros transportados;

- ✓ Projeção do volume potencial de passageiros a serem transportados nos próximos anos;

- ✓ Caracterização dos pontos de origem e destino dos passageiros;

- ✓ Frequência atual de utilização dos passageiros do transporte coletivo;

- ✓ Dimensionamento da frota atual de ônibus urbanos e interurbanos utilizados no trajeto Brasília/Luziânia,

idade, estado de conservação, custo da frota utilizada e custo passageiro/km;

✓ Quantidade e identificação das empresas de transporte coletivo que operam as linhas atualmente existentes.

10. OUTRAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Devem ser levados em consideração, ainda, os seguintes tópicos:

✓ Problemas jurídico-administrativos, técnicos e burocráticos para implantação, modernização, melhoramento, utilização e manutenção do transporte de massa sobre trilhos;

✓ Estudos referentes à viabilidade técnica de utilização da via férrea levantando, entre outros, os seguintes dados: bitola, estado de conservação atual do leito da ferrovia tais como: aterros, taludes, viadutos e pontes, roçagem do leito e margens da ferrovia, dormentes e trilhos de rolamento, bem como sinalização visual, sonora e luminosa.

11. VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE MASSA SOBRE TRILHOS

✓ Estudos do custo-benefício, necessários à viabilização financeira do empreendimento;

✓ Indicação de alternativas quanto ao tipo de veículo e modalidade mais adequada à via, ao percurso, ao tempo de viagem, ao perfil do usuário, à quantificação da demanda, à segurança e à economicidade do empreendimento;

✓ Indicação do sistema complementar de integração com linhas circulares ou de ligação entre os núcleos urbanos e as paradas (estações) ao longo do trajeto;

✓ Estudo dos custos do empreendimento: implantação e operação do sistema;

✓ Estudos referentes aos preços das passagens para os usuários;

✓ Definições para o gerenciamento do projeto e a operacionalização do novo sistema de transporte de massa sobre trilhos;

✓ Conclusão do projeto para discussão e aprovação;

✓ Proposta de Convênio com o Estado de Goiás e com o órgão federal responsável pela via férrea, para a utilização do trecho Brasília/Luziânia com a implantação do transporte público de massa sobre trilhos;

✓ Audiência pública para discussão do projeto, destinada ao conhecimento pleno da população, de empresários e autoridades envolvidas.

✓ Anteprojeto de Lei elaborado pelo Governador do Distrito Federal e encaminhamento ao Poder Legislativo;

✓ Discussão e aprovação da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

✓ Promulgação da Lei pelo Governador do Distrito Federal;

Inauguração e funcionamento do Sistema de Transporte de Massa Sobre Trilhos no trecho Brasília/Luziânia.

12. CONCLUSÃO

O atual Governador do Distrito Federal noticiou recentemente (maio de 2019) as primeiras providências para a implantação definitiva do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) no trecho Brasília/Luziânia. Foi uma decisão sábia e oportuna, protelada por todos os Governos anteriores sem nenhuma justificativa plausível. Por isso mesmo, a louvável iniciativa do VLT é, sem dúvida, de grande alcance para as populações do Distrito Federal e do Entorno.

Que este texto, esquecido também durante tantos anos, possa trazer alguma ideia, algum subsídio não só à concepção do VLT, como também à efetiva implementação da região do entorno de Brasília, hoje denominada RIDE,

cuas providências careceram, por muitos anos, de vontade política de implementá-las.⁶

⁶ NOTA DO AUTOR: Todos os textos destacados em *itálico* são atualizações do conteúdo, com o objetivo de maior esclarecimento do assunto objeto deste artigo.

OS 60 ANOS DE BRASÍLIA, EM 2020

Adirson Vasconcelos¹

Meu projeto e contribuição intelectual para as celebrações dos *60 Anos de Brasília*, no próximo ano de 2020.

São 17 livros memorialísticos a fim de que, a cada mês, de janeiro a dezembro de 2020, possa, eu, lançar um livro ou mais de um. Ou que, com o necessário apoio de todos, em determinados meses, façamos lançamentos de grupos de livros. A grande maioria já está concluída; alguns outros, em fase de conclusão. Obrigado!

Abaixo, os títulos dos livros e documentários:

- *O Pensamento do Presidente Juscelino* (concluído – 306 páginas A4);
- *A Cidade Livre, O Berço de Brasília, o Núcleo Bandeirante* (concluído – 781 páginas A4);
- *Memorial Brasília – Brasília de Todos os Tempos* (documentos e iconografias para museu – concluído – 538 páginas A4);
- *A História do IHGDF – Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal* (concluído – 246 páginas A4);
- *A História de Brasília de Todos os Tempos*, em 56 painéis didáticos para exposições – tamanho 70x120 (concluído);
- *60 Anos de Adirson Escrevendo Brasília – 1957/2017* (concluído – 50 painéis);

¹ Acadêmico fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, ocupante da Cadeira 27, patroneada por Francisco Adolfo de Varhagen; Membro Emérito da Academia de Letras de Brasília; Membro da Academia Brasiliense de Letras.

- *Lições de Vida e Pensamentos de Assis Chateaubriand* (em fase de conclusão em 2019);
- *O Que o Brasil Pensa de Assis Chateaubriand* (em fase de conclusão em 2019);
- *Brasília 60 Anos – 1º Volume – Década de 1960* (concluído – 100 páginas A4);
- *Brasília 60 Anos – 2º Volume – Década de 1970* (concluído – 110 páginas A4);
- *Brasília 60 Anos – 3º Volume – Década de 1980* (concluído – 66 páginas A4);
- *Brasília 60 Anos – 4º Volume – Década de 1990* (em fase de conclusão em 2019);
- *Brasília 60 Anos – 5º Volume – Década de 2000* (em fase de elaboração em 2019);
- *Brasília 60 Anos – 6º Volume – Década de 2010* (a ser elaborado e lançado no final de 2020);
- *Brasília 60 Anos – 7º Volume – Década de 2020 – A Capital do Terceiro Milênio* (lançamento em 21 de abril de 2021);
- *As Palavras Mais Fortes da Língua Portuguesa* (em elaboração, com previsão de 200 páginas A4 e conclusão em 2019).
- *A Maçonaria e o Brasil – 2020* (em elaboração).

Estes 17 livros somam-se aos 36 outros já publicados, de 1960 a 2019, totalizando uma historiografia brasiliense de mais de cinquenta livros editados e versando sobre a Capital de todos os brasileiros, Brasília.

Desde quando cheguei a Brasília, para a cobertura jornalística da Pedra Fundamental da futura Capital Federal, em 3 de maio de 1957, passei a viver só momentos mágicos. Só momentos transcendentais, que tenho vivido intensa e amorosamente. Uma pedra fundamental representada por uma Missa Campal oficiada aos pés de um Cruzeiro,

presentes o Presidente Juscelino Kubitschek, o oficiante Dom Carlos Motta Vasconcelos e uma multidão de peregrinos sob a proteção da imagem de Aparecida, Padroeira do Brasil. Um segundo descobrimento do Brasil, que ocorrera, também, com uma Primeira Missa. É a descoberta e a conquista do Centro-Oeste e do Grande Norte brasileiros, desconhecidos e desabitados.

Para o jovem repórter de 20 anos, uma predestinação da Providência Divina. Predestinação que se estendeu até os dias de hoje, em 2019, às vésperas das celebrações dos 60 Anos de Brasília, no próximo ano de 2020. Tempo de uma geração! Tempo, também, em que marcaram e se consolidaram os passos desta cidade-Capital rumo à missão que a Providência Divina lhe predestinou na formação de uma nova civilização, o que levou o filósofo André Malraux, Ministro da Cultura da França, a chamar Brasília de “Capital da Esperança” e que o Presidente JK anteviu como “Capital do 3º Milênio”.

A perspectiva de Brasília é a de construir um *Novo Tempo*, uma *Nova Era*, a consolidação das bases da formação de uma nova cultura nacional, uma nova civilização.

Um tempo novo que começamos a viver em 2019 e que se consolidará a partir do próximo ano de 2020, nas celebrações dos *60 Anos de Brasília*.

Sinais disto têm ficado bem claros nestes primeiros decênios deste 3º Milênio. Exemplo: as explosões e revelações do *Mensalão* e do *Petrolão* e outros escândalos envolvendo, ética e moralmente, “figuras as mais representativas da República”.

Uma revolução ética, moral, administrativa, política e judicial. Jovens, principalmente a Juventude com posições nos Juizados, no Ministério Público, em órgãos de

Segurança e na sociedade consciente, a deflagraram a partir da *Operação Lava-Jato* e outras. Apoio das esferas judiciais superiores e dos homens de bem. Uma Revolução Cultural. E de um povo consciente, o brasileiro.

Uma Revolução de Pensamento e de Conduta Civilizatória que tem marcado os primeiros tempos do Século 21. As reformas e as bases de um Novo Pensamento e de uma Nova Cultura no Brasil.

A exemplo do povo baiano que lava as Escadarias das Igrejas para celebrar a *Festa do Senhor do Bonfim*, assim tem sido feito nestes primeiros tempos deste Milênio. Uma depuração, uma condenação de velhos hábitos impuros, imorais, corruptíveis, condenáveis e abomináveis.

Uma limpeza! O surgimento de *Um Novo Tempo*, de moral, de ética, de civismo, de amor à Pátria, de decência, de respeito à Família e ao povo brasileiro. Enfim, os sentimentos de obediência e pureza à Mensagem Cristã na Terra de Santa Cruz.

Os resultados positivos já se observam nestes tempos do Primeiro Século do Terceiro Milênio, confirmando-se o Sonho Profético (1883) de Dom Bosco ao anunciar uma nova civilização a partir dos anos 2003 (concluindo-se em 2040/2060) nas terras brasileiras que hão de ser o "*Coração do Mundo e a Pátria do Evangelho*", na visão espiritual do escritor maranhense Humberto de Campos. Brasília é a Capital do Brasil e, na antevisão do seu fundador, o Presidente Juscelino Kubitschek, será a *Capital do 3º Milênio*. Malraux, como já falamos, chamou-a *Capital de Esperança*.

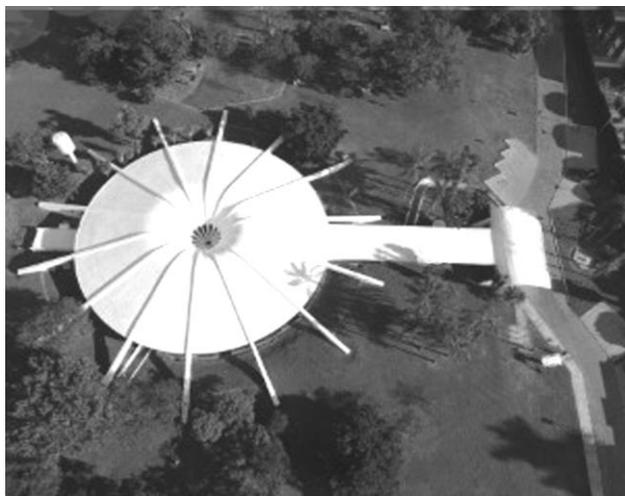
Assim, o povo brasileiro viverá, no 3º Milênio até os anos 2040/2060, um *Novo Tempo* e uma *Nova Era* de desenvolvimento econômico e progresso sociocultural e espiritual. E usufruirá das benesses da 4ª Revolução

Industrial, com todas as suas invenções tecnológicas e progressistas, para as quais sua juventude e seu povo hão de se adaptar ativamente em busca das posições que o Brasil merece ter no Conceito das Nações.

Por fim, sinto-me bem em dizer-lhes que todos nós temos um papel importante na construção deste *Novo Tempo*. E todos quanto governam, legislam e julgam os destinos da nossa Brasília, Capital da Esperança e do Brasil todo.

Espero estar presente nestes tempos futuros a fim de escrever o livro "*Brasília Capital do Mundo, no 3º Milênio*". Isto porque haverá de se cumprir a profecia, quer do santo João Bosco quer do estadista JK. E a antevisão do filósofo André Malraux que denominou *Brasília, Capital da Esperança*.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Vista aérea



Vista lateral

DOUTOR ANTÔNIO AMERICANO DO BRASIL (1892-1932)

Alberto Martins da Silva ²

Lendo os estudos sobre a empolgante vida do Dr. Antônio Americano do Brasil, ilustre goiano, nascido em 28 de agosto de 1892, na cidade de Bonfim, hoje Silvânia, notamos os enfoques dados à sua vida política, às suas atividades culturais e à sua morte trágica - ocorrida em 1932 - com poucas informações sobre a sua vida militar, embora de pouca duração, porém, também significativa pelas atitudes corajosas e pela demonstração de capacidade profissional. Era ele filho de Antônio Euzébio de Abreu e d. Elisa Maria de Souza Abreu. Estudou no Colégio Bonfinense e no Colégio Morel (RJ). O seu forte pendor pela atividade

² Acadêmico ocupante da Cadeira 10, patroneada por Deodoro da Fonseca.

política, somada a um inesperado problema de saúde, foram as causas de seu afastamento da sua vida militar. Carreira exercida com brilhantismo e denodo, elementos inerentes à sua personalidade forte, inteligência superdotada, pesquisador incansável e responsável.

Indo residir no Rio de Janeiro, em 1910, em companhia do seu tio-avô, Tenente Henrique Silva – pugnaz lutador das causas goianas e ex-integrante da Comissão Cruls, que demarcou o quadrilátero para a construção de Brasília –, estudou no Colégio Pedro II, onde se preparou para o ingresso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo seu curso em 1917, quando então defendeu a tese “*A doutrina endocrinológica*”. Esta tese bem demonstra a sua capacidade de perquirição, haja vista tratar-se de um assunto novo ainda no panorama da medicina brasileira.

O Dr. Americano do Brasil, historiador, poeta, folclorista, jornalista, político, médico escritor e professor, foi um orador fluente e uma alma inquieta e sedenta de conhecimentos. Desde cedo desenvolveu uma intensa atividade cultural. Fundou, com o seu tio Henrique, a revista “*Informação Goiana*”, em 1917, tendo assinado vinte e seis artigos, sobre vários assuntos, figurando, também, como seu Diretor, durante certo período. Lecionando, escrevendo e frequentando as reuniões literárias da grande cidade, soube conquistar excelentes amizades, tais os dotes que o caracterizavam. Por lutar pela vida e procurar um emprego mais estável, optou pelo concurso público que o Exército Brasileiro realizava, naquela oportunidade, para ingresso no seu quadro de médicos – Serviço de Saúde do Exército.

O concurso, cuja aprovação não lhe foi difícil, realizado em início de 1918, e o seu ingresso no Serviço de Saúde do Exército foi oficializada por decreto de 31 de março de

1919, com a sua nomeação ao posto de 1º Tenente Médico, e mandado servir no recém-criado 60º Batalhão de Caçadores, onde prestou seu compromisso de praça, sediado em Goiás. A primeiro de janeiro passou a pertencer ao então, agora 6º Batalhão de Caçadores, organizado em dezembro de 1920. Nessa oportunidade, Doutor Antônio Americano foi alvo do seguinte elogio dado pelo Comandante da 4ª Região Militar, em Boletim de 26 de dezembro: *“pela maneira distinta e criteriosa porque sempre cumpriu com os seus deveres profissionais, demonstrando zelo pelo serviço e conhecimento dos regulamentos em vigor”*.

Jovem idealista, culto e defensor das terras goianas, bem cedo foi convidado pelo governador de Goiás, desembargador João Alves de Castro – que nele vira uma promessa de reforço para a política do Estado – para ocupar a Secretaria do Interior e Justiça, do governo de Goiás. Assim, em 1918, foi nomeado para tão importante cargo, que exerceu com dinamismo, durante dois anos. Em 16 de novembro de 1920, retornou a integrar as fileiras militares e após ser submetido, de acordo com a legislação em vigor, a inspeção de saúde, foi julgado incapaz temporariamente, recebendo, para o seu tratamento, um período de trinta dias. Ao término da licença, voltou a solicitar ao Escalão Superior um novo afastamento de suas atividades médico-militares, agora por ter sido eleito deputado federal, representando Goiás; foi nessa época, 1921, seu casamento com Dona Mirtes Caiado de Castro, filha do governador de Goiás, Desembargador João Alves de Castro.

A sua atuação no parlamento encheu de orgulho os seus conterrâneos pelo notável desempenho apresentado, principalmente quando lhe era dada a vez de discorrer sobre os problemas de seu Estado, as suas possibilidades e,

principalmente, sobre o projeto da transferência da Capital da República para o interior dos limites goianos; papel que desempenhou com argúcia e denodo. Escreveu, neste interregno, vários livros, como *“No convívio com as traças”* (1920) *“Cancioneiro de Trovas do Brasil Central”* (1925), *“Questão de limites Goiás-Pará”* (1920) e *“Pela Terra Goiana”* (discursos e conferências parlamentares (1922), e *Cunha Matos em Goiás* (1924).

As ideias da mudança agitavam ainda alguns parlamentares, entre os quais o deputado goiano Eduardo Sócrates (1860-1944) que apresentou projeto (infelizmente frustrado) autorizando o poder Executivo a abrir concorrência para a construção da Capital.

Assim, nasceu um projeto, apresentado em 7 de dezembro de 1921, proposto pelo deputado maranhense Rodrigues Machado e pelo goiano Americano do Brasil sugerindo que fosse lançada a pedra fundamental, na região do Planalto Central, durante as comemorações do Centenário da Independência. Depois de várias tramitações e o empenho dos dois deputados, a lei foi aprovada em 10 de janeiro de 1922, sancionada pelo Presidente Epitácio Pessoa, com o número 4.494, cuja solenidade de lançamento ocorreu em Planaltina, em 7 de setembro de 1922.

Ao findar o seu mandato (1921-1924), retornou às suas atividades militares, agora no posto de Capitão Médico, e foi servir, por designação ministerial, no Rio de Janeiro, no novo Hospital Central do Exército, na época um dos mais modernos do País. O Dr. Americano passou a trabalhar com doentes infectocontagiosos no denominado Pavilhão de Isolamento (1926-1927), e desenvolveu um brilhante trabalho; desempenhava, além disto, as atividades de secretário do Centro de Estudos do Hospital, quando

inúmeras vezes apresentou importantes produções médicas ligadas à sua especialidade.

No bojo de crise política que abalou o governo do Presidente Artur Bernardes (1922-1926), a revolta de 1924, em São Paulo, liderada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, envolveu também o Dr. Antônio Americano. Assim, com a deflagração do movimento, deixou o Rio de Janeiro e seguiu para a capital paulista, a 6 de julho, onde passou a prestar serviço, inicialmente, no Grupo de Padioleiros Divisionários, como médico-chefe, na região de *Guayauna*. Aí nesta região estava instalado o Quartel-General do general Eduardo Sócrates, que abrigou o próprio Governador, Dr. Carlos de Campos, após o bombardeio do Palácio da Secretaria de Justiça, pelos revoltosos, na tarde de 8 daquele mês.

Mais tarde, quando foram constituídas as Brigadas das Forças Legais, o capitão Antônio Americano passou a integrar a Brigada do general Tertuliano Potiguara, cuja missão era avançar até o bairro do Mooca. Nesta oportunidade, ele passou a desenvolver seu trabalho de atendimento aos feridos no Posto Avançado, instalado pela Brigada, com coragem, competência e alto senso patriótico.

O comportamento do Dr. Americano lhe valeu um elogio nos seguintes termos: *“pelo zelo, sangue frio, espírito de sacrifício e coragem com que exerceu as mais delicadas comissões que lhe foram confiadas nos Postos Avançados da linha de frente, contribuindo para o êxito da Formação Sanitária, desdobrando-se em múltiplas atividades, com muita competência, inteligência e espírito de iniciativa”*.

Em agosto do mesmo ano, um novo elogio veio demonstrar suas qualidades de médico militar, quando o Comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo, em

nome do Exmo Sr Presidente da República, assim se expressou:

Louvo-o pela fé demonstrada, a qual, servida por inquebrantável bravura, salvou a República, para orgulho da nossa raça, da ignorância dos traidores do dever militar e da honra nacional.

O próprio Comandante da Brigada, general Tertuliano Potiguara, em ofício dirigido ao general Sebastião Ivo Soares, Diretor-Geral de Saúde do Exército, salientou “a bravura com que se portou dando constantes provas de dedicação e valor profissional”.

Tudo isto, supomos, é um valioso testemunho de um comportamento responsável e altivo. São qualidades demonstradas ao longo de sua vida militar não podem ser esquecidas em nenhum trabalho biográfico.

Por imperativo da legislação vigente, foi, em 26 de setembro de 1924, matriculado no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – para acesso ao posto de major, funcionando nas dependências do próprio Hospital Central do Exército onde exercia suas atividades médicas. Em junho de 1925, adoeceu e, submetido a inspeção de saúde, foi julgado incapaz para o serviço do Exército, recebendo uma licença de seis meses para tratamento. Diante disto, ficou impossibilitado de continuar freqüentando o seu Curso de Aperfeiçoamento, tendo sido afastado temporariamente, por quase três meses para tratamento, sem conseguir bons resultados, infelizmente.

O problema de sua saúde: diagnosticado como portador de hanseníase. A enfermidade àquela época era uma doença que estigmatizava o doente e seus familiares. Acreditamos que foi um diagnóstico assaz deprimente e assustador para o doutor Antônio Americano, conhecedor de todos os futuros problemas que lhe adviriam. Talvez, julgamos nós,

tenha sido acometido da forma não contagiosa, denominada de “tuberculóide”, forma benigna, que na época não era devidamente classificada e, apesar disso, também estigmatizava o paciente. Doutor Americano, conhecedor da situação, afastou-se da família e viajou para a cidade de Ipameri (GO), em 22 de junho de 1926, e baixou à enfermaria do Hospital Militar da cidade, onde permaneceu novamente em tratamento, voltando a ser inspecionado em dezembro do mesmo ano, quando recebeu um novo período de seis meses, findo o qual foi estendido de mais noventa dias. O quadro não era animador, apesar de seu ânimo forte, característica de sua personalidade. Em virtude da longa ausência do serviço ativo, passou à situação de agregado, e foi transferido para a 2ª classe do Exército. Estava encerrada a sua curta, porém produtiva, carreira militar.

Durante todo o ano de 1927, permaneceu nesta condição até que, no ano seguinte, em 22 de maio, foi-lhe concedida a demissão do serviço ativo do Exército, e foi incluído, definitivamente, no Quadro do Serviço de Saúde, da 2ª Classe da Reserva. Doutor Antônio Americano do Brasil serviu ao Exército por seis anos, onze meses e vinte dias. O final da sua história, ocorreu em Luziânia, em abril de 1932, quando foi brutalmente assassinado.

Como jornalista colaborou com vários jornais e revistas: *O Imparcial* (1917), *Informação Goiana* (1917), *Correio Oficial* (1918), *Jornais de Vila Boa* (1918), *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1920), *Araguary* (1926), *Voz do Povo* (1927) e *Revista da Academia Brasileira de Letras* (1929); Editora Monteiro Lobato e *Revista da Língua Portuguesa*.

Doutor Americano deixou as seguintes obras: *No Convívio com as Traças* (1920); *Questão de Limites Goiás-*

Pará (1920); *Pela Terra Goiana* (1922); *Puericultura e Cultura Nacional* (1922), *Cunha Matos em Goiás (1825-1826)*; (*Cancioneiro de Trovas do Brasil Central* (1925); *Súmula da História de Goiás* (1931); póstumas: *Nos Rosais do Silêncio* (1947); *Romanceiro Trovas Populares* (1979); *Mil Trovas Luzianas; Goiás – Província*; e *Pela História de Goiás* (1980).

É patrono na Academia Goiana de Letras (Cadeira nº 9); na Academia Goianense de Letras (Cadeira 23), e no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (Cadeira 38). É nome de município em Goiás, de ruas e de escolas.

Seus restos mortais foram trasladados do cemitério de Luziânia para o da cidade de Bonfim, em 10 de julho de 1938.

BIBLIOGRAFIA

FÉ-DE-OFÍCIO. Ministério da Guerra. Departamento Central: Rio de Janeiro, 1928.

MEIRELES, José Dilermando. *A Morte Trágica de Americano do Brasil*. Brasília: Verano Editora, 1903.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. *O papel político-educativa de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 2003.

SILVA, Dinair Andrade da. *Um Intelectual e a História: Antônio Americano Brasil*. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1992.



Museu Memorial de Brasília



Museu Memorial de Brasília

NÓTULAS FILOSOFANTES

Anderson Braga Horta ³

O AMOR E A MÚSICA

As duas coisas mais belas e mais deliciosas do mundo são a música e o amor. Ambos nos deixam na luminosa tensão, na doce ansiedade que, tendo o seu quanto de inferno, levam-nos ao limiar de um reino que só pode ser o Paraíso. Uma e outro provocam um como derretimento do ser, uma balsâmica embriaguez, uma vertigem que tem o seu quê de naufrágio, o seu quê de perdição em abismos ignotos, o seu quê de “não sei quando” e de “não sei onde”. Mas o amor é o mais alto e o melhor desses dois universos: porque só ele pode ultrapassar o vestibulo, só ele pode propiciar à alma esse aniquilamento, esse nirvana, esse “não sei quê”, esse infinito que é a fusão do ser com o Nada e com o Todo.

LÓGICA E ABSOLUTO

Se existe o nada, então não existe (não existe o que queremos dizer com tal palavra): porque, existindo, deixa de não ser para ser.

O nada é apenas uma abstração, vale dizer que é um relativo. O zero, por exemplo, é sempre relativo, pois não pode “figurar” senão uma inexistência *aqui e/ou agora*. Diríamos melhor: uma ausência.

A Lógica é a “ciência das relações”. Noutras palavras: é a ciência do relativo. Serve, pois, o *paradoxo lógico* (verbal) do primeiro parágrafo para demonstrar que não é a lógica

³ Acadêmico ocupante da Cadeira 46, patroneada por Medeiros e Albuquerque. Membro, também, da Academia Brasiliense de Letras; da Associação Nacional de Escritores; do Clube de Poesia e Crítica; e do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal.

instrumento adequado para a sondagem do absoluto. Desconhecê-lo é o que nos faz andar à roda, como eternos perus, no círculo de giz de nossa mente relativa – quando supomos abrir, com a gazua da lógica, uma janela para o absoluto.

O absoluto é impensável. Não se infira daí que ele não existe: o absoluto é o todo, e não podemos pensar o todo. Ou só podemos pensá-lo de determinado ponto de vista; isto é, de um modo relativo.

NADA

Não existe o nada. Trata-se apenas de uma abstração nossa. Cabem universos em qualquer ínfima parcela do Universo infinito.

Contudo, só o nada pode criar.

DO NADA

Deus não tirou o Universo *de* nada. Tirou-o *do* Nada. O Nada sendo não apenas uma categoria mental, uma abstração, mas um *existente*, ou melhor, um *ente* – não material, e não energético. O Nada, assim entendido, é conceito que substitui com vantagem a antiga noção de *espaço vazio*, abominada pela física moderna. Concilia a idéia de infinito com a de um universo (energético-material) finito. Soluciona a aparente contradição entre os conceitos de continuidade e descontinuidade da matéria. Permite imaginarem-se viagens a velocidade infinita (ou não-velocidade...) de um ponto qualquer a qualquer outro do Universo. E – por que não? – a viagem no tempo. Seria, pois, esse misterioso Nada o misterioso Éter dos antigos e dos arcanos. Sua compreensão evidencia a falsidade da oposição entre liberdade do homem e onisciência divina (ou a simples capacidade de prever de que são dotadas certas pessoas). Seria Deus esse Nada... nirvânico? Não o

diria assim, *tout court*; mas apenas me atrevo a pensar uma consubstancialidade entre Deus e Nada, como *peessoas* do Trino Mistério que nos fascina imemoriavelmente.

INFINITOS

Há o Infinito absoluto e uma quantidade infinita de infinitos parciais, ou relativos. Um destes, por exemplo, é a série numérica.

O Absoluto... só pode ser Deus.

O TEMPO

Disse eu, no conto "A Bomba", que "o tempo não existe absolutamente: mas em nós – o tempo somos nós!? – ou para nós: como se um distribuidor tudo separasse em momentos e seriadamente os exibisse, à semelhança duma fita".

Para nós, pouco importa a velocidade com que se desenrola a fita.

Essa velocidade não seria percebida por nós, portanto não existiria para nós, senão apenas para quem exterior ao universo da fita. Para nós, o que importa é a velocidade relativa dos "fotogramas" dessa fita. Assim, fosse a velocidade "absoluta" da fita x ou $200x$, a velocidade de nossas vidas seria a mesma, porque a inter-relação dos "fotogramas" não se alteraria. Indo mais longe, ou melhor, levando o raciocínio à última consequência: nossa velocidade interna, isto é, nosso tempo, seria o mesmo ainda que a velocidade de desenrolamento da fita fosse ∞x . Viveríamos (vivemos?) temporalmente dentro da eternidade, que é um aspecto do infinito. Talvez estas idéias possam ajudar-nos a interpretar o *castigo eterno* e a *eterna bem-aventurança* de que fala a religião.

NO ETERNO

A eternidade é a simultaneidade de todos os tempos?

Viver é navegar?

SÍNTESE

Terminada a leitura de *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda*

Metade do Século XIX, de Antero de Quental, creio adiantado um passo na compreensão da *síntese* que tão analiticamente procuro.

Percebo agora que a síntese não é, propriamente, uma “combinação” das teses (aparentemente) contrárias. A síntese é uma superação delas: é a mirada do alto.

Uma parábola nada original para ilustrar:

Um lavrador acredita que sejam férteis as terras fronteiriças, apenas apartadas por um monte, porque as suas o são; quanto a estas, o vizinho imagina-as de difícil cultivo, porque assim as dele. Ora, a síntese não será dada por uma “conciliação” de seus pontos de vista que não seja *outro* ponto de vista – o de quem suba a montanha e de lá possa com um só olhar abranger todo o vale. (Diria que é uma falácia alcançar a síntese sem subir a montanha; isto é, atingi-la por análise e composição das partes.)

Obra fascinante, não só por imprescindível à compreensão de Antero, mas devido a seus méritos intrínsecos, lembra-me *Guerra e Paz*, de Tolstoi, cuja visão da História, entretanto, me parece —genial embora— mais “conciliatória” que a concepção universal do poeta. De algum modo lembra-me, ainda, *A Grande Síntese*, de Ubaldi, tão posterior e tão diversa.

Antero. Entendo agora por que o chamava Eça “um gênio que era um santo”.

V00

O espaço ilimitado abriga todas as possibilidades de voo. Mas o voo só é voo quando voado.

CONTRASTE

Tudo é *natural* e, conseqüentemente, nada o é. Porque uma coisa só é o que pode deixar de ser. Não diríamos a uma moça "Você é bela" se não existisse a feiúra. Porque ela, não podendo ser senão bela, na verdade não o seria. – Seria então feia? – Também não, pois não haveria fealdade. Não haveria contraste. Essa jovem *seria*, simplesmente. (Tributo – a *O Encontro Marcado?*)

TRILEMA

Se Deus existe e o homem não tem uma alma imortal, então não há Deus para nós. Afirmar uma coisa e negar a outra é atribuir-nos o inconsciente papel de marionetes com que se divertisse um deus egoísta. Se admitirmos a alma imortal, teremos de aceitar a existência de um ser supremo, dê-se-lhe este ou aquele nome. Não há fuga ao trilema: admitirmos ambas ou a ambas negarmos; ou – o que me parece mais compatível à nossa ignorância – não nos enlouquecermos com o problema.

VELHICE

Pobres dos velhos! A míngua de seu viver reflete-se na queda de sua capacidade de pecar. Já não têm força para a ira, já não têm garra para a luxúria... O pecado do velho – pobre pecadilho ridículo – é a gula... um pecado infantil!

PENSAR E SENTIR

Diz-se que o sentir é anterior ao pensar. Para mim é algo mais do que isso: o sentir é, em verdade, o embrião do pensar. E, quando o patamar do pensamento é alcançado (ou construído), o sentir – isto é, tanto as emoções mais rudimentares quanto os sentimentos mais profundos – nem desaparece nem se destaca, mas continua a existir como

parte integrante do pensar. O sentimento é um aspecto da inteligência, indissociável dela – a não ser que se atribua a este vocábulo a limitada significação da capacidade combinatória que o homem coloca em certas máquinas.

PRECONCEITO

O preconceito é a inclusão de cada caso concreto numa categoria prévia, produto de uma generalização anterior. É, pois, decorrência da estrutura mesma do pensamento. Afora o que possa haver nele de emocional, é esta uma das razões por que é tão difícil evitá-lo.

SABER

Acabo de descobrir a pólvora: o saber não é intelectual; é experiencial, é vivencial. Só sabe quem experimentou, quem viveu. O que se limitou ao intelectual não tem mais que uma informação. Que pode ter alguma valia, para a vida prática; mas, para a vida espiritual, pouco ou nada significa.

SILÊNCIO

Por que as coisas têm de ser assim?
diz o irmão mais novo,
olhos postos na miséria do mundo.
E filosofa, pessimista,
que nada tem sentido.
Esboço um gesto, uma palavra,
mas a tempo me calo.
Dou-lhe o meu silêncio,
em respeito àquela experiência de vida,
àquele oceano de alma ainda imperfeito
e ao imenso caminho que temos ambos de
percorrer.

ORGULHO

O orgulho é o sentimento da inteligência. Não quer isto dizer que seja inteligente, não. Pelo contrário, o orgulho é o pecado da inteligência; é a burrice do intelectual.

CHUVISCO

Um aborrecimento atrai os anteriores e predispõe a novos.

*

Um caráter reto, mas inflexível, pode ser por isso mesmo falho. A capacidade de aceitar o erro (em ou nos outros) é uma virtude. si

*

Ser modesto não é desconhecer o próprio valor – isso é ser ingênuo –; é saber que esse valor, por maior que seja, é humanamente relativo e cosmicamente mínimo; e, pois, dele não se jactar nem fazer alarde, nem dele se valer para se sobrepor a outrem.

Ser humilde não é ser abjeto.

*

Só a contravenção conduz à mudança. Só os *maus*, os que não se detêm por considerações de respeito, comiseração, amizade, são capazes de abrir caminhos. A *evolução* é dos fortes, não dos bonzinhos.

Vejo que estou sendo mau. Não é jactância, é mera constatação: o período acima é com certeza plagiado, embora não me lembre de quem.

*

O agnosticismo é a filosofia do comodista.

*

Sim, a vida é imperfeita.

Estará nisso a sua perfeição?

MEDITAÇÕES DO JOVEM PENSEROSO

Matéria contínua / descontínua.

Um toquezinho aqui repercutirá na última galáxia?

Infinito para baixo / para dentro.
Microinfinito(s).

Universo: finito / infinito.

Finito: limites. Esfera com “paredes”
refratárias...

O Universo é infinito!

E isso o esmaga.

Não! é finito!

E isso o aniquila.

Um único universo não pode abrigar todos os possíveis, todos os imagináveis, muito menos os inimagináveis. Mas por que onze? Por que não um infinito de universos infinitos?

Só o pensamento supera a velocidade da luz. O pensamento expande-se em todas as direções e nada lhe é obstáculo. Se pudéssemos viajar – literalmente – em pensamento, poderíamos estar simultaneamente aqui e além.

Deus é puro Pensamento, por isso é onipresente.

Se pudéssemos pegar uma carona no pensamento de Deus, seríamos Deus.

Saberemos algum dia alguma coisa de algo? Não disse Cristo: “Vós sois deuses”?

Adolescente, lendo algures que “a história se repete”, obtemperou, para si mesmo: “Sim, mas não como num círculo, e sim como numa espiral. Uma espiral ascendente que vai se abrindo e se alargando.” Repetia, sem o saber, o que outrem já imaginara. Sim, as idéias *estão no ar, basta*

colhê-las... Só que se há de o fazer no tempo certo. Passada a hora, é chover no molhado.

Sonhava, em seus idos, um disco sonoro que seria lido – ou cantado – não mais por uma agulha, mas por um raio de luz. Infelizmente, não se inventou o *compact disk*. Nem o *laser*.

Mas o *seu* CD era melhor que o atual: a leitura era feita através de uma carapaça, de modo que a superfície gravada era impenetrável à deterioração por aderências, arranhões etc. Quem sabe ainda o inventa?

Sonhou também uma cidade moderna, com ruas sem fiação suspensa – de fato, até sem postes: a luz vinha do meio-fio, de maneira que a iluminação urbana interferia bem menos na visão da abóbada noturna. Como não estudou Arquitetura, Engenharia, Urbanismo, nem foi político, não ajudou a conceber Brasília.

Captava idéias que estavam como que em suspensão no éter, algumas talvez ainda mal afluando. Sem preparo técnico-científico para desenvolvê-las, deixou-as no limbo do sonho. Mas preparou-se para o poema – e passou a captar a poesia que estava no ar... ou nos livros!

JOGOS

Num salão de bilhar, alguém diz: “Quinze!”, referindo-se aos pontos que acaba de perfazer. Em mesa próxima, sem atentar para a coincidência, alguém repete: “Quinze!”

Coincidência... Mantenho? Sim, na acepção própria da palavra. No sentido de acaso, não – mostram-me inequivocamente décadas de observação do fenômeno, na prática do jogo de sinuca.

O que ocorre numa das mesas está estreitamente ligado ao que se passa nas outras. Há uma correlação sensível entre as tacadas. Se não é acaso, nem mera coincidência,

que nome se lhe poderá atribuir? Sincronicidade? sincronismo? (Jung, Koestler...)

Uma sorte de solidariedade?

Há muitas “coincidências” que parecem formar um *conjunto* regido por leis que desconhecemos.

Insinua-se uma determinação translúcida para o fato, não tenho dúvida. Determinismo absoluto? Ou algo que pode ser subjetivamente quebrado, mercê da perícia superior de algum dos jogadores, por exemplo? Ou será que a superioridade de um modifica os termos da equação, em vez de dissolvê-la?

Não por acaso falo em equação. Penso que há uma relação matemática entre os lances; relação que, equacionada, nos faria entender talvez, além do estritamente lúdico, o mecanismo instaurador de um jogo maior.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Museu Memorial de Brasília



Museu Memorial de Brasília

TROPEIROS, TROPAS & BOIADAS

Danilo Gomes ¹

“Essa era a vida do Tropeiro: viajar! Saber ou pressentir todas as emboscadas e reveses da vida. Mas nunca parar ou retroceder. Era preciso continuar sempre aquela importante viagem que durava trinta dias, trinta anos.” (José Prates, no livro *O Tropeiro e o Menino*.)

“Tempo de tropa, meu amigo, parece que passou. (...) Queria era ver vocês tropeando de verdade, fazendo fogo mesmo na chuva e passando rio na cheia. E vão tropear só três dias, enquanto a gente tropeava até trezentos!” (Domingos Pellegrini, no livro *A Última Tropa*.)

Contamos com estudos de natureza científica, sociológica, sobre o tropeirismo e sua importância na economia nacional e no progresso comercial que as andanças das tropas trouxeram ao Brasil. Livro bem conhecido dos estudiosos da matéria é o já clássico *Vida e Morte do Tropeiro*, de Aluísio de Almeida.

No campo propriamente literário é voz geral que, desde seu surgimento em modesta roupagem tipográfica e editorial, em 1917, *Tropas e Boiadas*, de Hugo de Carvalho Ramos, firmou-se como um clássico, pelo tema, pelo tratamento estilístico, pela elegância formal de sua engenharia de construção, pela riqueza léxica, vocabular.

Goiano nascido na então capital, Goiás, em 1895, Hugo de Carvalho Ramos concluiu, no Rio de Janeiro, o curso de Direito. Naquela cidade, gostava de passear no velho e bucólico parque imperial da Quinta da Boa Vista, que lhe trazia lembranças telúricas do torrão goiano. Seu livro logo

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 54, patroneada pelo Pe. Osvaldo Sérgio Lobo.

o consagrou e mereceu retumbantes elogios de Medeiros e Albuquerque, Antônio Torres, Jackson de Figueiredo, Monteiro Lobato e outros mestres. A depressão e uma profunda melancolia levaram o autor ao suicídio, nove dias antes de completar 26 anos. Lastimável a precoce partida desse genial autor, uma das minhas maiores admirações.

Do livro que celebrizou o escritor goiano (*Cidade de Goiás*, 1895- Rio, 1921) tenho três edições.

Uma, da José Olympio, Rio, 1965, 5ª ed., nota biográfica por Victor de Carvalho Ramos (irmão do autor), Introdução de M. Cavalcanti Proença e capa de Luís Jardim.

Outra, uma edição da PD Araújo – Liv. e Edit. Cultura Goiana, Goiás, 6ª ed., 1984, Apresentação de Romeu Mendes e Nota Biográfica (já histórica e bem informativa) do mano Victor, capa do ilustrador Prates e de César da Veiga Jardim.

A terceira deve-se à Editora da UFG e à Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 8ª ed., 1997, com organização, revisão e notas de Gilberto Mendonça Teles; ilustração de capa por Omar Souto; Introdução (já emblemática) de Manuel Cavalcanti Proença, sob o título *Literatura do Chapadão*.

Os volumes da José Olympio e da Liv. e Ed. Cultura Goiana trazem as conhecidas fotos do autor aos 21 anos, bem como formado em Direito, sua casa em Goiás Velho (a antiga capital) e em companhia de jovens amigas, na Quinta da Boa Vista, no Rio, 1918.

Leitor de Hoffmann, Afonso Arinos, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Olavo Bilac, nosso Hugo de Carvalho Ramos publica seu notável livro em 1917, aos 22 anos. Tinha uma alma sertaneja e um coração tropeiro e telúrico. *Tropas e Boiadas* se enquadra no cânone regionalista, com raízes no mórbido, no fantasmagórico, às raias do

fantástico, bem como, está visto, na paisagem e na gente do sertão goiano. É sedutor o resultado desse amálgama.

Vocabulário muito rico marca esse livro. Nesses contos, M. Cavalcanti Proença aponta influências do linguajar gaúcho (ou gauchesco). Tropas e boiadas cruzavam o Brasil do Sul ao Nordeste, num incessante vaivém.

No seu erudito ensaio crítico, o mencionado Gilberto Mendonça Tales salienta o “alto sentido estético” do livro de Hugo de Carvalho Ramos e, ao fim e ao cabo, faz desembocar seu percuciente estudo nas vertentes de Guimarães Rosa e Bernardo Élis, figuras exponenciais do grande sertão tropeiro & boiadeiro de um Brasil profundo, muito além da costa atlântica.

Em 2002, o escritor José Prates (Salinas, MG, 1943) que morou em Brasília e foi membro da Associação Nacional de Escritores - ANE, publicou o livro *O Tropeiro e o Menino*, editado sob a chancela da Academia de Letras do Distrito Federal e com patrocínio do FAC - DF. As “orelhas” são do arquiteto e cronista Mário Bakaj e a contracapa estampa um texto de Paulo Bertran. A capa é de Ana Beatriz Caçador. Segundo o saudoso pesquisador do Cerrado Paulo Bertran, “neste livro há heranças imemoriais, o relicário de um tempo que passou, guardado nas memórias do Menino, que envelopa o pai e os extintos sertões nas dobraduras da história.” Mário Bakaj destaca o amor de José Prates por Salinas e seu pai Zepaulino e anota que o autor “escreve com primor, com elegância de estilo.” Mário Bakaj afirma: “São épicos e fascinantes o Tropeiro e seu braço direito, Antônio Cruz, e os outros a ele sempre fiéis e amigos.” O prefácio é do escritor Afonso Heliodoro dos Santos (falecido com 102 anos de idade), então Presidente do IHGDF e assessor de JK. José Prates foi Prefeito de sua

cidade, onde mora há muitos anos, e é também muito ligado a Itabuna, BA.

O itinerário tropeirístico do belo livro de José Prates vai de Salinas, MG, a Itabuna, BA.

Cabe aqui uma referência ao valioso livro do escritor e jurista goiano Rogério Arédio Ferreira, intitulado *O Tropeiro Eli*, de agradável e proveitosa leitura e que foi enriquecido com apreciável iconografia. Ofereci o livro ao colega amigo Napoleão Valadares. Em várias de suas crônicas, contos e outras narrativas, sertanejos, tropas & boiadas são temas tratados por Napoleão Valadares com perícia estilística. A crônica *Cabeça de Burro* está no seu livro *Passagens da Minha Aldeia*. À pág. 137 da *História de Arinos* ele se refere a tropas. Quanto a gado, no livro *Urucuia* ele descreve o estouro de uma boiada; à pág. 91 de *Urucuia*, o autor trata de condução de gado da fazenda Água Limpa para a fazenda Taquara. Também, no livro *Campos Gerais*, Napoleão Valadares nos brinda com os excelentes contos *Arribada*, *Azulão* e *Vaqueiro no Céu*.

Finalmente, quero registrar, neste tropear por varjões, veredas e ranchos do nosso Brasil, outro livro importante nesse contexto. Refiro-me ao romance *A Última Tropa*, do escritor paranaense Domingos Pellegrini, nascido em Londrina, PR, em 1949, cidade em que reside. Ele foi jornalista e publicitário, publicou vários livros (entre eles *Terra Vermelha* e *O Tempo do Seo Celso*) e recebeu numerosos prêmios, como seis Jabutis.

A 1ª edição saiu em 1998 e a 2ª, que tenho, é de 2003, da Ed. Moderna, de São Paulo, capa de Ettore Bottini e ilustrações de Nelson Reis. Na apresentação, patenteia-se que “os tropeiros buscavam mulas, no Rio Grande do Sul, para trabalho nas minas e fazendas de quase todo o país.” E

mais: “Conduzindo a tropa, como eram chamados os lotes de animais, viajavam durante meses, aproveitando para levar cargas de mantimentos e outros artigos que iam vendendo, do interior para as cidades e vice-versa. Nos pousos, os pontos onde pernoitavam, surgiram muitos povoados, futuras cidades.” O texto (por certo do autor) ensina mais: “O tropeirismo se estendeu de 1730 a 1880, com a feira de Sorocaba (Estado de São Paulo), e depois até 1955, quando a maioria das tropas era vendida em Itapetininga, também no Estado de São Paulo. Assim, ainda havia tropas pelos caminhos do sul do país, enquanto iam sendo feitas estradas por onde já rodavam os veículos que acabariam com o tropeirismo. Até então, foi o tropeirismo o eixo que manteve produtivas e unidas imensas regiões do país.”

É este o fecho do texto de apresentação da obra: “Filhos de tropeiros, a partir dos dez anos de idade, acompanhavam os pais nas viagens, para aprender o ofício. Esta é a história de um desses meninos.”

Temos, nesse livro de Domingos Pellegrini (cujo avô José foi tropeiro por duas temporadas), um encantador romance de costumes, aventuras, ação e emoção para jovens e adultos. São episódios de um Brasil que se modificou depois das ferrovias e rodovias. A rota tropeira do livro de Domingos Pellegrini contemplava de Porto Alegre/Viamão, RS, a Itapetininga/ Sorocaba, SP, passando por Castro, PR.

O tropeirismo ainda remanesce precariamente nos sertões, mas hoje seus heróicos grandes dias de júbilos, festas, mercados públicos, negócios e canseiras viraram nostalgia e saudosismo rural e sertanejo, com muitos namoros, casórios e também aperreios, desavenças e entreveros de permeio.

Meu avô paterno, Carlos (1867- 1947), foi tropeiro na juventude e mesmo depois, como comerciante em Mariana. Autodidata, foi exímio charadista e até poeta. Exerceu as funções de Juiz de Paz e tinha o título de Capitão da Guarda Nacional. Sobre ele, meu tio Cristovam Carlos Gomes escreveu um livreto, onde conta que, na juventude, meu avô, nascido em fazenda, dedicou-se à lavoura e à criação de gado. Depois, além da casa comercial, diz Cristovam, “mantinha meu pai uma boa tropa que periodicamente transitava por Mariana e Ouro Preto, num constante intercâmbio entre essas cidades e o distrito de Cláudio Manuel.” De fato, era intenso em Mariana e em toda parte o movimento de tropeiros trazendo e levando cargas com produtos de vários gêneros. Assim, sangue tropeiro corre nas veias deste velho cronista que, quando menino, nas fazendas, andou a cavalo e em carro de boi. Em Mariana, havia um rancho de tropeiros, do Sr. Catinho Camêllo, onde íamos comprar produtos das fazendas.

Por derradeiro, já no fim desta tropeada, devo mencionar que temos, no Brasil, pelo menos dois Museus do Tropeiro. Um, em Ipoema, aprazível distrito de Itabira, MG, fundado e dirigido por muitos anos pela dinâmica professora Eleni Cássia Vieira, e que conheci em 2003; outro, em Castro, PR, de que tomei conhecimento no mencionado livro de Domingos Pellegrini. Com sentido didático, pedagógico e histórico, essas instituições culturais merecem a visita e o apreço de todos os brasileiros e a atenção dos poderes públicos e da iniciativa privada, em proveitosas parcerias.

UM PARAÍSO A PRESERVAR A NATUREZA DO BRASIL PEDE PAZ! Um alerta à espécie humana do planeta Terra.

Eugênio Giovenardi ¹

Vivemos a era do antropoceno, cuja data de início é ainda controversa (Eugene Stoemer, biólogo americano). O antropoceno se caracteriza como um período geológico da Terra dominado e determinado por uma única espécie – *homo sapiens*. Os destinos geológicos e biofísicos do planeta, a forma como se processam as relações entre os seres vivos e minerais são submetidos às decisões autoritárias da espécie humana. Esta atitude universalizada resulta de uma fé ingênua no progresso, de uma ideologia consumista e de poderosos *lobbies* econômicos. Ela mesma, a espécie humana, não sabe e lhe será difícil prever as consequências dessa gestão autocrática. Nada mais perigoso do que um sistema monocrático de decisões ao qual tenham que obedecer todas as formas de vida que compõem a biodiversidade do planeta Terra.

Si vis pacem, para bellum. Se queres a paz, prepara a guerra, aconselhavam os romanos. Tratava-se de preservar um império, suas conquistas, seu povo, sua cultura. As guerras preparadas não lograram a paz desejada. A *pax romana* ganhou uma amplitude universal. Um pacto de paz mundial está na ordem do dia.

A longa, larga e profunda experiência no curso da contínua evolução da espécie humana suplica, em nosso tempo, um esforço planetário capaz de desobstruir o caminho desejado e difícil em busca da harmonia e da paz.

¹ Ecosociólogo, Acadêmico ocupante da Cadeira 94, patroneada por Gilberto Freyre

Além da guerra que a espécie humana trava, há milênios, contra si, negligentemente descuida também das relações de interdependência com a natureza. Estamos em guerra contra as forças da natureza. Então, hoje, a recomendação suspensa no ar à espécie humana é: *se queres a paz, prepara a paz.*

A globalização do planeta, entre os séculos XV e XVI, ampliou as perspectivas e possibilidades de expandir negócios, apoderar-se de novas terras, fortalecer estados europeus e consolidar o poder de reis, imperadores e grandes empresas de exportação e importação de bens extraídos da natureza. O empobrecimento do planeta sofreu, com o aprimoramento da navegação, um indesejado impulso inercial de exploração ininterrupta dos bens limitados da Terra em favor da espécie humana.

UM PARAÍSO ACHADO

Um pequeno número de *sapiens* atravessou o Atlântico, por volta de 1500, zarpando da Europa em direção a Oeste. Nas praias da futura América, encontrou outros grupos de *sapiens* generosamente receptivos. Pero Vaz de Caminha relatou ao rei de Portugal o êxito da expedição. Pode-se inferir dos relatos que os navegadores haviam encontrado um paraíso.

“Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências.”

“Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo d'agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que,

querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!”

Os que desembarcaram em terras novas, limpas e saudáveis, traziam, porém, nas bagagens um conjunto de armas letais como a varíola e o vírus da gripe. Estima-se que, em algumas décadas, essas patogenicidades aliadas à ganância dos exploradores mataram ao redor de 50 milhões de ameríndios (Le Monde, Stephane Foucart apud J. B. Fressoz et C. Bonneuil, Seuil, France). Troncos linguísticos e culturas milenares se perderam ao longo de centenas de anos. Os ameríndios que ocupavam o paraíso foram gradativamente expulsos. Hoje, quem pode expulsar os novos ocupantes do paraíso brasileiro somos nós mesmos, se não preservarmos a diversidade das florestas e de seus habitantes, das águas abundantes que correm em todas as direções do Brasil.

De posse de armas, germes e aço, a espécie humana continua abrindo caminho para ocupar gradual e definitivamente as regiões do planeta ainda em estado paradisíaco. Ao longo de séculos, o desaparecimento dos Neandertais registra as impressões digitais do *homo sapiens*. Nas terras do Oeste, os habitantes que nelas viviam, há quase 30 mil anos, sentiram a mão pesada dos chamados descobridores. Doenças e escravidão foram dizimando, em duzentos anos, culturas milenares.

A natureza e seus habitantes, que compunham a biodiversidade dos diferentes ambientes ecológicos do Brasil e das Américas, com essa visita inesperada, foram abalados por fenômenos físicos e humanos. Milhares de hectares de cultura, destinados à produção de alimentos, foram abandonados. Imensas áreas ficaram desertas e despovoadas. Os germes invisíveis e as armas dos novos proprietários mudaram o cenário das Américas e do

planeta. Um novo mundo, assim denominado, surgiu da interrupção e da destruição de culturas milenares. Florestas, ao longo das Américas, caíram a golpes de machado, motosserras, *bulldozers* e de incêndios para a exportação de madeiras, de ouro e de prata.

A imposição de novos costumes, de diferentes culturas, de princípios jurídicos, políticos e religiosos, de miscigenação forçada, da pluralidade de idiomas, ao longo de cinco séculos, determinou desafios de adaptação, criatividade, resistência, inovação e convivência planetária. Há dois séculos, a África veio contribuir com sua cultura, seu trabalho e seu povo à preservação das diferenças que enriquecem as nações do Novo Mundo. A miscigenação das novas populações é um grito permanente contra a escravidão em todas as suas manifestações. Desta amálgama de culturas revelam-se perspectivas de liberdade, de um novo olhar sobre a natureza, de um novo comportamento planetário de paz num mesmo sistema de biodiversidade, da qual a espécie humana é apenas um dos integrantes.

O essencial no planeta Terra é a vida em todas as suas formas e configurações. Um armistício, um pacto de paz com a vida, portanto, engloba a biodiversidade do planeta na qual está inserido o ser humano. Um limitado pacto de paz, apenas para evitar guerras entre os povos, discriminação de todos os tipos, preconceitos e desigualdades sociais não terá efeito duradouro se os outros componentes da biodiversidade – fauna, flora e água – ficarem sob o controle discricionário do ser humano. O planeta é um só. E esta casa é comum a todos os seres vivos que integram a biodiversidade. Um pacto de paz é um compromisso que o mais forte assume de não dominar, não submeter e não extinguir as espécies mais fracas. Na

biodiversidade, os mais fracos são tão necessários quanto os mais fortes.

DO LOCAL AO GLOBAL

Um novo olhar sobre o universo, sobre o planeta, sobre a natureza é possível, necessário e urgente. É mais fácil e com mais resultados olhar o que está perto, o espaço que está ao alcance da visão. Há mais de quarenta anos, um novo olhar sobre uma pequena área de setenta hectares do bioma Cerrado brasileiro (o bioma Cerrado tem extensão de 2 milhões de km²), arrasado pelo fogo e pela extração de madeira para carvão, permitiu-me compreender que uma relação diferente de convivência com a biodiversidade era necessária e possível.

Dedico-me, ao longo de quarenta e quatro anos, a acompanhar a regeneração da flora original dessa área de setenta hectares, o retorno de aves e animais que perderam seu habitat e o reaparecimento de nascentes de água. Esta área em regeneração, desde 1974, denomina-se, hoje, Biocomunidade Sítio das Neves, no perímetro do Distrito Federal do Brasil.

O ciclo da regeneração da flora e seus efeitos sobre os aquíferos e sobre a acomodação da fauna em novos habitats pode precisar de décadas, quando não de centenas de anos. Parece evidente que em diferentes biomas o tempo da regeneração dependerá da variação do clima e da intensidade da exploração dos elementos naturais. Por essa razão, não é racional impor um limite de tempo ao bioma em regeneração. A velocidade da ocupação do espaço geográfico pela espécie humana e o impacto de sua ação no uso dos bens da natureza comprometem perigosamente a regeneração dos biomas. A degeneração da flora, a extinção de milhares de espécies da fauna e o esgotamento das

fontes de água empobrecem a natureza e põem em risco a própria sobrevivência da espécie humana.

A primeira informação que este pequeno espaço do Cerrado me deu, há mais de quarenta anos, referia-se à rápida evasão das águas da chuva, escorrendo pelas grotas e canais milenares de esgotamento em direção aos córregos e ribeirões. O escoamento rápido era favorecido pela nudez do solo provocada pelas queimadas anuais, que são estimuladas pela cultura popular composta de crendices e falsas informações. Atitudes e comportamentos, graças às iniciativas públicas e privadas, e principalmente pelo despertar das novas gerações, em diferentes regiões do país, vão gradativamente se modificando em favor da natureza.

Diante da terra arrasada, duas iniciativas pareciam brotar do chão, sugeridas pelas leis físicas da natureza. Primeiro, impedir as queimadas; segundo, captar, conter e reter as águas da chuva, por meio de pequenas barragens, ao longo de todos os canais de esgotamento. O resultado imediato previsível se confirmou: as águas da chuva permanecem mais tempo acumuladas e se infiltram no solo, a vegetação se expande ano a ano e retém, nas folhas e nas raízes, maior volume hídrico.

Decorridos mais de quarenta anos de pousio, com exploração agrícola racional do solo, sem corte de árvores, sem queimadas, a área reconquistou grande parte da biodiversidade nativa e, com ela, a paz. As árvores trouxeram o silêncio e a paz. Os pássaros, a alegria. A biodiversidade, a abundância de vida.

Uma das atitudes conscientes da espécie humana, alimentadas por costumes e comportamentos culturais, muito semelhantes aos de qualquer animal com fome, é apropriar-se de bens da natureza em benefício próprio. A

mão humana corta árvores, aprisiona e mata animais por necessidade, interesse, medo. Ou por diversão, em se tratando do *homo sapiens*. Os predadores naturais para preservar a própria vida e a reprodução sabem, por dedução cerebral, que não podem destruir florestas de onde tiram diariamente seu sustento. Só a espécie humana destrói florestas para produzir alimentos.

Exageramos na dose. Multiplicamos bocas, criamos necessidades e múltiplos desejos de consumo. Uma das consequências da ação humana na produção de alimentos, na criação de animais domésticos, na fabricação de artefatos tecnológicos descartáveis é a perigosa diminuição da biodiversidade. O complexo natural composto de árvores, água, animais, é uma condição necessária para manter a cadeia trófica e altos índices de biodiversidade importantes para cada forma de vida.

Nesta corrente do complexo natural faltam muitos elos. A recomposição desse complexo natural, o reaparecimento de plantas e animais e a restauração, ainda que parcial, da biodiversidade dependem de algumas condições.

Ao observar minhas atitudes e meus comportamentos nas relações com a natureza, especialmente com árvores, água e animais, ao longo do tempo, percebi que meu intencional afastamento de seus espaços produzia efeitos surpreendentes.

Compreendi, não sem espanto, que a reconquista vegetal dos espaços perdidos, o aparecimento de novas plantas e novas espécies, o retorno de pássaros e animais, normalmente objetos de caça, dependiam de meu afastamento, de minha retirada, de estar a certa distância e perceber o silêncio de tantas vidas. A paz depende da retirada do inimigo, do invasor, do dominador.

Na guerra entre a espécie humana e a natureza é imprescindível, à primeira, depor as armas e deixar o campo de batalha. Para que uma população vegetal e animal reconquiste seu espaço e sua terra natal é necessário que o invasor se retire e volte mais tarde como colaborador e participante do processo de regeneração. Só a paz vegetal possibilita ao Cerrado, à Amazônia, à Mata Atlântica, reconquistar a biodiversidade e a convivência pacífica entre florestas, animais e a espécie humana.

Durante meu longo e proposital afastamento, sem descuidar da observação ativa, olhos e ouvidos atentos, percebi multiplicar-se a vida em todos os recantos da biocomunidade. Novas espécies vegetais de pequeno e grande porte, fruteiras silvestres se multiplicaram e atraíram aves e animais selvagens, juntamente com uma inumerável quantidade de diferentes insetos, recompondo-se lentamente a biodiversidade. O afloramento de novas nascentes de água foi, sem dúvida, a cereja no bolo da festa da reconciliação.

Esses novos aparecimentos, parece-me evidente, resultam do afastamento prudente e inteligente do grande predador. A ação predadora da espécie humana tem vários nomes com efeitos e consequências que se prolongam no tempo contra a biodiversidade. Entre eles está o fogo. A queimada programada ou criminosa, com argumentos culturais, se associa a práticas agrícolas e criação de gado extensiva: bovinos, ovinos, caprinos, equinos. Duas práticas que atingem diretamente as nascentes de água, os alimentos de pássaros, de outros animais e devastam as árvores nativas.

Há o outro lado. Esses grandes animais atraem carrapatos, moscas e outros insetos que alimentam perdizes, seriemas e pássaros. Mas o custo-benefício

ecológico, no longo prazo, é prejudicial ao importante sistema hídrico do berço das águas do Planalto Central. Por isso, o uso racional dos elementos naturais e a ocupação dos espaços em cada região devem ser precedidos pelo estudo e compreensão da biodiversidade e preservá-la com tecnologias criativas.

Cada uma dessas práticas de forma isolada, como a monocultura, ataca indiscriminadamente, à sua maneira, as árvores e as águas. Ao derrubar árvores para o plantio ou criação de animais, a ação humana está afundando as águas. Os aquíferos recebem cada vez menos águas das chuvas pela dificuldade de infiltração necessária à recarga dos aquíferos.

Dezenas de anos de trégua mudaram minhas relações com a biodiversidade. Hoje, percebo mais intensa a cooperação entre todos os membros da biocomunidade. A cooperação entre as vidas não extingue conflitos que fazem parte da existência. Objetivamente os conflitos estão impregnados de cooperação. Árvores grandes convivem com arbustos como se fossem filhos menores ao seu redor. A comunicação das raízes mais robustas no subsolo irriga e leva alimento às mais frágeis. Cada espécie alcança seu tamanho e volume segundo sua organização biológica. Há um amor implícito na convivência das plantas. Todas comem à mesma mesa.

O RETORNO DAS ÁGUAS

Quando publiquei o pequeno livro *O Retorno das Águas* (edição bilíngue), em 2005, meus experimentos em ações de preservação de nascentes, no Sítio das Neves, completavam mais de vinte anos. Durante esse tempo, dediquei-me a observar o comportamento das águas no período seco e na estação chuvosa.

Leituras e consultas a especialistas ampliaram minha curiosidade de sociólogo observador. Tornei-me ecossociólogo. Interessei-me por compreender a relação entre os elementos da natureza, os processos de cooperação e competição entre eles, o ciclo das águas, os aquíferos subterrâneos, os processos de infiltração e percolação, a lei da inércia aplicada aos fluxos líquidos, a espetacular solidariedade dos vasos comunicantes.

Minhas observações, reflexões e mensurações conduziram-me a perceber, depois de alguns anos, sinais de nascentes ou olhos d'água em pontos mais altos da área. A restauração da vegetação, nesses locais, antecipava o afloramento da água logo nas primeiras chuvas. No período chuvoso, dezenas de afloramentos de água se esgotam com o final das chuvas. Há outros, porém, que resistem aos veranicos e se prolongam, por algum tempo, após o término da estação chuvosa.

Atento às leis físicas, ao processo de infiltração e percolação resultante da captação, contenção e detenção das águas pluviais, acalentei a certeza de que seria possível emendar as águas da chuva com os aquíferos subterrâneos. A recarga do lençol freático formaria pressão suficiente para que se restabelecesse a vida das nascentes. As leis físicas não me enganaram. Depois de quase 30 anos de espera paciente, pude comprovar o retorno das águas numa das nascentes intermitentes.

Experimentos semelhantes, em todos os estados do Brasil, relatados pela imprensa, comprovam que um novo olhar sobre a natureza é possível, necessário e vantajoso para todos. Pequenos ou grandes produtores rurais perceberam a necessidade e a vantagem de preservar e estimular a ampliação da biodiversidade. O Brasil continua sendo o paraíso relatado por Pero Vaz de Caminha e deve

ser preservado. *Em tal maneira é graciosa (esta terra) que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem!*

DIVERSIDADE DA FLORA E DA FAUNA DO BRASIL

Os números apresentados no Relatório *Planeta Vivo* (Fundo Mundial para a Natureza - WWF) são amedrontadores: 20% da floresta amazônica já foi queimada ou destruída. De 1970 a 2014, 60% dos animais vertebrados desapareceram do mundo. Na zona do Caribe e América Latina, os números são aterradores. Em 44 anos, 89% dos vertebrados foram sendo dizimados. Entre 2000 e 2014, o mundo perdeu 920 mil quilômetros quadrados, superfície similar ao tamanho da França e Alemanha.

“Não pode haver um futuro saudável e próspero para os homens em um planeta com o clima desestabilizado, os oceanos sujos, os solos degradados e as matas vazias. Um planeta despojado de sua biodiversidade.” (Marco Lanbertini, diretor-geral do WWF).

O amanuense do rei de Portugal, ancorado em frente à costa da Bahia, não alcançou a imaginar o que encerrava o paraíso brasileiro. Quinhentos anos de exploração da cana-de-açúcar, do algodão, da soja, do trigo, do arroz, do milho, da bovinocultura, da caça, da pesca, da construção de hidrelétricas, rodovias, ferrovias, aeroportos criaram condições de possível bem-estar econômico e social à população, mas infelizmente provocaram forte empobrecimento da biodiversidade. Espécies nativas da fauna e da flora foram extintas. Milhares de quilômetros quadrados em regiões do país, como na Amazônia, no Nordeste e na Mata Atlântica foram declaradas áreas de regeneração e preservação para contrabalançar o desgaste ecológico acarretado pela exploração da natureza.

Apesar do impacto da ação humana sobre os diversos biomas brasileiros, a resistência das espécies é impressionante. O trabalho de pesquisa de 575 botânicos brasileiros e de outros quatorze países concluiu amplo levantamento sobre a diversidade plantas, algas e fungos do Brasil. O número foi calculado em 46.097 espécies vegetais. Quase metade é endêmica do território nacional. Em 2015, foi lançada a primeira versão do Catálogo Taxonômico da Fauna do Brasil. O estudo apresentado por cerca de quinhentos especialistas apresenta informações sobre 116.092 espécies em sua maioria artrópodes. (Revista *PESQUISA FAPESP*, nº. 241, março, 2016.)

Outros dados mostram que 95% das pradarias da América do Norte estão sob o domínio da ação humana. Igualmente para 88% da Mata Atlântica, 70% dos pampas entre Rio Grande do Sul (Brasil) e Rio de la Plata, 50% do Cerrado e 17% da floresta amazônica. Mesmo assim, as Américas possuem 40% da biocapacidade global de prover serviços e benefícios para a humanidade, com 13% da população do mundo (Revista *PESQUISA – FAPESP* – Maio, 2018, Ano 19, Nº 267, Bióloga Cristina Simões Seixas).

As mudanças climáticas podem não ser perigosas para o planeta, acostumado a elas por bilhões de anos. Mas podem ser dramáticas para todas as espécies vivas. Antônio Guterres, Secretário-geral da ONU, alerta: *Mesmo testemunhando os impactos climáticos devastadores que causam estragos ao redor do mundo, ainda não estamos fazendo o suficiente, nem nos movendo rápido o suficiente, para prevenir uma interrupção climática irreversível e catastrófica.*

O aquecimento global detectado por especialistas renomados, o derretimento das geleiras, tempestades, inundações, longos períodos de seca e incêndios de grandes

proporções, desastres climáticos simultâneos afetam os seres vivos ao redor do planeta. A irregularidade das chuvas, o esgotamento do solo, em processos produtivos intensos, e a escassez de água tornam mais e mais custosa e imprevisível a produção de alimentos.

PACTO DE PAZ

A natureza parece indicar, com urgência, um ato de reconciliação entre os seres vivos. A natureza brasileira quer paz. Mas um pacto de paz, na era atual, deverá abranger todas as formas de vida. Dotada de cérebro capaz de associar e elaborar todas as informações recebidas dos cinco sentidos, e expressar seus pensamentos pela palavra, a espécie humana terá que se dispor a um pacto de paz com a natureza. A paz com a natureza, isto é, com a sustentação da biodiversidade, é o melhor senão o único meio de sobreviver no universo como espécie consciente. A espécie humana é membro de um corpo interplanetário no qual circula o mesmo sangue existencial. A vida é a essência do planeta Terra.

FATORES QUE POSSIBILITAM O PACTO DE PAZ

A combinação simultânea e estrutural de três fatores básicos pode concorrer para um pacto de paz ecológico. Os bens naturais oferecidos pelo planeta são diversificados, mas limitados e, pelo princípio natural da vida, estão disponíveis a todos os seres vivos para sua sobrevivência e reprodução. O conjunto dos seres vivos compõe a biodiversidade da biocomunidade. O aspecto essencial a considerar no exercício da convivência entre os seres vivos é que a biocomunidade do planeta se manifesta como um corpo único. Todas as formas de vida são, portanto, interdependentes.

SOBREVIVÊNCIA E REPRODUÇÃO DE POPULAÇÕES

O primeiro fator se relaciona com o crescimento contínuo da população humana e, conseqüentemente, a manutenção e a reprodução de outras vidas que subsidiam a sobrevivência do *homo sapiens*.

A população humana no planeta, no antropoceno, arrasta consigo uma superpopulação de animais domesticados em detrimento dos animais selvagens, da água e das florestas. Os números do Brasil são de 220 milhões de cabeças de bovinos para uma população humana de 210 milhões. A reprodução das populações de animais domésticos, destinados ao comércio interno e externo, produz um impacto devastador sobre a natureza e compromete a reprodução necessária da biodiversidade. Os recursos e os bens naturais limitados indicam que as populações vivas devem também limitar sua reprodução.

Todas as espécies vivas se servem de elementos comuns oferecidos pela natureza de nosso planeta, ao longo das estações do ano: água, ar, sol, terra. Sabiamente, a natureza estabeleceu um sistema predatório de controle do crescimento e da reprodução de espécies que garante o equilíbrio natural e minimiza as monoculturas. A vida se alimenta de vidas. Desse sistema natural também participa a espécie humana. Bactérias e vírus que atacam a flora e a fauna, também se infiltram na espécie humana. Apesar da evolução tecnológica na área da saúde, graves epidemias têm dizimado milhões de pessoas. É o funcionamento do sistema predatório que acompanha a biodiversidade.

A única espécie que pode reproduzir-se além das possibilidades de sobrevivência é o *homo sapiens*. A evolução do cérebro e de sua capacidade de ordenar e administrar os elementos da natureza lhe deu a errônea percepção de que tudo o que existe está preferentemente à

sua disposição. A espécie humana despreendeu-se irresponsavelmente do conjunto da biodiversidade para assenhorear-se das riquezas do planeta. Sua capacidade inventiva de transformar, de adaptar, de produzir alimentos, construir abrigos, máquinas e armas estimulou e acelerou a própria reprodução. O aumento gradativo de espécie humana provocou ondas de emigração, ocupação de espaços habitados por outros seres vivos, causando quase insuperáveis condições de sobrevivência à global biodiversidade da qual depende e à qual pertence.

A espécie humana, diferentemente das outras espécies animais, tem a capacidade de decidir sobre os limites de sua reprodução biológica. Esta decisão lhe permite estabelecer as condições de prosperidade, conforto, bem-estar para sua descendência nas próximas décadas. Um olhar prospectivo e consciente sobre o futuro da espécie humana ainda suscita dúvidas, indecisões e resistências sobre a redução da taxa de natalidade nos países mais populosos.

A população mundial, à época da chegada dos europeus ao Novo Mundo, era de 425 milhões de pessoas, pouco mais do dobro do número atual de habitantes do Brasil. As Américas têm 1 bilhão de habitantes e é estimado que chegue a 1,2 bilhão em 2050. A ONU estima que, para 2050, a população mundial alcance 10 bilhões e, em 2100, 15 bilhões, se mantidas as taxas de natalidade atuais em âmbito global. Qual será o impacto ambiental sobre o planeta em se mantendo o atual padrão de vida em termos de produção e consumo?

No Brasil, a taxa de natalidade decresceu nos últimos anos, depois do *boom* demográfico dos anos 1960, graças à intensa urbanização, ampliação das oportunidades de emprego feminino e educação. O controle do crescimento

populacional, porém, carece de um programa universalizado e democrático de planejamento familiar coordenado por mulheres apoiadas por todos os meios de informação e comunicação.

O controle consciente do crescimento populacional da espécie humana, contido na simples taxa de reprodução, seja talvez condição imprescindível para a sustentação da biodiversidade e o pacto de paz com a natureza. Não há que ignorar o impacto da superpopulação num momento em que ondas de emigrantes deixam suas casas, seus países, seus laços culturais em busca da sobrevivência e da paz social.

Um autossistema predador de controle da reprodução, em curso na confraria humana, não responde nem está à altura da evolução e desenvolvimento do cérebro do *homo sapiens*. Milhões de mortos em guerras religiosas, econômicas e políticas disseminadas pelo planeta, a luta pelo poder entre minorias abastadas substituem a desejada redução consciente das taxas de natalidade. A fome ainda dizima milhões de crianças. O aborto, ocasional ou intencional contabiliza milhões de mortes anuais. Doenças e epidemias sacrificam os mais pobres. Acidentes fatais de trânsito nas grandes cidades e em rodovias, no Brasil, cada ano, alcançam cifras de mais de 40 mil vítimas e os assassinatos, mais de 60 mil. Diante desses fatos, a espécie humana está convocada a usar meios inteligentes e racionais para conter sua reprodução em troca de melhor convivência.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E TECNOLOGIA INDUSTRIAL

O segundo fator, ligado ao primeiro, que pode dificultar o pacto de paz com a natureza é a necessidade cada dia maior de produção de alimentos para a subsistência de

bilhões de pessoas, hoje malnutridas, para oferta de moradias e de tecnologias diversificadas em favor do conforto humano. *O fato de não termos ainda uma política global para a agricultura tem provocado o êxodo rural e o crescimento desordenado dos núcleos urbanos e causado situações nocivas ao ambiente*, afirma o antropólogo Prof. Altair Sales Barbosa (Universidade Católica de Goiás). A produção de alimentos, o desmatamento contínuo, o uso abusivo da água, a disseminação de venenos (pesticidas, agrotóxicos atacam indiscriminadamente a biodiversidade), a poluição dos mananciais, rios e oceanos são uma arma constante contra a sustentação da biodiversidade. A perspectiva de o planeta ter que alimentar 10 bilhões de pessoas, na década de 2050, é assustadora.

Todo paraíso tem sua serpente e há que ser cuidadoso com sua presença, especialmente ao se aproximar das árvores das florestas. O desmatamento em áreas da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal Mato-grossense, da Mata Atlântica, extinguiu espécies vegetais e reduziu a fauna que dependia exclusivamente das florestas para sobreviver. Contribuiu para a poluição de quase todos os rios, além do assoreamento causado pelas chuvas torrenciais sobre terras desnudas. Essa devastação, operada durante décadas pela ocupação inadequada das terras e uso irracional do solo, por pequenos e grandes produtores, solidificada pelo agronegócio exportador, vem sendo freada, lentamente e em baixa escala, por tecnologias apropriadas.

Apoiada em leis e códigos florestais desconectados do sistema ecológico, ainda persiste a ideia de que, em propriedades privadas, o proprietário pode dispor da natureza a seu bel-prazer, menosprezando o fato de que a natureza é um bem coletivo. O uso dos elementos naturais

de uma propriedade tem um impacto sobre todo o sistema da biodiversidade.

Há que se considerar, no conjunto das ações de produção de alimentos, vegetais e animais, o longo tempo necessário à natureza para regeneração de florestas ocupadas ou devastadas. O tempo da natureza não é o tempo do relógio. A extinção definitiva de milhares de espécies, praticada pela ação humana, silenciou nossas matas.

Mudanças climáticas e o aquecimento do planeta concorrem para aumentar as dificuldades de produção de alimentos e põem em evidência os limites de bens e riquezas do planeta. Pesquisas recentes de especialistas mostram cenários futuros com ondas de calor, incêndios florestais, secas e escassez de água. O Brasil, com 12% da água doce do planeta, não está imune às mudanças climáticas. Em 2030, segundo especialistas do clima, a demanda de água será 40% maior do que a disponibilidade para a preservação da biodiversidade e da sobrevivência humana.

Consumir menos, refrear o compulsivo uso de produtos industrializados, reduzir drasticamente a produção de lixo e o desperdício de alimentos são atitudes racionais ligadas à redução da população mundial, regional e nacional. Todavia, a redução do consumo, o aumento da produtividade agrícola, a diversificação tecnológica de bens supérfluos podem ser inócuos se não forem acompanhados de taxas reduzidas de natalidade da população mundial.

URBANIZAÇÃO

O terceiro fator que se atravessa no caminho da paz com a natureza é a crescente urbanização em todas as regiões do país. O forte incremento demográfico brasileiro da década de 1960, o atraso tecnológico da agricultura

tradicional, o desenvolvimento da produção agrícola comercial, as perspectivas de trabalho urbano, o acesso mais fácil aos serviços de saúde e educação, aos meios de informação e lazer contribuíram para esvaziar o campo. O índice de urbanização evoluiu, significativamente em poucas décadas. Em 1960, a população urbana era de 44%. Saltou para 67%, em 1980. Atualmente, 82% da população brasileira vivem em cidades, muitas delas em caótico estado administrativo.

A principal característica que a Constituição brasileira, de 1988, assinalou foi a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. No Plano Diretor se definem para cada município as linhas adequadas de políticas e normas que propiciem o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantam o bem-estar de seus cidadãos (art. 182).

Também merece destaque a disposição de que o Plano Diretor Municipal é o instrumento competente para precisar a fluidez do conceito de função social da propriedade (art. 182, §2º). O conteúdo da função social da propriedade estará incluído no plano diretor e fará parte do planejamento urbano global.

O déficit de residências é, no Brasil, ao mesmo tempo, impressionante e contraditório. Estima-se em seis milhões de residências o déficit atual e contabiliza-se o mesmo número de residências desocupadas. O esvaziamento do campo e o enchimento das cidades guardam o selo da desigualdade social e econômica da população. A função social da propriedade reconhecida na Constituição brasileira encontra barreiras estruturais para se cumprir em razão do crescimento desordenado das cidades, o rápido deslocamento do rural ao urbano, o desemprego e os baixos salários de muitas categorias profissionais. Áreas inadequadas de difícil urbanização são ocupadas sob riscos

iminentes, umas por sua localização em morros, margens de córregos ou necessárias à preservação ambiental.

Milhares de agrupamentos humanos se assemelham a imensos aviários, com espaço limitado para o cidadão se mover e respirar. As melhores áreas a beira-mar, vales férteis, margens de rios, mananciais provedores de água foram desertificados pela impermeabilização, por estradas, viadutos, edifícios, aeroportos e milhares de equipamentos que, em realidade, aprisionam as pessoas. As áreas de periferia das cidades e áreas centrais urbanizadas são inundadas por chuvas torrenciais em razão de desmatamento, impermeabilização, lixo acumulado e desvio imprudente de riachos, cuja função era canalizar as águas para rios maiores. A urbanização, na maioria das cidades, desviou o curso dos rios em direção ao mar.

Administrações municipais, no Brasil e ao redor do planeta, enfrentam sérias dificuldades de abastecimento de água aos cidadãos, quando não inundadas por tempestades imprevisíveis. Entre centenas, no Brasil, apesar da abundância de águas em regiões de baixa densidade populacional, estão a cidade de São Paulo, do Recife, de Brasília e em vários estados do Nordeste. Fazemos coro aos clamores da cidade do Cabo (África), de Pequim (China), da cidade do México, de Tóquio (Japão) e Moscou (Rússia).

É evidente a dificuldade cada dia maior de prover água aos cidadãos, de ampliar o tratamento de dejetos e esgotos e da despoluição de rios e oceanos. A contaminação do ar nas cidades se tornou um vetor de doenças infantis e da população idosa.

Ressalte-se a incapacidade cada dia mais perceptível de administrar grandes populações, consolidando a divisão de ricos e pobres, empresários afortunados e subempregados. Desigualdade e pobreza não comportam paz.

Há estudos, projetos, iniciativas emergentes no Brasil, de caráter popular e cooperativo, como em muitos países, que propõem novas atitudes e comportamentos para humanizar as cidades e transformá-las em ambiente de convivência para os cidadãos pedestres. O transporte compartilhado e cooperativo assume importância especial na Itália e ensaia seus primeiros passos em São Paulo para reduzir o número de carros nas vias da cidade.

É cada dia mais evidente para a população, para arquitetos e engenheiros urbanistas, para sociólogos e antropólogos, e para agentes de saúde pública a irracionalidade ecológica e ambiental de as cidades serem invadidas e dominadas por milhões de carros particulares. É inaceitável que Brasília, a nova capital do Brasil, projetada com uma concepção de urbe moderna, elevada à categoria de Patrimônio Cultural Urbanístico da Humanidade, chegue aos sessenta anos, com uma população de três milhões de habitantes e um milhão e oitocentos mil automóveis.

As cidades, ou as *poleis*, têm uma conotação estrutural gregária que favorece a convivência, a conversa, a inter-relação da criatividade, a contemplação da vida e das belezas naturais. “Quando uma cidade se torna um obstáculo, impede que as pessoas se encontrem”, ressalta o médico Paulo Saraiva, da Faculdade de Medicina da USP. A configuração das cidades, atualmente dominadas pelos meios de transporte ruidoso e poluidor, poderia ser destinada exclusivamente aos pedestres, independente do sistema de mobilidade. Vias de circulação motorizada seriam concebidas para não perturbar o trânsito livre de pedestres. O transporte público deveria ser subterrâneo ou circunscrito em vias expressas com paradas de acesso aos usuários que precisam ou desejam ir a outros endereços. Haveria uma distinção clara entre a máquina, o artefato, o

equipamento e o cidadão. Parques multiusos para crianças e adultos, espaços de encontros, de exercícios físicos, ruas arborizadas para caminhadas, pequenas hortas coletivas, salas de teatro e cinema de vizinhança dariam às cidades o necessário ambiente de tranquilidade para a saúde física e mental.

CONCLUSÃO

O pacto de paz com a natureza depende da generosa compreensão da biodiversidade e da interdependência dos seres vivos. Supõe aceitar os limites de oferta de bens naturais do planeta, a lenta e secular regeneração de áreas degradadas. Implica em ações de intenso reflorestamento, de proteção de florestas ainda existentes, de preservação de mananciais, de reuso de águas e incorporação de fontes alternativas de energia.

O pacto de paz com a natureza é possível porque a espécie humana é capaz de pensar, de sentir, de ir além do desfrute material e de perceber o pulsar da vida presente em todos os seres.

O Brasil, país do futuro, na expressão singular de Stephan Zweig (1881-1942), é visto, por sua natureza pujante, por suas densas florestas, pela riqueza de sua fauna, por sua capacidade humana de acolher e integrar culturas de todas as partes do planeta, como um valioso tesouro a ser protegido.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Auditório



Biblioteca Affonso Heliodoro e sala de leitura

O SONO DA BIBLIOTECA

Innocência Viégas ¹

Meia noite completa. Aqui no Rancho todos dormem. Preparo-me também para dormir. Lembro-me que terei que fazer uma pesquisa e para ganhar tempo, decido separar os livros que usarei nesse trabalho. Sigo devagar em direção à biblioteca, a minha “cela” de reflexão e em determinados momentos, minha clausura. Abro a porta vagarosamente para que os gonzos não despertem as inteligências maiores que, emparelhadas nas estantes parecem adormecidas permanentemente.

Não ligo a luz para não despertar os mais velhos. Risco um palito de fósforo e acendo a vela perfumada do castiçal que ali também dormita embelezando o ambiente.

Ouçõ vozes. Parece que estão num gostoso sarau. Assento-me sobre a velha cadeira de palhinha e fico a escutar o burburinho e só ai me dou conta de que a biblioteca não dorme. Aos ouvidos dos pobres mortais, ela parece dormir, mas aos que aprenderam naqueles compêndios a arte da fuga da realidade material e se transportam para além fronteiras da alma, ela está desperta. A chama da vela crepita tênue e parece crescer quando um daqueles altera a voz. É Castro Alves gritando: Deus! ó Deus! onde estás que não respondes? Pablo Neruda recorda a sua vidinha lá na Isla Negra e recita os seus poemas que inebriam o mundo.

Jorge Amado fala da sua Gabriela, das noitadas no Bataclan e lembra os bolinhos do bar Vesúvio do seu

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 97, patroneada por Antônio Golçalves Dias. É membro, também, da Academia de Letras de Brasília.

Nacibe, lembra-se do vinho em sua casa em companhia da Zélia e do Neruda. Júlio Ribeiro, que fora esquecido até por seus irmãos da Sublime Ordem, recomenda a leitura de sua obra prima, *A Carne*.

Thomas Mann tenta levar todos para a verdadeira iniciação em sua *A Montanha Mágica*. Josué Montello cantarola uma toada do *Bumba-meu-Boi da Madre Deus*, de Zé Garapé, ao mesmo tempo em que recorda os bons tempos estampados em *Os tambores de São Luís*. Humberto de Campos, ah! Humberto de Campos diz ter ainda na boca o gosto do doce de caju, dos cajus do seu saudoso cajueiro.

Domingos Souza, o querido “Chatô”, dizia querer “um mundo sem fronteiras, um mundo de todo mundo com uma só Bandeira”. Ele nem imaginava que um dia apareceria a Internet que abriria todas as fronteiras do mundo. Gonçalves Dias, do exílio, recorda as palmeiras e seus sabiás. Relata a sua última viagem no navio Ville de Boulogne. Lopes Bogéa canta *Os pregões de São Luis*, adoçando a boca de todos com o sorvete de taperebá.

Enquanto muitos se esbaldam como se estivessem em um animado lupanar, um violão cadenciado transforma aquela nostalgia em festa. São, Vinicius e Tom Jobim cantando, e a todos prometendo “um dia pra vadiar” com água de coco e cachaça de rolha, na areia de Itapoã. Zé Limeira, o poeta do absurdo, com a sua viola, exalta em versos as gostosuras da Feira de Caruaru onde, segundo Luiz Gonzaga, *tem tudo o que a gente quer*.

Drummond se pergunta: *E agora, José?* Jean Genet conta suas aventuras na prisão e recomenda o seu *Diário de um ladrão* que no dizer de Sartre devia ser lido como um livro poético que, não sendo arte literária, é um meio de salvação. Xico Trolha e Catellani lembram Murilo Pinto e seus tangos em Buenos Aires. Shakespeare lamenta a

interpretação dada ao seu drama *Romeu e Julieta*. Fernando Sabino sorri e o chama de *O grande mentecapto*.

Hermann Hesse diz que esse conto era *Para ler e guardar*. Cervantes, na pessoa de Dom Quixote, chora a sua saudosa Dulcinéia. James Joyce recomenda o seu *Ulisses*, o que desagrade a Fernando Pessoa que diz ser muito volumoso e difícil de alguém o ler. Camões, ofendido, reclama de Pessoa e lhe fala do seu *Os Lusíadas* e suas longas estâncias. Patativa do Assaré ri de todos e pede permissão para relatar o encontro, nos seus rimados cordéis.

Dostoievski fala dos *Irmãos Karamázov*, Hemingway, com saudades de Cuba, de La Bodeguita e do seu eterno daiquiri, diz que *Paris é uma festa*. Boccaccio relê o seu *Decameron*, Julio Dantas sorri admirado comparando aquele momento com sua *A ceia dos cardeais*.

Raquel de Queiroz lidera as meninas, ao lado de Clarice, Guiomar Chianca, Dolores Duram, Cora Coralina e Florbela Espanca, que suspira e diz: “ai as almas dos poetas, não as entendem ninguém; são almas de violetas que são poetas também”. José de Alencar chora a sua *Iracema* e diz guardar ainda o gosto de mel dos seus lábios. Gregório de Matos continua sendo *O boca do inferno*. Machado de Assis – o bruxo do Cosme Velho – lembra a *missa do galo* e suas aventuras amorosas. Marcel Proust continua *Em busca do tempo perdido*. Robert Louis Stevenson não sai da sua *A Ilha do Tesouro*. Jorge Luis Borges, sem a bengala, não dava sinais de ser cego, lia trechos do seu *Atlas*” escrito com Maria Kodama.

Saramago, recém chegado, traz nas mãos o seu livro *Caim*, perseguido pela Igreja Católica. Herman Melville lembra-se da sua baleia *Moby Dick*. Daniel Defoe grita por *Robinson Crusoe*. Rui Barbosa, imponente, lê o seu *Discurso*

aos moços, o que ele não fez em vida. J. D. Salinger preocupado, por não entenderem o seu livro *O apanhador no campo de centeio*, por ser uma narrativa de um jovem de 17 anos. Peter Kelder ensina a todos os exercícios da sua *A fonte da Juventude*. Franz Kafka teima com a sua *Metamorfose*. Jack London briga com o comandante da escuna “Ghost” – Lobo Larsen – o que ele chama de *O lobo do mar* e o convida para um trago de rum, em seu barco fantasma. Alex Munthe recomenda a leitura do seu *O livro de San Michele*, escrito em 1928. Sempre sorridente, chega Armando Nogueira, feliz com o seu *O canto dos meus amores*, elogiando Garrincha, a quem chama de *O poeta do dribble*.

No intervalo das libações, João Ferreira de Almeida aconselha aos ateus a leitura da *Bíblia Sagrada*, na sua versão. Vinícius, provocando-o, canta... “eu que não creio, peço a Deus por minha gente”. Maomé, balançando a cabeça lê o *Alcorão* pregando a adoração ao Deus único. Allan Kardec diz: este livro – *O dos espíritos* – é de todos nós. Vitor Hugo fala do seu *Os miseráveis*. Goethe recorda o diálogo de Deus com Mefistófeles. Balzac continua com suas *Ilusões perdidas*, e Dante tenta organizar a sua *Divina Comédia*.

Centenas deles, ainda por marcar presença se contentam em ouvir os mais afoitos. Lá no fundo deste Templo aos livros, quase esquecido, José Middlin, com os originais de *Vidas Secas* nas mãos, diz aos escritores: vocês são todos meus.

O meu galo – o Cigano – amiúda o canto aqui no Rancho, nas montanhas do Velho Duca, anunciando um novo dia. O meu velho carrilhão, guardião constante da biblioteca, faz soar três compassadas badaladas. Acordei. A vela do castiçal da biblioteca, igual à vela de Saramago, “lança uma chama mais forte antes de se extinguir”.

Levanto a cabeça, ainda sonolento, e passo a constatar que a biblioteca, com todo o seu encanto está adormecendo. O deus dos livros recolheu-se para o Olimpo e entregou-se, também, aos braços de Morfeu. A biblioteca dormiu.

UM HOMEM E SEUS POEMAS EM TRADUÇÃO PRIMOROSA

João Carlos Taveira ²

Em todas as artes podem ser encontradas com certa facilidade duas vertentes categóricas: a de jovens gênios que, numa idade mais avançada, se apagam completamente para a criação, e a de artistas maduros que ignoram o passar do tempo e continuam criando obras de grande vigor estético talvez até mais transgressoras do que aquelas do tempo de juventude.



Os exemplos são muitos. E em todos os segmentos. A título de ilustração, tome-se como **Ático Vilas-Boas** exemplo apenas um nome da história da música:

² **João Carlos Taveira**, Acadêmico ocupante da Cadeira 70, patroneada por Thomaz Antônio Gonzaga, é poeta e crítico literário, com doze livros publicados, entre os quais *Na Concha das Palavras Azuis* (1987); *Aceitação do Branco* (1991); *A Flauta em Construção* (1993); *Arquitetura do Homem* (2005); *A Arquitetura Verbal de Nilto Maciel* (2012); *Sonetos de Bolso*, *Antologia Poética* (2013), em parceria com Jarbas Júnior; e *O Prisioneiro* (2014), 2.^a edição comemorativa de 30 anos, com capa da artista goiana Patrícia Ferreira. O autor também possui poemas traduzidos para Alemão, Inglês, Francês, Espanhol, Italiano, Russo e Romeno.

[1928-2016] Giuseppe Verdi, o gênio da ópera italiana que viveu 88 anos e construiu uma das obras mais altas e coerentes de que se tem notícia, produzindo verdadeiras filigranas da música lírica até o fim da vida.

Essas abstrações me vêm à mente a propósito de um fato e de um nome singular no campo da literatura brasileira: Ático Vilas-Boas da Mota, professor, tradutor, filólogo, linguista, ensaísta, dicionarista, folclorista e poeta dos mais sérios, que tive a honra de conhecer em Brasília, na década de 1980, e o privilégio de poder privar de sua amizade fraterna nesses mais de trinta anos de convivência. Pois bem, este homem culto e cordial, já na casa dos 80 anos, continuava escrevendo e publicando com o mesmo ímpeto dos primeiros tempos. Aliás, em alguns casos, até com mais ousadia e coragem.

Depois de suas passagens por universidades brasileiras (foi um dos fundadores da Universidade Federal de Goiás, em que desenvolveu praticamente todas as suas atividades literárias e científicas) e pela Universidade de Bucareste, na Romênia, tendo residido nas capitais de alguns dos principais estados brasileiros, este baiano de Macaúbas resolveu voltar às origens e fixar-se de vez no oeste da Bahia, mais precisamente na Chapada Diamantina Meridional, na bacia do Rio São Francisco. E ali, no conchego do solar da família, ao lado de dona Alzira, de fiéis assistentes e de muitos amigos, Ático Vilas-Boas viveu entre livros, discos, quadros, objetos de arte, arquivos e documentos raros da cultura brasileira, dando vazão às inquietações pessoais na criação de obras cada vez mais sérias e indispensáveis à compreensão da nossa brasilidade. E ali viveu também seus últimos anos.

O professor Ático, como era conhecido d'aquém e d'além mar, também dirigiu com mão firme a Fundação

Cultural Professor Mota, criada há mais de 40 anos para resgatar e perpetuar as ideias e iniciativas de seu pai em Macaúbas, cidade que tem sido um baluarte da baianidade e centro de apoio para diversos pesquisadores nacionais e estrangeiros. A fundação abriga biblioteca, galeria de arte, salas de pesquisas, arquivos de referência e museu.

Em 2011, o governo da Romênia, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados àquele país de língua latina pelo autor do livro *Brasil-Romênia – pontes culturais*, concedeu ao intelectual Ático Vilas-Boas uma alta condecoração: Ordem Nacional Romena “Serviço dedicado” em grau de Comendador, que lhe foi entregue na Embaixada da Romênia em Brasília, em cerimônia presidida pelo embaixador Mihai Zamfir, com a presença do editor Victor Alegria, de quatro embaixadores, diversos representantes diplomáticos, jornalistas, professores universitários, artistas e escritores.

Pois bem. Hoje, o que motiva estas linhas acerca do autor de *Alpondras: travessia de Bucareste e Ciganos*, é outro livro de poesia: *Romênia, poemário telúrico*, edição bilíngue português/ romeno, de 2010, na tradução primorosa de Micaela Ghiteșcu, talvez a maior especialista na língua e na cultura brasileiras e portuguesas, que assina também o prefácio “Pontes entre dois mundos”. Os poemas da coleção, todos de temática romena, descrevem lugares, paisagens e locais muito caros a Ático Vilas-Boas, que, além de ser “o mais romeno dos brasileiros”, conheceu bem não só a geografia do país amigo, como também os modos de ser, de ver e de sentir de sua gente. Foi um *expert* nas culturas que contribuíram para a formação daquele povo. E que, mesmo antes da chegada dos romanos, são tantas e das mais variadas etnias.

Romênia, poemário telúrico enfeixa criações as mais diversas dentro de um universo irrestrito: o olhar de sabedoria de um homem cuja espiritualidade transcende fronteiras físicas e culturais entre os povos. E esse olhar magnânimo percorre, no dizer de Antonio Olinto, ruas estreitas e largas avenidas com o mesmo desvelo e a mesma ternura com que vagueia pelas veredas da terra natal. É, em suma, um documento valiosíssimo de um livre-pensador que tem o coração tão grande quanto o gênio. Ático Vilas-Boas, neste livro precioso, mostra que é o poeta das causas possíveis. Mostra que, independentemente da língua, dos costumes e da formação social e política, o homem é sempre o mesmo em todos os quadrantes do planeta. A única diferença perceptível fica por conta do grau de evolução espiritual a que teve acesso e que varia de acordo com as possibilidades do meio em que está inserido. E esta lição de humanismo se circunscreve – *ad infinitum* – em cada poema do presente volume. Senão, vejamos na versão original:

Hospício

(Visitando o Hospital n.º 9, de Bucareste)

Os sonhos dos loucos
são pássaros assustados.
Ninguém achará os seus rastros
nem o bater de suas asas.

Os sonhos dos loucos
não são de ouro,
nem sequer de prata:
ferrugem que assusta,
fuligem que sufoca e mata.

Os sonhos dos loucos
são a sombra da saliva

e o cheiro dos remédios
que não curam, mas insistem.

Os sonhos dos loucos
são os passos na calçada,
cartas sem endereços,
jornada sem retorno,
gesto pela metade.

Por isso mesmo, agora,
no giz desta parede torta,
todas as palavras foram ceifadas
pela guilhotina da indiferença.

Nos mostradores dos relógios
dormem sorrisos postergados,
visitas que nunca chegam,
respostas de fantasmas.

Sonho é sonho,
neste delírio de navalhas.

Os loucos moram neste mundo
carregado de feridas abertas, em todos

os lados,

sem depois, sem amanhã,
sem aviso prévio, sem recado,
sem o anúncio da felicidade
nem de sua chegada.

Só o abraço de urtigas,
pesadelo que nunca se desfaz...

Após a leitura desse poema, a vontade que se tem é de transcrever outros e mais outros. Mas a tentação é contida. Afinal, os espaços de publicação estão cada vez mais exíguos e não permitem veleidades nem excessos por parte

de ninguém. Dito isso, voltemos ao livro e seu conteúdo concentrado.

A presente edição saiu em Bucareste, em 2010, pela *Editura Fundatiei Culturale Memoria* e traz na quarta-capa uma curiosidade: a Baía de Guanabara, sobreposta a um ramo amarelo em que um beija-flor passeia sua majestosa mestria de voo, é contemplada pelo olhar sempiterno do Cristo Redentor do alto do Corcovado. Mas por que o Cristo Redentor na capa de um livro traduzido para o romeno? É que a cabeça do Cristo foi esculpida por um romeno chamado Gheorghe Leonida (1892-1942), que trabalhou no atelier do escultor francês de origem polonesa Paul Landowski (1875-1961), responsável pela execução do trabalho que foi doado ao Brasil pelo governo da França. Essa informação preciosa de Ático Vilas-Boas³ encontra-se, entre outras, no já citado livro *Brasil-Romênia – pontes culturais*, publicado pela Thesaurus Editora também no ano passado e cuja segunda edição, revista e ampliada, deverá sair em breve.

Completam a bela edição ilustrada um índice, notícias biobibliográficas do autor e da tradutora Micaela Ghitescu; e também um elucidário, com informações precisas sobre certos nomes próprios, vocábulos e expressões romenos. Vale a pena conferir.

³ Ático Vilas-Boas da Mota era membro, também, da Academia de Letras de Brasília, na qual ocupou a Cadeira VII, patroneada por João Francisco de Lisboa. Em 2013, foi-lhe concedido o título de Acadêmico Emérito.

DISCURSO DA RECEPÇÃO AO PROFESSOR MOACI ALVES CARNEIRO NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Pe. José Carlos Brandi Aleixo ¹

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	91
FORMAÇÃO ACADÊMICA	92
PERSONALIDADES PARAIBANAS	95
O EMPOSSANDO MOACI CARNEIRO	96
1. Atividades Universitárias	96
2. Produção Literária	97
3. Trabalhos Publicados	97
DEPOIMENTOS SOBRE MOACI CARNEIRO	100
A. GILBERTO FREIRE	100
B. DOM JOSÉ MARIA PIRES	101
C. GUSTAVO LAPORTE	101
D. RUBEM ALVES	102
E. DARCY RIBEIRO	102
F. HILMA VEIGA ALENCASTRO	103
G. NILSON JOSÉ MACHADO	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104

INTRODUÇÃO

O reconhecimento do mérito de novo sócio ocorre quando a Assembleia sufraga seu ingresso no Instituto. A cerimônia de posse estreita o vínculo entre ele e o sodalício e, concomitantemente, enseja que o público maior amplie

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 72, patroneada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. É, também, da Academia Brasiliense de Letras e de muitas outras entidades culturais, no Brasil e em outros países.

seus conhecimentos sobre o homenageado e apresente a ele justas felicitações.

É tradição que, na cerimônia de posse (hoje sob os auspícios do nosso dinâmico Presidente Ricardo Poletti), haja pronunciamentos do próprio novel membro e de integrante do Instituto por ele convidado para saudá-lo.²

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Moaci Carneiro iniciou seus estudos na cidade paraibana de Campina Grande, onde nasceu. Nela, cursou Humanidades no Seminário Menor e aí adquiriu conhecimentos das línguas e literaturas helênicas e latinas.

Os Seminários Menores contribuíram, sobremaneira, para o ingresso de muitos ex-alunos seus em educandários de ensino superior e para o desempenho ético de futuras variadas funções públicas.

Em clima religioso e acadêmico, similar ao de Campina Grande, Moaci Carneiro formou-se em Filosofia no Seminário Provincial do Ceará, em Fortaleza, na Prainha. Para muitos, a Filosofia é “a ciência de todas as coisas, pelas últimas causas, adquirida pela luz da razão natural”.³ Os amigos da Sabedoria (filósofos) adotam critérios exigentes de coerência nos seus raciocínios.

² Dom Raymundo Damasceno Assis, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), solicitou ao Professor José Carlos Brandi Aleixo, em 1998, que lhe apresentasse Docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, o qual pudesse tecer sugestões para o texto da Campanha da Fraternidade, que versaria sobre a Educação. Vários membros da UnB recomendaram Moaci Alves Carneiro. Assim, o intermediário o conheceu.

³ *Scientia rerum omnium per ultimas causas naturali rationis lumine comparata.*

Com os conhecimentos adquiridos nos cursos de graduação em Filosofia, Letras, Pedagogia e Direito, Moaci Carneiro preparou-se, adequadamente, para futuras atividades profissionais como o magistério e a pesquisa científica.

Vale ressaltar três princípios básicos do Direito: viver honestamente; a ninguém ofender; e dar a cada um o seu.⁴

Desde 1500, há, no Brasil, a presença benéfica de bacharéis. Evoquem-se, a título de exemplo, os nomes do franciscano Frei Henrique de Coimbra e do jesuíta Pe. Manuel da Nóbrega, ex-aluno da Universidade de Salamanca, que celebrou, em 2018, setecentos anos de existência.

Com a abertura, em 11 de agosto de 1827, dos Cursos de Direito em São Paulo e em Olinda, nos alvares de nossa independência, os bacharéis formados nesses centros (e em outros posteriormente estabelecidos) contribuíram significativamente para o desenvolvimento do nosso país.

Para conhecer profundamente as matérias já citadas, era mister entrar nos domínios da pós-graduação.

Foram cursos de especialização de Moaci Carneiro:

1. Planejamento Acadêmico na Universidade de Nova Iorque, em 1979.
2. Direito Educacional no Instituto de Estudos Superiores para a América Latina da UNESCO, em Paris.

Moaci Carneiro obteve mestrados em:

1. Educação pela Universidade de Alabama.

⁴ *Honeste vivere, neminem laedere, suum cuique tribuere. Institutas de Justiniano* (I, I, 3). Ele, imperador bizantino, reinou de 527 a 565.

2. Sociologia da Educação pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris (1980).

Ele foi agraciado com o diploma de Doutor em Sociologia do Desenvolvimento pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris (1983). O Pós-Doutorado ocorreu na Universidade de Paris I, Sorbonne.

Seus estudos em renomados educandários de diversos países e suas leituras de autores de vários continentes explicam sua visão cosmopolita dos problemas e também dos princípios e recursos para a solução deles. Como professou o Imperador estoico Marco Aurélio, são compatíveis a cidadania de uma pátria natal e a do mundo. Disse ele: *A minha cidade e pátria, enquanto descendente dos Antoninos, é Roma; enquanto homem, é o mundo. Portanto, os interesses dessas cidades são, para mim, os únicos bens.*⁵

Muitos ditos populares podem não ser corretos se tomados literalmente, mas podem também, mesmo que hiperbolicamente, conter mensagens úteis. É o caso do adágio espanhol: *Se aprende más discurrendo con los pies que con la cabeza.* Ao ver fisicamente como se organizam outros povos, podemos comparar nossos hábitos e os deles e, em alguns casos, adotar costumes deles.

Desde 1993, Moaci Carneiro reside em Brasília. Sua mudança para a Capital Federal consolidou-se em 1996. Trabalhou em entidades nacionais e estaduais dedicadas à educação ou com setores relacionados com ela.

⁵ 1) AURÉLIO, Marco. *Pensamentos*. Lisboa: Verbo, 1971, p. 75. 2) ANTONINO, Marco Aurelio. *Pensieri*. Milano: Allondadori, 1941, p. 91. 3) MARC-AURELE. *Pensées*, 4 ed. Paris: E. De Boccard, 1923, p. 106. 4) AURÉLIO, Marco. *Meditações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. Ressalte-se que a palavra “mundo” indica “ordem, limpeza”. O antônimo é “imundo”.

Fato provavelmente único na história das capitais dos países no mundo é o da visita a Brasília de numerosas altas autoridades estrangeiras antes de sua inauguração, ocorrida em 21 de abril de 1960. Foram recebidas, calorosamente. São exemplos delas, em ordem cronológica: Paraguai (Presidente Alfredo Strossner, maio de 1957), Portugal (Presidente Francisco Higinio Craveiro Lopes, junho de 1957), Honduras (Presidente Ramón Villeda Morales, junho de 1958), Itália (Presidente Giovanni Gronchi, setembro de 1958), Cuba (Ministro Fidel Castro, abril de 1959), Indonésia (Presidente Achmed Sukarno, maio de 1959), Japão (Primeiro Ministro Kishi Nobosuke, julho de 1959), México (Presidente Adolfo López Mateus, janeiro de 1960), Estados Unidos (Presidente Dwight Eisenhower, fevereiro de 1960).⁶

É pertinente recordar que, antes da sua inauguração como capital, Brasília recebeu, em 2 de fevereiro, colunas da Caravana de Integração Nacional com veículos provenientes do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, de Belém e de Cuiabá.⁷

PERSONALIDADES PARAIBANAS

O nosso novo colega provém de um Estado da Federação rico em escritores ilustres. A mero título de exemplos (entre falecidos), citam-se alguns deles, em ordem cronológica de nascimento: Augusto dos Anjos (1884), José Américo de Almeida (1887), Francisco de Assis

⁶ Sobre a matéria, ver: ALEIXO, José Carlos Brandi. “Traços Religiosos e Internacionais de Brasília”. *Revista Jurídica Consulex*. Brasília: ano XIV, nº 318, 15 abr. 2010, matéria de capa, p. 35-37.

⁷ KUBITSCHKE, Juscelino. *50 anos em 5: meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, vol. III, p. 322.

Chateaubriand (1892), José Lins do Rego (1901), Celso Furtado (1920) e Ariano Suassuna (1927).

No campo político, ocupa lugar de grande relevo Epitácio da Silva Pessoa (1865-1942). Em nível nacional, foi: Constituinte (1991), Deputado Federal (1891-1893), Ministro da Justiça (1898-1901), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1902-1912), Procurador Geral da República (1902-1905)⁸, Senador (1912-1919) e Presidente da República (de 28/7/1919 a 15/11/1922).

Chefiou Delegação Brasileira à Conferência de Paz de Versalhes durante a qual se assinou, em 28 de junho de 1919, o Tratado de Paz. De 1922 a 1930 foi membro da Corte Permanente de Justiça Internacional, sediada em Haia.

Durante o período de Presidente da República, criou, em 7 de setembro de 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (Medicina, Politécnico e Direito) e iniciou a Rede de Escolas Técnicas no Brasil.⁹

O EMPOSSANDO MOACI CARNEIRO

1. Atividades Universitárias

Realizou 15 pesquisas consideradas relevantes na categoria de investigação de referência nacional para a educação básica e superior.

⁸ Na época, o Procurador-Geral da República era, concomitantemente, um dos membros do Supremo Tribunal Federal.

⁹ DIAS, Sônia. “PESSOA, Epitácio”. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, vol. IV, p. 4579-4586. Disponível também em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/epitacio-lindolfo-da-silva-pessoa>. Acesso em: 27 abr. 2019.

Compôs Bancas Examinadoras de Doutorado ou de Mestrado em:

- Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Universidade de Brasília (UnB).

De 1984 a 1988 foi Reitor da Universidade Federal da Paraíba. Cabe aqui recordar a origem do uso do tratamento “Magnífico” para o ocupante deste cargo.

Conta-se (história ou lenda) que havia vários candidatos, no século XIII, para dirigir a universidade de Bolonha, considerada a mais antiga da história. Apurado o escrutínio, uma comissão levou ao preferido nos votos a notícia de sua vitória. Ele exclamou, feliz: “Magnífico”. Até hoje é este o tratamento dado aos reitores de universidade.

No território da cidade de João Pessoa encontra-se a Ponta de Seixas, que é o lugar mais oriental do continente americano. Desperta, naturalmente, o interesse por outros continentes do globo.

2. Produção Literária

É muito significativa a presença de Moaci Carneiro em Catálogos de Editoras. Podem ser mencionadas: três universitárias (Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Minas Gerais), 7 institucionais (Edições do MEC, Edições do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras / CRUB, Edições da Federação Nacional das APAES / FENAPAE, Edições de Secretarias de Estado da Educação, Edições da Câmara Federal, Edições do Senado Federal, Edições da Confederação Nacional da Indústria / CNI-SENAI) e oito comerciais (Editora Vozes / Petrópolis-RJ, Editora Atlas /

São Paulo, Editora Biruta / São Paulo, Editora Escrituras / São Paulo, Editora Presença / Rio de Janeiro, Editora ABS Cultural / Brasília, Editora Direcional / Brasília, Editora Interdisciplinar / Brasília).

3. Trabalhos publicados:

- Mais de 40 livros
- Mais de 326 artigos para jornais
- Mais de 40 ensaios para revistas especializadas no Brasil e no exterior.

As obras de Moaci Carneiro *Temas da Educação Comunitária* (Petrópolis: Vozes, 1987, 94 p.) e *Educação Comunitária: Faces e Formas* (Petrópolis: Vozes, 1985, 96 p.) estão referenciadas na literatura brasileira especializada sobre educação comunitária.

A produção literária de Moaci Carneiro prima pela quantidade e pela qualidade. Seguem breves considerações sobre dois dos seus livros:

1. LDB fácil: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo

O autor considera essa a principal de suas obras publicadas. A primeira edição de *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)* foi de 1997, com 232 páginas. Comentou a Lei publicada em 20 de dezembro de 1996, assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo Ministro Paulo Renato Souza.

Nas 47 primeiras páginas da 24ª edição revista, atualizada e ampliada em 2018, o leitor encontra reflexões e esclarecimentos pertinentes para melhor entender os comentários que o autor elabora, artigo a artigo, da Lei 9.314 / 1996. Na mesma tiragem de 2018, com 832 páginas, o autor pôs ideias em contextos concretos a partir

de estatísticas atualizadas. Essa nova edição comenta as mais recentes leis educacionais do país.

2. *Brasil Plural*

Na revista bimestral *Brazileiros de Raiz*, de junho/julho de 2013, há importante e lúcida entrevista de Moaci Carneiro com o título *Uma ferramenta para a sala de aula*. Nela, à página 26, enfatiza ele:

Precisamos abrir os olhos: ignorar as populações indígenas, sua cultura, seus conhecimentos, sua inteligência e seus ensinamentos nas relações com a natureza e no trato com a terra é ignorar o verdadeiro rosto do Brasil real [...] na verdade os indígenas brasileiros esperam contar com nosso apoio, solidariedade e respeito de toda a sociedade aos seus direitos fundamentais.¹⁰

Nesse contexto, permito-me evocar o princípio defendido por Francisco de Vitória, no século XVI, em suas preleções: “Nós não temos sobre os índios da América mais direitos do que eles teriam sobre nós se nos houvessem encontrado antes”.¹¹

¹⁰ *Brazileiros de Raiz*. Revista bimestral da RRCV comunicação e Marketing. Brasília, ano III, n. 14, jun. / jul. 2013, p. 25-26.

¹¹ “*Non plus quam si illi invenissent nos*”. Sentença citada por Antonio Gomez Robledo em *Idea y experiencia de América* (México; Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1958, p. 25). Em 8 de outubro de 1963, o busto de Vitoria (obra do renomado escultor espanhol Victorio Macho) foi inaugurado em Washington, no prédio da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 2016 a Editora Universidade de Brasília e a Fundação Alexandre de Gusmão lançaram o livro de Francisco de Vitória: *Relectiones sobre os Índios e sobre o Poder Civil*, com prefácio de Antonio Augusto Cançado Trindade, organização e apresentação

Há na obra de Moaci Carneiro análise aprofundada de variados temas, entre os quais se destaca o da Educação. Merece realce que seus textos primaram pela riqueza do conteúdo e, outrossim, pela maneira moderadamente graciosa como suscita o interesse do leitor. Na capa de seu notável livro *PNE: fios e desafios do plano nacional de educação* está a pergunta: a conta imediata vai para Estados, Distrito Federal e municípios. Eles vão dar conta?¹²

Na mesma 1ª orelha do livro está a resposta: “O chão germinador do PNE está na geografia dos estados, do DF e dos municípios. Estes, porém, não darão conta das responsabilidades que o PNE lhes confere sem um forte e imediato apoio técnico e financeiro da União”.

No retrato (conciso que seja) do perfil acadêmico do nosso novo colega, é imperativo ressaltar a presença de sua operosa e competente cônjuge, Professora Maria do Socorro Santos Uchoa. Ela escreveu, em 2015, o Prefácio do mencionado livro *PNE: fios e desafios do plano nacional de educação*. Sob seu nome, as palavras: “Consultora de organismos nacionais e internacionais para a área de educação e de sociedade”.

DEPOIMENTOS SOBRE MOACI CARNEIRO

São copiosos e eloquentes os depoimentos de pessoas abalizadas sobre nosso ilustre recipiendário. Transcrevo alguns deles, em ordem cronológica:

de José Carlos Brandi Aleixo, e estudos introdutórios de Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Maurício Marchetti.

¹² CARNEIRO, Moaci Alves. *PNE: Fios e desafios do plano nacional de educação*. Brasília: Editora Direcional, 2015, 302 p. Impressão e acabamento da Editora Vozes Ltda.

A. GILBERTO FREIRE

O jornal *Diário de Pernambuco*, na edição de 27 de agosto de 1978, seção “Opinião” registrou as seguintes palavras do preclaro sociólogo Gilberto Freire:

Campina Grande, no Setor das Humanidades, conta com a atuação de duas instigantes universidades: a Federal e a Estadual. Encontrei ali presenças dignificantes do cenário acadêmico, como a do Professor Moaci Carneiro, jovem na idade, mas já um intelectual afirmativo com estudos especializados nos Estados Unidos, mais especialmente na Universidade de Nova Iorque. Um homem lúcido, muito bem qualificado e prático no campo das funções universitárias. Um expoente nas lides acadêmicas.

B. DOM JOSÉ MARIA PIRES

Em junho de 1985 o Professor Moaci Carneiro solicitou a Dom José Maria Pires (Arcebispo da Paraíba e mineiro nascido em Córregos, distrito do município de Conceição do Mato Dentro) que prefaciasse seu novo livro intitulado *Mudar o Cotidiano: Educação e Trabalho Produtivo*.¹³ Esclareceu que a obra abordava a doutrina social da Igreja com enfoque em quatro encíclicas papais. Respondeu, humorado, Dom José:

Vou cumprir a tarefa com muito gosto. Não sei se meu prefácio vai ajudar o seu livro, mas estou certo de que o seu livro vai ajudar o meu prefácio. Sobre a obra, comentou Dom José (conhecido também como “Dom Pelé”): [...] A contribuição de Moaci Alves Carneiro, fornecendo pistas escolares para o trabalho produtivo, é extremamente valiosa para todos os que, no Governo, na sociedade e nas Igrejas, nos preocupamos com a

¹³ CARNEIRO, Moaci Alves. *Mudar o Cotidiano: educação e trabalho produtivo*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985, 90 p.

transformação da escola, para que ela seja capaz de transmitir uma mensagem à altura das necessidades do tempo presente.

C. GUSTAVE LAPORTE

O Professor Gustave Laporte, da universidade francesa de Estrasburgo, em maio de 1987, escreveu:

Impressionou-me, então, a forma como este educador brasileiro suscitava a questão da educação nas escolas como prática coletiva nutrida por um poder enraizado no cotidiano dos grupos anônimos da comunidade [...]¹⁴

D. RUBEM ALVES

Em palestra na UnB, em 2012, o pedagogo escritor, cronista e acadêmico Rubem Alves, Professor Emérito da UNICAMP, elogiou Moaci Carneiro: “A escola deveria ser mais uma reflexão sobre a ação, ajudando crianças e adolescentes a ultrapassar o imediato e o concreto para atingir o abstrato e as categorias gerais que os capacitassem a transformar em novas ações a reflexão sobre o cotidiano”.¹⁵

E. DARCY RIBEIRO

Como representante do MEC, o Professor Moaci Carneiro assessorou o Senador Darcy Ribeiro na elaboração do texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Desse trabalho, resultou a mais importante obra, intitulada *LDB Fácil*, considerada, hoje, referência nacional no campo da legislação do ensino. Sobre Moaci e esta obra, disse o conhecido Mestre Darcy:

¹⁴ CARNEIRO, Moaci Alves. *Temas de Educação Comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 15.

¹⁵ Fala registrada pela Produtora MAC-DF por ocasião do Seminário *Formas de Discurso na Educação*. UnB, 11 de agosto de 2009.

Moaci Carneiro é Professor dos bons. Em sua formação, teve o privilégio de juntar a visão acadêmica norte-americana e os focos de iluminação da universidade francesa. Isto lhe deu formação acadêmica consistente e visão crítica e comparativa necessária a um pesquisador de escol. O que sabe — sabe muito — coloca a serviço da educação. Na convivência comigo, ao longo dos meses de preparação do texto que encorpou o substitutivo do Anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, revelou-se um mestre arguto e operador da legislação do ensino. Por isso, todos nós temos a dizer muito obrigado pelo seu, pelo nosso *LDB Fácil*.¹⁶

F. HILMA VEIGA ALENCASTRO

A Professora Doutora Hilma Veiga Alencastro, Professora Emérita da UnB, na apresentação do livro *O Nó do Ensino Médio*, afirma:

Conheci o Professor Moaci Carneiro no MEC, na década de 90 [...]. De pronto, percebi na personalidade dele o acolhimento, a criatividade e a alegria cotidiana como marcas de sua longa trajetória de Professor [...] entregou a vida inteira a percorrer a educação e o faz com responsabilidade, lucidez e maestria. Seu livro *LDB Fácil* é meu livro de cabeceira, tanto na graduação como na pós-graduação. O lançamento agora do seu novo livro [*O Nó do Ensino Médio*] é prolongamento de uma vida fecunda e germinadora a serviço da educação e dos seus vários níveis.¹⁷

¹⁶ Fala da apresentação da obra no Auditório do MEC, registrada em áudio em 11 de agosto de 1997.

¹⁷ Vídeo de lançamento da obra na Livraria Vozes, Brasília, em 24 de novembro de 2012.

G. NILSON JOSÉ MACHADO

Em 2002 foi publicado o livro *A Escola Sem Paredes*, da autoria de Moaci Carneiro. Em 2015 veio a lume a 5ª edição, em São Paulo, pela Editora Escrituras, com 96 páginas. A obra tem sido fonte de referência em programas de formação continuada de professores em várias cidades do Brasil. Sobre ela, escreveu o Professor Nilson José Machado, da Faculdade de Educação da USP:

Moaci Carneiro, lastreado por uma vasta experiência no campo educacional, onde ocupou posições de destaque em variados âmbitos, sempre com discernimento e competência [...] semeia bons ventos e dissemina a crença na efetiva possibilidade das ações educacionais.¹⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Moaci Alves Carneiro recebeu numerosos prêmios e títulos de reconhecimento. São exemplos:

- Prêmio Nacional Silvio Romero / Ministério da Cultura / Funarte / Instituto Nacional do Folclore;
- Medalha de Reconhecimento Técnico Acadêmico Anísio Teixeira;
- Certificado de Reconhecimento da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à educação / Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- Diploma do Mérito Educacional do Colégio Militar de Brasília;
- Certificado de perito em legislação da educação comparada pela Associação Internacional de

¹⁸ CARNEIRO, Moaci Alves. *A escola sem paredes*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. XII.

Educação Comparada, com sede na cidade suíça de Genebra.

O nosso Instituto Histórico e Geográfico goza de características singulares. O Distrito Federal, além de dispor de governo próprio, é sede, em termos do país, de três importantes poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e, em termos do mundo, de mais de 130 Embaixadas. Acolhe, também, as representações de numerosos organismos mundiais e regionais. É sede da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).¹⁹

Nesse contexto, é auspicioso o ingresso de mais um colega brasileiro e cosmopolita.

Seja bem-vindo, Professor Moaci Alves Carneiro. Este lar é seu.

¹⁹ O Tratado foi assinado em Brasília, em 3 de julho de 1978. Em 1995, os países membros (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

FAZENDA CACHOEIRAS DA BOA VISTA

José Carlos Gentili ¹

Há duzentos anos, lá estava às margens do córrego da Antinha num socavão goiano, nas terras de Santa Luzia, construída pelos antepassados do major da Guarda Nacional Antônio Pereira de Souza.

Era pouso da Estrada Real dos Curraes, caminho que unia as riquíssimas e florescentes cidades auríferas de Santa Luzia e Meya Ponte. Nela passavam tropas de burros com suas cangalhas, levando alforjes de ouro para ser quintado na província das Minas Gerais.

A casa da fazenda da Antinha, imponente para a época, guarda na singeleza do adobe e pau a pique, das telhas moldadas nas coxas das escravas, das portas largas e janelões, a olhar para a vastidão, para a imagem da rudeza daqueles tempos, para a solidão destas paragens, que só os loucos de todo o gênero conseguem modificar, transforma o homem num visionário, senhor de cutelo e baração, entidade acima do bem e do mal, que tudo pode em seu meio inóspito, temendo

A construção da bicentenária Casa da Antinha era a imagem da conquista do poder de um homem visionário e de sua gente. O seu traslado e sua reconstrução, 200 anos depois, representa o poder da conquista, e mostra um passado redivivo àqueles que virão e aos que aqui estão.

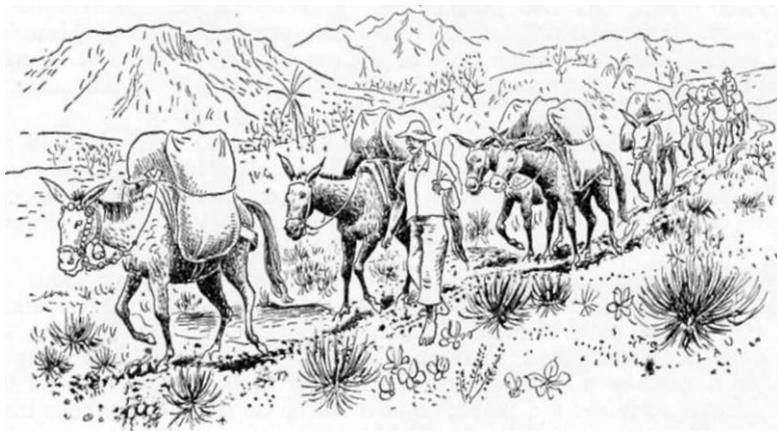
¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 73, patroneada por Dario Cardoso. É também membro da Academia de Letras de Brasília e da Academia das Ciências de Lisboa. Em 2017, ganhou o *Prêmio Antenor Nascentes*, da Academia Brasileira de Filologia, por seu livro *Infernização do Hífen*.

Transformada em *Museo da Estrada Real dos Curraes*, a relembrar os costumes, a vida, os hábitos, exibindo, de forma perene, o cotidiano dos albores da vida goiana. Uma homenagem aos bandeirantes, plantadores de sonhos, de cidades, verdadeiros loucos benfazejos, que forjaram esta realidade, a hinterlândia brasileira. Obrigado, Antônio Pereira de Souza e seus ancestrais.

Casa da Fazenda da Antinha



Aqui está a Casa da Antinha, de novo e nova, majestosa na sua simplicidade, sobranceira na virada do milênio, mostrando a capacidade dos homens e seu espírito empreendedor. O tempo dirá...



OS REVOLTOSOS

Em 1925, passaram os revoltosos, destruindo tudo, tocando fogo na casa, cujas marcas ainda persistem em vigas de madeira. Foram queimados dois baús de roupas, contendo os ternos de Antônio Pereira de Sousa.

Levaram, até, as botinas (borzeguins).

A Coluna Prestes voltou em 1926, quando a mãe de Ana Pereira de Sousa, Joana Alves Ferreira, estava de resguardo.

Corriam as pessoas a esconder-se no mato, fugindo da sanha dos revoltosos. Amarravam as bocas dos cachorros, para não serem ouvidos os latidos. O fogo só era aceso à noite, para não serem denotados. Voltaram às suas casas após a coluna ter ido embora, depois de saquear tudo. Só de burros de carga levaram cerca de vinte animais, que estavam em outro retiro, chamado Castelo, depois da Serra da Morgada. Nessa serra escondiam-se, procurando proteção.

Comenta Jorge, em suas narrativas, que os mandantes eram os Caido e os Siqueira Campos. Além de apoderaram-se de gêneros alimentícios e bens, levavam pessoas para engrossar as fileiras de combatentes. Quem não aceitava acompanhá-los era surrado por um homem que chamavam de Durão, e às vezes eram mortos aqueles que resistiam

Da Fazenda da Antinha levaram um *carrero* (homem que dirigia carros de boi) chamado Tião Cabrito, bom cozinheiro, que chegou até Pirenópolis, tendo voltado daí.

Os relatos dessa gente simples e ordeira descendente de Antônio Pereira de Souza, desconhecem que os ditos *revoltosos*, que saqueavam e roubavam o que lhes aparecia na frente, não era nada mais nada menos do que a famigerada *Coluna Prestes*, que percorreu mais de 24.000 quilômetros Brasil adentro.

Durante os anos de 1925 a 1927, os *revoltosos*, liderados por Luís Carlos Prestes, líder comunista, varreram o território nacional, enfrentando as forças legalistas.

Essa horda de vândalos, afirmam os registros estatísticos, apropriou-se de: “100.000 cavalos e abateu 30.000 reses.”

Deste quantitativo, sem dúvida, alguns animais foram roubados de Antônio Pereira de Sousa.

Deixaram apenas um cavalo frouxo (sem condições de andar) e levaram cerca de sessenta animais de custeio (custear o gado), no bagaceiro do engenho (local onde é depositado o bagaço da cana)

O saudoso Benedito de Araújo Melo (DITO MELO) registra no artigo *A Coluna Siqueira Campos*, às fls. 87, na obra *No Caminhar da História* (in memoriam), as mazelas dessa coluna de revoltosos:

Ainda dentro do esquema de combate aos revoltosos, veio acantonar, na velha Santa Luzia um batalhão da força pública de São Paulo, que reanimou a sociedade luziana, vazia que ficara com a retirada do batalhão da brigada gaúcha.

Atravessaram os revoltosos o rio São Bartolomeu pela antiga ponte, atingindo logo de manhã a fazenda Garapa, onde poucos moradores tiveram a coragem de esperar em casa a passagem dos temidos revoltosos nas fazendas Mesquita e Água Quente, foram levando, como prisioneiros, todos os homens encontrados, obrigaram os dois peões condutores a descer cargas, beberam licor e cachaça, encheram os cantis e jogaram o restante no chão, tendo misturado pra não ser aproveitado.

Joanito Ferreira da Conceição, da fazenda Macacos, (hoje fazenda do Marrocos), compadre de Antônio Pereira de Sousa, mandou-lhe um burro preto de agrado, que

recebeu o nome de *Presente*, vez que os seus foram roubados.

Por sinal, o velho Satu, em suas lembranças de infância, recorda que andou muito neste animal. Afirma, ainda, que por volta de 1926 chegaram os revoltosos, matando o Moreirinha, da Fazenda Macacos.

Há um relato, também, do velho Juvenal Pereira dos Santos que lembra os revoltosos terem chegado matando porcos, levando galinhas e animais, quando se refugiaram na Fazenda Cangaló de difícil acesso. Há notícia que Graciano Alves Peixoto, da família de Joaquim Peixoto, no Pixuíá, enterrou valores e o ouro minerado, à época.

A propósito, chega-nos relato que um tal de Sebastiãozinho do Vão do Buraco, nas proximidades da atual Sobradinho, região da Fercal, à época, preparou-se para a chegada da Coluna Prestes, que vinha praticando toda série de barbaridades, armando seu pessoal com *parabelum*, carabinas, bate bucha (espingarda de carregar pela boca), rifles, lazarina, tronchada (espingarda de repetição, da Primeira Guerra). Era homem abastado, senhor de moagem de cana e pecuarista.

Deste enfrentamento foram mortos muitos revoltosos, que foram enterrados no grotão do sítio de Antônio Chico.

Primoroso é o relato de Oscar Reis Durães, em sua obra regional *Raizes e Culturas de Buritis no Sertão Urucuiano*:

A REVOLUÇÃO DE 1925

A Revolução causou prejuízos irreparáveis para os habitantes do interior do país afora. Os inocentes sertanejos tiveram que pagar com seus próprios recursos, adquiridos pela lei do esforço, uma dívida que não contraíram em 1925. Vitalino Fonseca Melo era

fazendeiro e comerciante próspero em Buritis até que ali chegaram os revoltosos. Ao todo somavam mais de 1.200 pessoas. Passaram no seu comércio e carregaram botinas, chapéus, joias, ferramentas, tecidos, suas armas e munições, não restando absolutamente nada. Depois resolveram hospedar-se em sua fazenda. Mataram quase todo o seu gado, invadiram seus canaviais e mandiocais, peararam suas tropas.

Jason Mangabeiras, nascido em Corumbá (Fazenda Barreiro dos Lima) e criado na Fazenda São Bento (Alexânia), tinha a Fazenda Água Fria, mais tarde, no Castelo, região próxima da Fazenda Antinha. Por volta de 1925, chegaram os *REVOLTOSOS* e levaram seus irmãos José Maria e Joaquim Maria Mangabeiras para a Fazenda Barreiro, de propriedade de Osório Pereira, onde a Coluna Prestes tinha um arranchamento maior. Zé Maria, mais tarde, fugiu desse local, indo para a Fazenda São Bento, também de seu pai.

Sequer a igreja escapou da sanha bandoleira, quando levaram João Dias de Oliveira, zelador da capela, e se apropriaram das espórtulas, que se encontravam num saco. Os revoltosos, ainda, torturaram João Dias de Oliveira, colocando-o de cabeça para baixo, no local Vau Velho, a fim de que dissesse onde estava o pote de ouro da sacristia.

A selvageria desse bando marxista está permanentemente fixada na casa da Antinha ao se ver uma das traves chamuscadas, face o fogo ateado à época.

Na restauração do solar fez-se questão de deixar intacto o vestígio, a fim de os pósteros não se esquecerem dessa figura triste de Luís Carlos Prestes e de seus asseclas, ditos popularmente *REVOLTOSOS*.

POR QUE LUTAVAM OS SEGUIDORES DE LUÍS CARLOS PRESTES?

Em 5 de julho de 1922, um grupo de militares

amotinados no Forte de Copacabana iniciou uma luta que marcou a história brasileira. Liderados inicialmente pelo coronel Euclides Hermes, filho do ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca, tinham por propósito impedir a posse do presidente recém-eleito Artur Bernardes.

Mas, no decorrer da década de 20, o “Movimento Tenentista” – como ficou conhecido pela maciça participação de oficiais de baixa patente – ganhou objetivos mais amplos e um líder que figura hoje entre as principais biografias do século XX.

Luís Carlos Prestes, militar que fez carreira no Rio Grande do Sul, não participou da Revolta dos 18 do Forte.

Apesar do sucesso inicial dos tenentes, a Revolta Paulista de 1924 também entrou para a história por explicitar a fragilidade ideológica dos revoltos.

As dificuldades em manter o governo da cidade e de resistir aos ataques das tropas federais resultaram na retirada dos tenentes de São Paulo que, em busca de um local que possibilitasse a reorganização do movimento, rumaram para a cidade de Foz do Iguaçu.

Então o capitão Luís Carlos Prestes levantou suas tropas em Santo Ângelo no Rio Grande do Sul e se encaminhou para Foz do Iguaçu. Em 1925, com a fusão da Coluna Paulista (uma guerra de movimento que, segundo alguns historiadores, pode ser considerada uma guerra de guerrilha) e da Coluna Rio-grandense originou-se a Coluna Miguel Costa - Luís Carlos Prestes.

Durante três anos, os tenentes percorreram a pé e a cavalo cerca de 25.000 km.

Apesar de todas as dificuldades que impossibilitaram que Prestes e seus comandados atingissem seu objetivo – destituir o presidente Artur Bernardes –, a Coluna Prestes

marcou época pelo seu aguerrido combate em busca de reformas políticas e sociais e, principalmente, por nunca ter sido derrotada.

Em 1927, a “invencível” Coluna dissolveu-se na Bolívia.

IDEAIS COMUNISTAS

Já Luís Carlos Prestes mudou-se anos depois para a Argentina onde recebeu a visita de Agildo Barata, então presidente do Partido Comunista Brasileiro.

Adepto dos ideais do Partido, Luís Carlos Prestes negou apoio à Aliança Liberal, mas manifestou-se a respeito do movimento contestatório à República Oligárquica: *Mais uma vez os verdadeiros interesses populares foram sacrificados e vilmente mistificado todo um povo por uma campanha aparentemente democrática, mas que, no fundo, não era mais que uma luta entre os interesses contrários de duas correntes oligárquicas.*

Prestes não só se recusou a participar do movimento que acabou por levar Getúlio Vargas ao poder como, anos depois, liderou um movimento que tinha por objetivo destituí-lo e implantar no país um regime nos moldes da URSS, país a que chegou em 1931. Naquela época, o cenário internacional convergia para a bipolarização ideológica.

A crise de 1929, que enfraqueceu o liberalismo e a democracia, a ascensão nazi-fascista e a consolidação soviética indicavam, como modelos a serem seguidos, a extrema direita de um lado e, do outro, o modelo soviético.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) professava os ideais defendidos pelo fascismo europeu, defendendo um Estado forte e intervencionista, caracterizado por um exacerbado nacionalismo. Em contraposição à AIB foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), defensora da participação popular.

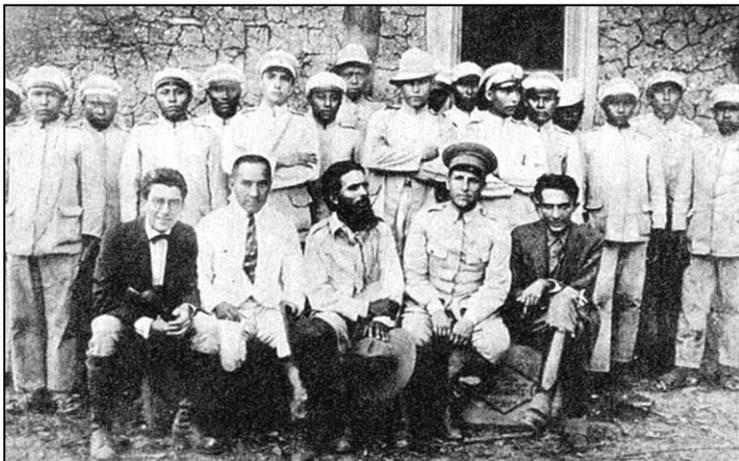
Com o crescimento e a popularização da ANL, Prestes, membros do PCB e líderes da URSS vislumbraram a possibilidade de um golpe no Brasil que substituiria o Estado varguista por um governo socialista. Com esse objetivo, foram enviados por Moscou homens de diversas partes do mundo para o Brasil. Especialistas em bombas, radiocomunicação, revolucionários experimentados que iniciariam a revolução.

Para liderá-la, o próprio Prestes voltou ao país acompanhado por sua segurança, a agente comunista e alemã Olga Benário.

Aos olhos dos líderes da Intentona Comunista (como acabou ficando conhecido o levante comunista em 1935) – tanto aos que aqui estavam quanto os que de Moscou arquitetavam o movimento –, o crescimento da ANL seria a porta de entrada dos ideais comunistas no Brasil. Por isso, em novembro de 1935, os comunistas iniciaram em Natal, Recife e Rio de Janeiro sua tentativa de chegar ao poder.

A falta do tão esperado apoio popular contribuiu para o fracasso do levante, que também se deveu, em parte, à falta de organização por parte dos líderes.

Com o malogro do levante, Prestes foi preso em 1936 e ficou na cadeia até 1945. Já sua companheira, Olga Benário, judia alemã, comunista e grávida, foi enviada para a Alemanha nazista onde morreu em 1942 (*Jackson Farias – excertos do texto original*).



Acima, Luís Carlos Prestes (de barba) e membros de sua Coluna.



Luís Carlos Prestes (terceiro, da direita para esquerda, sentado)
ex-militar do Exército brasileiro, oriundo da Escola de Realengo, vendo-se falange de sua coluna de adeptos, em 1927, no autoexílio na Bolívia – partícipes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A LEITURA COMO AUTORRESGATE DA PRÓPRIA EXISTÊNCIA

Luiz Serra ¹

A leitura é cada vez mais um ato de suma relevância para a aprendizagem do ser humano. Em tempos de alienação fácil e sugestionável das mídias fascinantes, ler boas obras deveria ser um mandamento de autorresgate da própria existência sociável. Além de apurar o vocabulário, instiga o raciocínio e a interpretação, torna proficiente em variados questionamentos, alarga a visão de mundo. A pessoa se instrui e entra no debate nacional com isenção de ânimo, favorecida pela informação e pelo conhecimento, fatores essenciais, principalmente, em tempos de debates e eleições gerais.

Em pesquisa recente do Instituto Pró-Livro (SP), revelou-se que 44% da população não lêem e 30% nunca compraram sequer um livro. Tal constatação não é encorajadora em termos de democracia plena, nem para nos considerarmos como uma sociedade justa e qualitativa.

Do traço irônico da autora do Tratado das coisas insignificantes, Pâmela Filipini, quando sentenciou: *Livro vem do verbo livrar, tendo como principal objetivo livrar-te da ignorância*. Eu diria que, no mínimo, a objetivação de conteúdos apreendidos pode mesmo chegar à libertação do homem que vive hoje em complexas e desiguais sociedades como a nossa.

A leitura também se insere no terreno fértil da cultura, e o nosso mundo brasileiro evoluiu desde o cordel, o

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 78, patroneada por Juarez Távora.

folhetim de feira, costumes que proporcionaram rudimentos do idioma complexo que é o português. Boa prática a inserir em suas vidas, ler estimula a criatividade, faz despertar a imaginação, ainda contribui para exercitar a memória. Enfim, a leitura é uma aptidão que pode facilitar a pessoa em diversos campos de atividade. Particularmente na ocupação profissional ou carreira, e até mesmo nas relações amorosas. Ainda que na construção afetiva da personalidade.

Intrinsecamente a essa abordagem, a língua portuguesa nos legou autores de relevo memorável, assim nos vem à mente, do continente de berço, Camões, Camilo Castelo Branco, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz, Almeida Garret, Fernando Pessoa, Miguel Torga, José Saramago entre nomes consagrados da preciosa herança da literatura d'além mar. Do Brasil, emergem até nossos dias uma plêiade de apregoados autores da nacionalidade, da estatura de Gregório de Matos Guerra, José de Alencar, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Castro Alves, Lima Barreto, Augusto dos Anjos, Cruz e Souza, Érico Veríssimo, Manuel Bandeira, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, João Cabral de Mello Neto, Vinícius de Moraes, Ariano Suassuna, Cora Coralina, asseverando que a série crescente de notáveis escribas da terra é sobeja em inteligência e talento.

Em igual dimensão, é vastíssima a obra disponível por inegáveis e criativos autores provindos dos países lusófonos.

Vê-se, com isso, que não há carência de virtudes ou pretextos vazios que possam fundamentar recentes pesquisas que revelam a piora de avaliação entre

estudantes brasileiros no desperdiçar da útil soma de conhecimentos inerentes à competência da leitura.

Uma das explicações correntes refere-se à preferência e ao magnetismo atrativo das produções audiovisuais, e mesmo à ferramenta de praticidade do livro digital. Deste, em analogia, eu diria que flores naturais ainda são mais cativantes do que corbelhas artificiais.

O dia 10 de junho marca a celebração de uma efeméride para a língua portuguesa e para o humanismo, o dia de Camões. Nesta data é assinalada a passagem de mais um ano de morte do poeta Luís Vaz de Camões, cujo passamento de registro deu-se no ano de 1580. Autor de *Os Lusíadas*, obra monumental dividida em dez cantos, publicada em 1572, no período literário do classicismo, em estrofes variáveis. Poesia épica, cujo enfoque centrou-se na descoberta do caminho marítimo para a Índia pelo navegador Vasco da Gama, notabilizando o povo português. Ler Camões bem pode nos representar o ato da leitura, e, ao lê-lo, sobressai a importância do saber adquirido nos campos históricos e literários.

De afeição, minha obra predileta, de releituras, a que recorro de tempos em tempos de forma prazerosa, cito *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Especialmente a parte em que salienta o Homem e a Luta, revelando a narrativa de uma tragédia brasileira no nascedouro da República: a guerra de Canudos, e a saga obsessiva do beato Antônio Conselheiro.

Significativo fragmento do livro *Os Sertões* foi lido no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 5 de fevereiro de 1898. A obra ainda estava em fase de composição. Nessa data, Euclides foi eleito para integrar a Comissão de História e Estatística de São Paulo do referido Instituto. Em 1903, ele tornou-se membro do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro, respeitável instituição dos tempos do Império. A 21 de setembro de 1903, Euclides foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, no local onde se faziam as reuniões na Rua da Quitanda, nº 47, escritório do advogado Rodrigo Octávio. A confraria passou a ter sede própria somente em 1905 no prédio chamado Silogeu Brasileiro, entre a Lapa e o Passeio Público. Em 1923, a Academia passou a ocupar o palácio doado pelo governo francês, então chamado de Pequeno Trianon, na av. Presidente Wilson.

Euclides esteve no front da “*guerra do fim do mundo*”, como assim redefiniu Vargas Llosa, em romance com esse título, em 1981. Na década de 40, o historiador baiano José Calasans foi em busca de sobreviventes de Canudos, mergulhou na oralidade dos ditos jagunços do santo Conselheiro, e extraiu novas assertivas históricas daquele ingente e lamentável conflito sertanejo, que ceifou cerca de 25 mil vidas. Mencionou a atuação de Euclides como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, em setembro de 1897, no epílogo da guerra. O pesquisador Calasans (1915-2001), com esses pós-escritos, trouxe a luz ao drama brasileiro, inserto na obra *Cartografia de Canudos*, 1997, editora da SCBa.

Presenciou menos de três semanas de luta, ao todo 18 dias, de 16 de setembro até 3 de outubro. Retirou-se doente de Canudos na manhã de 3 de outubro, dois dias antes do fim da guerra, por causa de acessos de febre, provocados pelas condições da guerra, com pilhas de mortos e feridos, falta de alimento e noites de sono interrompidas por tiroteios. Não assistiu ao massacre dos prisioneiros, à queda final de Canudos, à exumação do cadáver do Conselheiro e à descoberta de seus manuscritos, ou ao incêndio da cidade com tochas de querosene, ocorridos nos últimos dias. Tais cenas,

ausentes de suas reportagens, foram relatadas com poucos detalhes no livro de 1902” (Calasans, 1969).

Assim se deu a narrativa centenária, que refez as andanças de Antônio Conselheiro, cearense de Quixeramobim. Reitero ser *Os Sertões* leitura indispensável para se compreender os rumos políticos e sociais nas primeiras luzes de nossa República com reflexos até os nossos dias.

O poeta modernista Carlos Drummond de Andrade, mineiro de Itabira, fez reparar a lacuna da insuficiência do hábito de ler no seio da sociedade, ao registrar que “a leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas, por incrível que pareça, a quase totalidade não sente esta sede”. Não há dúvida que estímulo ou ceticismo através do tempo sempre foi evidenciado por célebres autores. Do Velho Mundo, o filósofo e político britânico Francis Bacon referendou com notável síntese que “a leitura traz ao homem plenitude; o discurso, segurança, e a escrita, precisão”.

Em compromisso literário na capital potiguar, em Natal, há um ano, tive a subida honra de frequentar e expor um livro de minha autoria, a respeito da história e da cultura nordestinas, no Instituto Câmara Cascudo, nome de um genial autor de uma das mais prolíficas obras que nos faz entender melhor o Brasil. Refiro-me ao *Dicionário do Folclore Brasileiro*, leitura essencial para jovens e adultos. Cascudo é autor de livros que tratam de assuntos inerentes à nossa realidade regional e brasileira, em que abordou literatura, cultura popular, história, política, religião, entre outros enfoques indispensáveis para nosso enriquecimento como indivíduo pensante.

A reparar que Cascudo era frequente amigo de outro genial descritor e ensaísta da nacionalidade brasileira, o sociólogo, historiador e antropologista Gilberto Freyre. Este

autor de significativas obras do pensamento brasileiro, a mencionar *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, entre variados tratados e escritos acadêmicos. Época de clássicos do pensamento social brasileiro, da linha de Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes. Exemplos de autores que, neste sentir complexo da nacionalidade brasileira, buscaram em suas teses a face original de nosso país.

Não poderia deixar de esquecer a leitura do cordel, dos cantadores, e aqui deixo umas rimas de um simples e genial poeta, um dos principais representantes da arte popular nordestina do século XX, Patativa do Assaré. De nome Antônio Gonçalves da Silva (1909–2002), que dizia não ter tido escola, mas ele próprio deixou-nos uma escola. Foi lançado pelo jornalista Austregésilo de Athayde, que décadas após se tornou emérito presidente da Academia Brasileira de Letras. Patativa, num dos seus repentes engenhosos, fez reduzir em breve canto a sua essência poética, bem pura e enraizada no sertão. Ei-lo em versos bem-humorados:

Perdi meu ôio direito,
Ficando mesmo imperfeito
Sem vê nem perto, nem longe,
Mas logo me conformei
Por saber que assim fiquei
Parecido com *Camonge*.²

Assim é crer que a leitura enobrece a alma, reedifica o amplo ensinamento e dá o tom a nossas vidas.

² Na cultura popular nordestina misturam-se num só nome o do poeta maior da nossa língua, Camões, e o de Bocage, o indecente, de que resultou *Camonje*.

Fernando Pessoa em trecho sensível aos leitores disse, da leitura, como necessária embora encargo a ser vencido:

Ai que prazer
Não cumprir um dever,
Ter um livro para ler
E não o fazer!
Ler é maçada,
Estudar é nada.

A reforçar o ato essencial dos humanos, neste pensar de Jorge Luís Borges, ao desabafar com este registro: “Sempre imaginei que o paraíso fosse uma espécie de livraria”.

Enfim...

Se mais alguém pervagou este trecho estimulador, a intenção foi exatamente esta. O mesmo ensaísta argentino citado, certa vez afirmou que “o livro é uma extensão da memória e da imaginação”. Definiu de um só ato verdadeiro.

O que me resta é entrever que este fragmento, rabiscado neste tempo laborioso para as nossas letras, consiga ao menos despertar o ânimo para chegar a um novo leitor, ou para considerar a leitura mais como hábito a ser cultivado, pois vale a pena arranjar um tempo no cotidiano para mergulhar no universo de bons autores, notadamente os textos da literatura camoniana. E que, isso, torne-se um prazer a ser cultivado, sempre.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Museu Memorial de Brasília



Museu Memorial de Brasília

ESTUDO TENTATIVO DE PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Uma abordagem diacrônico-conceitual- evolutiva

Moaci Alves Carneiro ¹

O notável historiador grego Heródoto (484-424 a.C.), pondo-se em um contexto específico de observação, concebeu a história como a *exploração de mundos estranhos, singulares e misteriosos*.²

Esta percepção, aludida por Werner JAEGER, vincula-se à necessidade de se estabelecer uma distinção do mundo pré-histórico, pré-helênico, do mundo racional e espiritualizado dos gregos que, ainda na visão jaegeriana, “*fixa, pela primeira vez, de modo consciente, um ideal de cultura como princípio formativo*”.³

Há de se destacar, outrossim, que conceitos de larga amplitude como cultura, civilização, filosofia, educação etc. confirmam o processo da complexa trajetória da humanidade em seus diversos momentos históricos. Se assim o é, buscar resquícios de formas de educação nos tempos primitivos mais remotos nos conduz a duas constatações inafastáveis. A primeira é que não se fala em educação como processo civilizatório porque estão ausentes ainda patamares de desenvolvimento sócio-

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 39, patroneada por Alceu Amoroso Lima.

² JAEGER, Werner. *Paidéia. A formação do Homem Grego*. Livraria Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília: São Paulo, 1985 (p. 5).

³ Op. cit., p. 6.

comunitário. Isto somente ocorrerá em tempos bem mais posteriores. *“Todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento, sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. (...). Antes de tudo, a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade”*.⁴ A segunda constatação incide sobre a compreensão da educação como processo valorativo. Nos tempos mais distantes da história humana, este entendimento inexistia, uma vez que os procedimentos de sobrevivência constituíam a própria “lei da vida”. Por outro lado, a ideia de cultura hospeda múltiplas focalidades enraizadas *“nos resquícios de uma intérmina transição histórica”*.⁵

Diante desta multipolaridade de tempos, impõe-se a questão: Como adentrar na vida íntima do passado humano mais remoto? Ou, como propõe Michel BRÉZILLON, *“Como iluminar um período em que prevalece o obscuro, o desconhecido, o incerto?”*⁶ No prefácio ao *Dicionário de Pré-História* do autor ora referenciado, André LEROI-GOURHAN aponta uma resposta possível a esta questão:

Melhor do que qualquer outro, o homem pré-histórico evoca o tempo em que o diálogo entre a natureza e a cultura era livre (...), simboliza uma época em que a civilização nascente conferia às plantas e aos animais

⁴ Op. cit. (p.3).

⁵ EAGLETON, Terry. *A ideia da cultura*. Editora UNESP: São Paulo, 2005, p. 14

⁶ BRÉZILLON, Michel. *Dicionário de Pré-História*, Editora 70 Brasil LTDA: Rio de Janeiro, 1989, p. 9

selvagens uma oportunidade de sobrevivência e, ao homem, a sua quota-parte de aventura.⁷

Assentadas estas preliminares à guisa de introdução à abordagem aqui proposta, cabe perguntar como a educação, enquanto processo axiológico e sistêmico, vai-se encorpando ao longo do tempo, até assumir as formas de procedimentos criteriologicamente balizados no horizonte de aprendizagens formais? É nesta perspectiva que passamos a direcionar algumas reflexões plantadas no alinhamento diacrônico de ideias no campo de uma historiografia da educação. Neste sentido, vamos proceder através da moldagem de estágios.

► Estágio Primeiro

Quando o homem assumiu o sopro inicial da consciência, fixou o começo do começo de sua educação. Gesto impulsionador da própria feitura humana, este momento incorporou o ato embrionário de educar-se, em um primeiro instante, dentro do processo de autoconhecimento, como destaca UNAMUNO:

O conhecimento está ao serviço da necessidade de viver, e, primariamente, ao serviço do instinto de conservação pessoal. E essa necessidade e esse instinto criaram, no homem, os órgãos do conhecimento, dando-lhes o alcance que possuem. O homem vê, ouve, apalpa, saboreia e cheira aquilo que precisa de ver, ouvir, apalpar, saborear ou cheirar para conservar a sua vida.⁸

Pode-se dizer que o sêmen fecundador da educação primitiva encontra-se na pura consciência deste ato inicial de tornar-se forma em construção. Aqui, educar nada mais

⁷ *Apud* BRÉZILLON, Michel, op., cit., p. 9.

⁸ UNAMUNO, Miguel de. *Do sentimento trágico da vida*. Porto, Editora Educação Nacional, 1953, p. 38

era do que identificar os movimentos do corpo na decorrência dos primeiros impulsos das motivações-ambiente. É interessante observar, aliás, como este dinamismo do corpo vai ser, com o deslizar do tempo e a crescente individualização do homem, uma espécie de dispositivo gerador de poder e de saber, na perspectiva de MACHADO:

A ação sobre o corpo, o adestramento do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada – o homem – como produção do poder. Mas também e ao mesmo tempo como objeto de saber.⁹

➤ Estágio Segundo

A alma do homem primitivo era o impulso imediato pela descoberta de formas primárias de sobreviver. Nestes tempos mais distantes, os movimentos corporais traduziam a busca urgente de um aprendizado, como puro instinto de conservação. A vida de cada um era a matéria-prima do fazer-se aprendiz.

Ainda não havia impostores, porque isto somente ocorrerá bem mais tarde, com a divisão social do trabalho que, ao separar os homens em patrões e empregados, atribuiu, aos primeiros, poder sobre os segundos. Tal não era o caso de um aprendizado que existia somente na medida exata da condição de cada um enquanto aprendiz sobrevivente.

⁹ MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. Introdução ao livro de FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 4ª edição, p. XX

➤ Estágio Terceiro

Não se pode dizer que havia qualquer preocupação com *modelos de educação*, pois que os desafios do meio *conformavam* cada situação e não o inverso. Desta forma, fixar-se no ambiente exigia superar os momentos-desafio, o que se dava pela busca de uma certa forma de imitação das experiências vividas numa tentativa embrionária de “socializar” o conhecimento. Daí por que se pode falar mesmo em uma certa aprendizagem *desmodelada*, informal e não jungida a cânones de certificação de competência, mas, apenas, expressão de sujeitos em movimento e em busca de assentar formas alternativas de sobrevivência.

➤ Estágio Quarto

Se a vida era a construção da resposta ao desafio iminente, os primeiros traços e manifestações de aprendizado emergiram no bojo dos próprios condicionamentos das singularidades de situações-ambiente. Cada contexto-desafio era caracterizado pelo impulso de urgências e pela mediação de meios improvisados.

➤ Estágio Quinto

No cenário da educação primitiva, não havia instrutores nem mestres. Sobreviver era o nome verdadeiro da arte de ensinar/aprender. Como ninguém estava preocupado em *dar forma ao outro*, não se cogitava de ESPECIALIZAÇÃO. O grupo despreocupava-se em produzir os bens para reproduzir a ordem. Ninguém postulava trabalho, porque viver era trabalhar. Também, inexistia qualquer forma de acumular recursos, dado que a exigência era acudir as necessidades cotidianas e as carências inafastáveis do meio. Outra não é a razão por que a intencionalidade de cada coisa aprendida não constituía um

conhecimento propriamente, senão uma forma de resolver os óbices ocasionais.

➤ Estágio Sexto

Convém registrar que o tempo ainda não era cronometrado *burocraticamente*, porque os indivíduos viviam à procura de um espaço qualquer. O lugar social de cada um era o meio onde cada um podia assegurar sua subsistência e sua sobrevivência. Vivia-se um tempo “descalendarizado”. O relógio era o trabalho feito ação cotidiana. Como não havia formas prevaletentes de aprendizagem, o grupo criava seu próprio formato de tirocínio. Não se sobrepunham objetivos de aprendizado a necessidades concretas de sobrevivência.

➤ Estágio Sétimo

Os mais experientes eram ensinantes. No cenário dos tempos iniciais da experiência humana, o formalismo não tinha vez. Educar era educar-se e todos se identificavam nesta luta. A lição de cada dia dizia-se enfrentamento da realidade concreta. A educação, portanto, era sobretudo a prática do cotidiano. A partir desta prática, ensaiava-se um processo permanente de aquisição de conhecimentos e de formas de ação capazes de aumentar o poder de intervenção do indivíduo e do grupo sobre a realidade desafiadora. Sem programas, sem calendário, sem esquemas temporais, a educação era do tamanho da própria vida. Uma educação sem retórica e sem certificados, porém, com muita motivação para a vida e seus desafios. Tratava-se de uma espécie de educação impulsiva que não permitia uma aprendizagem passiva, pois que o aprender evoluía na confrontação concreta das situações adversas que se sucediam. Este imperativo conduzia o indivíduo a uma permanente prontidão e a uma postura criativa em face de

cada nova experiência. Pode-se mesmo afirmar que viver era aprender e vice-versa. Por outro lado, a educação como instrumento de reprodução não tinha sequer forma embrionária, pois que a vida não se reproduzia, mas se prolongava.

➤ Estágio Oitavo

Neste momento inicial, não existia cultura formal, mas, sim, uma móbil transcurso comportamental, tipificada pelo percurso de condutas aleatórias individuais e grupais. Este processo permanece por um período alongado pela acumulação de milênios e vai-se consolidando em tendência na direção de uma linha de evolução convivencial, na moldura da transição de grupos nômades para pequenas comunidades ¹⁰ localizadas e vivências de maior aproximação, como aponta BRANDÃO:

Os meninos observavam os homens quando fazem arcos e flechas; o homem os chama para perto de si e eles se vêem obrigados a observá-lo. As mulheres, por outro lado, levam as meninas para fora de casa, ensinando-as a conhecer as plantas boas para confeccionar cestos e a argila que serve para fazer potes. E, em casa, as mulheres tecem os cestos, costuram os mocassins e curtem a pele de cabrito diante das meninas, dizendo-lhes, enquanto estão trabalhando, que observem cuidadosamente, para que, quando forem grandes, ninguém as possa chamar de preguiçosas e ignorantes. Ensinam-nas a cozinhar e aconselham-nas sobre a busca de bagas e outros frutos, assim como sobre a colheita de alimentos. ¹¹

¹⁰ Sobre a relação educação-grupo-comunidade-sociedade, ver duas obras de referência de CARNEIRO, Moaci Alves: *Educação Comunitária: Faces e Formas*. Petrópolis: Vozes,, 1987, e *Temas de Educação Comunitária*. Petrópolis: Vozes, 1988.

¹¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, Col, Primeiros Passos 20, 15^a edição, 1985, p. 21.

Em outras palavras, o percurso coletivo era, de fato, o ajuntamento dos itinerários individuais. É evidente que, por este tempo, não se podia falar na existência de técnicas pedagógicas escolares. Os que sabiam, faziam. Os que não sabiam, buscavam inspirar-se no exemplo.

Percebe-se, de logo, que, neste momento, o que constituía interesse para o grupo, passava a existir como uma forma de ensinar e aprender, que evoluía no deslizar dos séculos, sob um novo alinhamento, cobrindo a evolução formativa do grupo: comunidade, cidade, cidadania, democracia e Estado.

➤ Estágio Nono

Milênios mais tarde, com o surgimento do Helenismo, perfila-se um período de marcantes aspectos valorativos no formato do aprender humano, com manifestações sólidas

de um progresso fundamental, um novo “estádio” em tudo que se refere à vida dos homens na comunidade. Esta fundamenta-se em princípios completamente novos. Por mais elevadas que julgemos as realizações artísticas, religiosas e políticas dos povos anteriores, a história daquilo a que podemos, com plena consciência, chamar de cultura, só começa com os Gregos.¹²

Com esta observação de Werner JAEGER, conclui-se que, ao elaborarem o seu ideal de humanidade, os helênicos plantaram os fundamentos de uma percepção revolucionária do sentido histórico-cultural da educação, consubstanciado no enquadramento formativo do homem grego: *A PAIDÉIA*.

Assentam-se aqui os contornos da compreensão prevalecente desde então e ao longo do tempo de que a

¹² JAEGER, Werner, op., cit., p. 13.

educação é o farol iluminante das comunidades humanas nas suas diferentes manifestações, “*quer se trate da família, de uma classe ou de uma profissão, quer se trate de um agregado mais vasto como um grupo etário ou um Estado*”.¹³ Pode-se afirmar que o novo panorama da sociedade na educação e da educação na sociedade passa a firmar-se em valores da *paidéia* grega, que ressitua a educação em patamares superiores de processos multifocais de aperfeiçoamento da consciência e da existência humana. Por esta razão,

a natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão de sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto das quais damos o nome de educação.¹⁴

Sem desconsiderar, porém, que a exuberância do pensamento educativo legado pela Antiga Grécia hospeda, em sua tendente unidade, um cenário de diversidades de visão e de contradições. Esta circunstância, no entanto, não implica em anular a relevância das concepções tradicionais, sofisticadas, socráticas e platônicas da educação, como bem acentua TARDIF.

Embora seja dito que a escola nasceu na Idade Média, sob a impulsão da Igreja (DURKHEIM, 1969), de fato, sua existência se inscreve na extensão prolongada de um movimento iniciado com os gregos e com o prosseguimento sob o Império Romano, que se deixa enriquecer das contribuições culturais dos povos conquistados.

¹³ TARDIF, Maurice, “Os gregos antigos e a fundação da tradição educativa ocidental”, in *A Pedagogia. Teorias e Práticas da Antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 27.

¹⁴ op., cit., p. 39.

A Igreja, na verdade, busca recuperar o espaço escolar existente e, em consequência, redefinir a educação a partir de reorientação da escola. Como aponta GAUTHIER, “... a partir de então, ela (a escola) é definida como o lugar em que diferentes mestres perseguem o mesmo objetivo de conhecimento devotado à moralidade e à conversão ao cristianismo (...). Se a educação chega assim à organização da escola, ainda não se trata de pedagogia, exceto pela concentração de ação educativa”.¹⁵ Na Idade Média, ocorreram profundas modificações no cenário político, cultural e intelectual. O Cristianismo substituiu o pluralismo antigo por uma nova unidade cultural “*que domina o Ocidente durante toda a Idade Média. Unidade visível no plano religioso, mas também no plano educativo*”.¹⁶

Como fase histórica posterior à Antiguidade Greco-romana e à Idade Média, o Renascimento assenta suas características culturais em três grandes correntes de renovação do pensamento de então: a renovação religiosa, o movimento humanista e o pensamento técnico-científico. Esta trilogia terá influência direta nas bases fundacionais da educação do homem moderno. Aqui, vale destacar que a **universidade** é a criação original por excelência da Idade Média, enquanto o **colégio** é a grande novidade do Renascimento, com inovações nos métodos de estudo, nos programas de ensino e na organização do conjunto do ensino secundário. Como destaca o sociólogo americano TALCOTT Parsons, “*com o Renascimento apareceu uma cultura secular altamente desenvolvida que se diferencia da*

¹⁵ GAUTHIER e TARDIF, (org). Petrópolis: Vozes, 2010, p. 89.

¹⁶ SIMARD, Denis, “O Renascimento e a Educação Humanista”, in *A Pedagogia. Teorias e Práticas da Antiguidade aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 249.

matriz religiosa primitiva. Iniciando-se na Itália, o Renascimento lançou os fundamentos das artes e das disciplinas intelectuais modernas, e especialmente da cultura jurídica".¹⁷ Cultura secular na qual o discurso e a ação dos homens abrem espaços de liberdade. No amplo cenário das mudanças socioculturais do Renascimento, estavam assentadas as bases para, no século XVII, eclodir e se firmar o **conceito de pedagogia**.

➤ Estágio Décimo

Agora, vem a questão: *em que momento surge a educação formal?* Sem dúvida, no momento em que começam a surgir expressões sociais de supervisão do ato de ensinar/aprender. Parece estar aqui a gênese da aprendizagem formalizada. Introduzem-se formas artificiais de condução do exercício da prática escolar sistematizada, engendram-se métodos embutidos em regras, delimita-se o tempo e produz-se o especialista em ensinar. O resultado de tudo isso, conforma o conceito fundante de escola.

Conclui-se, assim, que a educação precedeu à escola. Enquanto aquela está jungida ao trabalho cotidiano, esta nada mais é do que o apego a um certo modelo conceutivo de aprendizagem. Desta forma, a educação escolar está enraizada bem no interior da cabeça dos indivíduos, está enfronhada na composição natural dos grupos, existe como estigma na alma da coletividade. Daí, sua feição e sua força ideológica.

Ela vem de dentro porque está dentro das pessoas sob as mais diversas conformidades ideológicas. Apresenta-se

¹⁷ TALCOTT, Parsons, *Sistemas Sociais e a Evolução da Teoria da Ação*, 1977, p. 39.

como uma espécie de tessitura transformadora da realidade concreta.

Em épocas anteriores, a educação se caracterizava por um estuário de elementos educativos, enfeixados em conteúdos circunscritos e em métodos específicos. Mas, só no século XVII, impõe-se a dimensão pedagógica como processo sistemático de ensino/aprendizagem, mercê de fatores como: a Reforma Protestante, iniciada por Lutero, a réplica católica, a preocupação moral com a infância e a questão da utilidade da escolarização como mecanismo de manutenção da ordem social. Aumenta o número de alunos, expandem-se as redes de escolas e se multiplicam as dimensões da prática educativa, com repercussão direta nas funções de controle e de gestão do ensino. Ainda, alinham-se os componentes da função escolar conforme a mística das instituições mantenedoras, com a divisão dos saberes, a formatação de classes, o balizamento do tempo escolar, a formação dos mestres e a certificação dos exercícios.

Enfim, a pedagogia como sistema operativo de ordem e de controle demarca o começo de uma tradição focada na estrutura completa do ensino e na codificação contínua dos sistemas de educação. Estas características funcionais da educação chegam ao século XIX, quando surge um particular interesse social pela organização da educação popular, “mais do que por planos de inovação de métodos pedagógicos”. PROST faz este registro, destacando que “...no século XIX, embora se discuta muito sobre a questão escolar, não se discute pedagogia”.¹⁸

Esta sequência de etapas, firmada com certo grau de arbitrariedade, sinaliza tão-somente direcionamentos de

¹⁸ PROST, A., *L'enseignement en France: 1800-1967*. Paris: Arman Colin, 1968.

percepção da educação como um processo humano e histórico e, portanto, passível das oscilações e desconformidades da luta pela sobrevivência e da arte do viver humano no labirinto dos desafios do cotidiano. Com assinala HELLER, “*a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade*”.¹⁹

No contexto da pós-modernidade e em decorrência das oscilações de valores na moldura da diversidade e da globalização planetária, parece óbvio que a educação escolar, quando opera sob parâmetros de uma educação tradicional, ou seja, sob estrutura congelada, se propõe a mudar aquilo que ela não pode, pois que concebida como forma de preservar os interesses da sociedade que a mantém. Por isso, seus programas são avanços repetitivos e evasivos que traduzem o nítido interesse de ignorar a pluralidade cultural. Ela camufla perseguir a síntese humana do tecido semiológico de cada época. De fato, o que consegue é realçar propósitos definitivos e os estereótipos culturais nutridos pelas crenças e manifestações do poder.

FOUCAULT já chamava a atenção para este aspecto: Nas escolas do século XVII, os alunos também estavam aglomerados e o professor chamava um deles por alguns minutos, ensinava-lhe algo, mandava-o de volta, chamava outro, etc. Um ensino coletivo dado simultaneamente a todos os alunos implica uma distribuição espacial.

A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um

¹⁹ HELLER, Agnes, *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Pais e Terra, 1972, p. 17.

espaço individualizado, classificatório, combinatório”.²⁰ E conclui:

É o poder de individualização que tem o exame como instrumento fundamental. O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se um elemento pertinente para o exercício do poder.²¹

A educação pós-moderna, guiando-se pela “bússola” da teoria da complexidade, de MORIN, há de cuidar da “zona invisível dos paradigmas”, pautando-se pela visão da transdisciplinaridade e estruturando-se pelo que MORIN define como os **Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**: 1) *As cegueiras do conhecimento*; 2) *Os princípios do conhecimento pertinente*; 3) *Ensinar a condição humana*; 4) *Ensinar a identidade terrena*; 5) *Enfrentar as incertezas*; 6) *Ensinar a compreensão e, por fim* 7) *Conduzir a ética do gênero humano, que é ser simultaneamente indivíduo, sociedade e espécie*.²² Estes são cenários conceituais possíveis, pois o grande desafio da educação do futuro é precisamente interpretar, com ternura e lucidez, a educação do presente, a educação do passado e, associando-as, ressignificar a história do desenvolvimento humano.

Se em seus primórdios, o percurso educativo dos grupos primitivos tinha uma dimensão marcadamente de sobrevivência, ao longo da evolução da sociedade, este

²⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 4ª Ed., 1984, p. 107.

²¹ Op., cit., p. 4.

²² MORIN, Edgar, *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 12.

traço foi-se enriquecendo com outras conotações não menos significativas, cabendo destacar, em nossos dias, a dupla dimensão social e política da Educação.

A dimensão social diz respeito à inclusão dos aspectos interpessoais, das relações intersubjetivas, canalizadas para o inteiro desenvolvimento do grupo comunitário que se tipifica a partir de problemas, necessidades, aspirações, objetivos, convicções e valores que, por serem comuns, viabilizam ações-resposta comuns. A dimensão política, por outro lado, se respalda no compromisso da gestação de uma cultura social e democrática, onde a participação se coloca como uma espécie de alavanca para o exercício da cidadania.

A educação, portanto, é, por definição, um processo participativo que tão mais forte será quão mais claros forem os caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento. Como ensina BORDENAVE:

Evidentemente, o tipo de educação que pode fomentar estes tipos de aprendizagem não pode ser a educação tradicional, quer consista na transmissão pura e simples de conteúdos, quer na moldagem do comportamento humano em prol de objetivos preestabelecidos. A participação não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente. Também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento. A participação é uma convivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que **só se aprende a participar, participando.**²³

Em síntese, pode-se dizer que a educação, nos seus primórdios, era livre enquanto não vinculada a um certo

²³ BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. São Paulo: Editora Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 95, 1985, p. 73.

domínio espacial. Os indivíduos buscavam transformar a natureza adversa em parceria com sua sobrevivência. Assim, ela era parte do próprio trabalho de complementação da natureza, sem qualquer preocupação de categorização dos educandos, à medida que todos possuíam propósitos grupalmente homogeneizantes no sentido da convergência dos interesses. Apenas, com o surgimento dos primeiros indícios da divisão social do trabalho é que, pela disputa em torno da questão do poder, estabelecem-se variáveis condutoras de restrição do comportamento, tais como: o domínio do espaço, a fixação de tempos para ações específicas, utilização de regras para a práticas cotidianas. E todo este processo vai-se refinando, até alcançar um estágio mais sofisticado de organização, como acentua Werner JAEGER, abordando a questão da educação na Grécia:

A natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto das quais dá o nome de educação. Na educação, como o homem a pratica, atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impede todas as espécies vivas à conservação e à propagação de seu tipo. É nela, porém, que essa força atinge o seu mais alto grau de intensidade, através do esforço consciente do conhecimento e da vontade, dirigida para a consecução de um fim.²⁴ A educação na sua forma mais primitiva era a ação de cada um e não propriamente a ação de todos juntos. Na sociedade dos direitos fundamentais universalizados, muda a visão, a partir do conceito de educação democrática. É necessário discutir com todos o que a todos interessa. Esta é a única forma de fazer

²⁴ JAEGER, Werner, op. cit., p.14

com que cada um se torne PARTÍCIPE da coletividade planetária. Este é o único caminho através do qual o indivíduo pode ir reassumindo, gradualmente, sua própria humanidade. Por isso, este esforço educativo não tem princípio nem fim. Sua identidade plena está na busca da superação gradativa das limitações de cada um, mediante o permanente desenvolvimento de suas virtualidades intrínsecas. Nesta perspectiva, todo mundo é um ser circunstanciado, envolvido em um contexto social específico, marcado por articulações convergentes plantadas no nível de compromissos locais, mais sobretudo solidários e humanos, até porque ou a educação é para todos, ou a escola não será para cada um.

Na sociedade do conhecimento, a estrutura da educação e suas diferentes formas de funcionamento ganham crescentes graus de sofisticação, seja sob o ponto de vista da segmentação das áreas do conhecimento, seja sob o aspecto das metodologias de ensino utilizadas. No primeiro caso, o campo das especializações alcança desdobramentos contínuos, à medida que a área de pesquisa e desenvolvimento vai focando aspectos cada vez mais pontuais e localizados sobre o conhecimento do mundo e sobre as entranhas da natureza biopsíquica do indivíduo. No segundo caso, as metodologias de ensino, sob o influxo do desenvolvimento tecnológico, vão-se multiplicando, exigindo da sala de aula sua transformação em laboratório dinâmico de investigação, verificação e testagem. O professor já não é o detentor do saber esperado, mas, sim, o animador do espaço institucional da aprendizagem sistematizada. Deve, por isso, estar aberto à participação contínua dos alunos, que passam a ser os protagonistas verdadeiros do processo. Para ampliar ainda mais as formas de aprendizagem, ganha crescente relevância a metodologia da educação a distância/EaD,

segmento funcional-escolar que mais cresce em nossa sociedade. Esta tendência parece ganhar proximidade com a ideia de “aldeia global”, do filósofo canadense MCLUHAN (1911-1980).²⁵

A sociedade em rede põe a escola sob novos patamares de funcionamento e dispõe a educação como patrimônio universal da humanidade. Ao mesmo tempo, a escola, porém, é desafiada a enfrentar as instabilidades sociais e as transições rápidas da “sociedade líquida,”²⁶ de cuja natureza decorre um jogo contínuo de mutações de valores e, em consequência, de novos constituintes fundacionais de referência seja para a educação, seja para a escola. Neste contexto, aparecem infindáveis questões, resumidas na ideia intranquilizadora de que “queremos que os jovens sejam sociais, mas não sabemos como socializá-los”.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

²⁵ MCLUHAN, Marshall, *The Global Village: Transformations in World Life and Media in the 21st Century*, 1989.

²⁶ BAUMAN, Zygmunt, *Modernidade Líquida*, Zahar; Edição: 1^a, 17 de abril de 2001.



Museu Memorial de Brasília



Entorno do Instituto

DOS FILHOS

NAPOLEÃO VALADARES ¹

Vou rompendo... Meu destino é ir longe. Até chegar ao ponto de parada, terei andado muito, terei servido, terei encantado. Uma pessoa importante se encantou comigo. Depois conto.

Nasci em Goiás. Das quebradas de onde vim, fui descendo, viajando por muitas terras de Goiás e de Minas. Por onde passo, encontro amigos. Geralmente gostam de mim e me fazem bem. Os que me fazem mal agem por ignorância e, por isso, são perdoados.

Devo dizer que tenho muitos filhos, maiores e menores, humanos e não humanos. Família grande. Se for contar irmãos, primos, sobrinhos... ninguém acredita.

Falo dos filhos. Humanos, os que nasceram perto de mim e raciocinam para me apreciar. Não humanos, uma quantidade enorme de animais, vegetais e minerais que também estão por perto. E o melhor é que tanto uns quanto os outros estão sempre de bem comigo.

O que sou? Rio. O rio que caiu na graça da pessoa importante. É um escritor famoso. Encantou-se a ponto de repetir meu nome muitas vezes, a ponto de dizer coisas bonitas sobre mim e a ponto de dizer que sou do seu amor. Fiquei feliz. Ele me trata com apreço. Bondade. Além de famoso, é grande, do sertão e de veredas. E um verdadeiro poeta.

Aliás, os poetas gostam de rio. Ninguém melhor para falar do que eles. Um disse: “Tanta harmonia no correr do rio!” De fato, tudo o que se encontra aqui nestas beiras está

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 42, patroneada por Carlos de Laet.

em perfeita harmonia comigo. E outro disse: “Como ilude o rio, parecendo o mesmo, quando é outro, a cada instante.” Também este tem razão, pois quem curte esta quietude não vê as minhas mudanças. E já foi dito que talvez eu venha a ser o rio mais famoso da literatura brasileira. Pode ser generosidade de filho, mas fiquei feliz com isso também.

Com esta felicidade, volto a falar dos filhos. Apenas de alguns, porque são muitos e não dá para falar de todos. Os que forem esquecidos não ficarão magoados, pois quem ama não se aborrece com pouca coisa. Sendo rio, tenho filhos rios, riachos e ribeiros, netos *corgos*, noras impueiras, sobrinhas lagoas, primas veredas e mais parentes.

Falo dos filhos do meio. Antes deles outros tenho e tenho outros depois deles. Agora, para iniciar, entro numa corredeira, faço voltas, corto voltas e chego à margem terceira.

E vamos lá. São Domingos eu chamo de Dominginhos, no meu apego de pai. Cheio de peraus, garboso, possante no seu vigor, segue minha longa senda e o levo por onde for.

Logo mais vem Piratinga, esbelto risonho e belo. Seu vulto – leito de prata – com barranco aconchegante. Numa noite de luar, encanta os que nele aportam, causa cisma e faz sonhar.

Em seguida, Rio Claro, um filho diamantino. Claro. E claras são as águas que nele correm e chegam para a seca do verão. Ele vem de manso e faz barra no meu coração.

São Miguel, filho sulista, que chamo de Miguelzinho (pai é pai). E meu afeto por esse filho é tamanho que me curvo para o olhar. Está à minha direita, pronto para me amparar.

Depois, Ribeirão da Areia, que é grande como seu nome, vem serpenteando de longe, todo floreado de

histórias. Histórias que decorei há muito para contar. Conte, conto e contarei.

E tantos outros que estão ao meu lado, braços dados comigo, uns vêm à direita, à esquerda os outros vêm, acolhidos com carinho, porque a todos quero bem.

SONETOS

SONHOS

Ah! muitos séculos depois de mim,
a lua, linda, linda, a iluminar
os sonhadores, estará assim
com esse encanto de fazer sonhar.

E os namorados, tontos, no jardim
das suas ilusões, vão contemplar
a mesma lua que contemplo. Enfim,
voltarão sempre sonhos ao luar.

Ah! mas se pode memorar a lua
o vulto desses sonhos, pouco a pouco,
por muitos séculos, vai constatar
que o deste que faz versos pela rua
é maior, bem mais belo e bem mais louco
do que o sonho que alguém há de sonhar.

PAISAGEM

A serrania que se não descreve
tinha, mais altos, dois rochedos meio
ensolarados e imponentes (leve
inclinação), que eu avistava em cheio.

Embaixo, o vale – vastidão sem freio –,
que deve os homens encantar e deve
encantar deuses, pôr em devaneio
os que o contemplam, num enlevo breve.

Em meio à luz, um fundo escuro (havia
umas baixadas). E a luz novamente
tomava conta da amplidão. Eu via
uma floresta num pequeno monte,
depois uma descida e, logo à frente,
quebradas, uns relevos e uma fonte.

BEIJA-FLOR

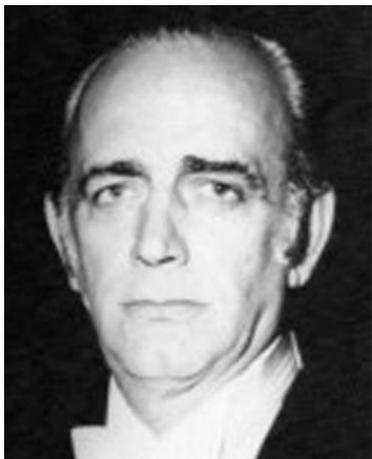
Um beija-flor entrou em minha sala
– sinal de uma visita (o povo diz) –
e, voejando e trinando, ele me quis
dizer que ela há de vir. E não se cala

o beija-flor, no seu trinar feliz:
fala outras coisas, diz-me em sua fala
que ela entrará com sorriso de gala
e me dará u’a flor, u’a flor-de-lis.

Muito mais disse. Só faltou dizer
“Nunca mais”, que eu, sofrendo, imaginava
ouvir. Depois, calou-se o beija-flor.

E, qual nova Lenora, uma mulher
entrou em minha sala. E eu, que a amava,
beijei aquela boca e aquela flor.

**Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
Galeria dos Presidentes (I)**



Saulo Diniz (1964/67)



Ernesto Silva (1968/73)



Ô, SEU CORONEL!

Paulo Castelo Branco ²

Sei lá, quando vi aquele sujeito magrinho, elegante e com jeito de boa gente, lembrei-me de meu pai, Seu Fenelon. Ambos possuíam as mesmas características físicas. No cumprimento, o aperto de mão forte, a voz firme, quase autoritária, criaram em mim a curiosidade de conhecer melhor aquele homem a quem todos se dirigiam com respeito e admiração.

Nas primeiras palavras que dirigiu a mim, disse suavemente: Afonso, muito prazer. Estranhei a maneira cordial, e iniciamos conversa que se prolongou por mais de 30 anos; muitas das vezes, continuam em meus momentos de aflição e meditação.

— Paulinho, o mundo é mesmo assim, quando tudo parece maravilhoso, vem uma tempestade e inunda nossos caminhos e leva, em borbotões, os sonhos quase transformados em realidade. Após a passagem, limpamos o que sobrou, lavamos o caminho, esperamos o arco-íris apontar no céu e recomeçamos a sonhar de novo. A voz tonitruante permanece viva e ecoa em minha mente. Afonso vive!

Afonso era um arco-íris, parecia com o passadiço da “Casa da Glória” em Diamantina. O esplendor da edificação

² Acadêmico, ocupante da Cadeira 81, patroneada por Pedro Calmon. É membro, também, da Academia Brasiliense de Letras.

ilumina a cidade que recebeu o menino Afonso dos braços de sua mãe que o preparou para o mundo.

Tal qual Seu Fenelon, Afonso perdeu o pai tragicamente. A perda o fez forte, decidido e o homem da casa aos 5 anos de idade.

Com pés descalços, superando os paralelepípedos escorregadios centenários da cidade, Afonso ia à escola receber as lições de Dona Julia, mãe de Juscelino Kubitschek, político que transformou o Brasil carregando ao seu lado o jovem fiel, Afonso.

Para a minha felicidade, Afonso, sei lá o porquê, me aceitou como parceiro de conversas e amizade. Nunca discordamos em nada. Durante anos, fui recebido em seu canto de amor, como se referia à sua casa com Sãozita, no alto de uma colina em Brasília.

Sãozita, sua companheira de amor adulto, o recebia com sorriso e beijo carinhoso. Os dois, por toda a vida, formavam o casal mais unido que só vi em filmes românticos do século passado.

No acolhedor escritório, com vista para a cidade que viu nascer e crescer, a fotografia da amada mostrava uma mulher bonita em trajes de formatura em Direito. Afonso mostrava a foto e dizia:

– É linda até hoje, e eu sou louco por ela.

– A recíproca é verdadeira, respondia ela, com voz suave.

Ao longo do tempo, a amizade me permitiu uma intimidade que poucos tinham. Eu só o chamava de Afonso, diferentemente do Coronel Afonso usado por todos.

Quanto seus discursos se prolongavam pelas inevitáveis histórias sobre sua vida acompanhando JK pelos cafundós do Brasil e na construção de Brasília, me

aproximava com cuidado do orador e soprava em seu ouvido:

– Ô, seu Coronel, é preciso acabar, você ainda está em 1930 e há outros oradores na fila.

Ele parava a fala, voltava-se para a plateia e rindo, retrucava:

– Esse meu “cão de guarda” está avisando que já extrapolei o meu tempo, então, agradeço a paciência de todos e muito obrigado.

O público aplaudia entusiasticamente.

Cheguei à Academia Brasiliense de Letras por suas mãos; nossos escritos vinham da alma, não do só saber. Dessa mesma forma foi a minha inclusão no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Afonso dizia que eu deveria fazer parte da centenária e respeitável instituição em razão do meu conhecimento de história e das Ciências Jurídicas. Desconfio que o que queria mesmo era manter o seu “cão de guarda” por perto. Aqui estou para, como ele fez com JK, manter viva a sua presença na luta pela preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade e por um Brasil como país livre e democrático. Luta grande que ele manteve com ranger dos seus dentes e do seu “cão de guarda”.

Afonso, com o seu porte de nobre inglês, em seus discursos, proferia palavras inadequadas que saiam de sua boca como se fossem lâminas de fogo. Quando sentia a sua autoridade ameaçada, batia na mesa, falava alto e exigia respeito pelo cargo e pela propecta idade. A calma voltava, e seu sorriso e irreverência ocupavam seu lugar.

Não recordo se possuía inimigos ou desafetos, mas, às vezes, proferia um palavrão sobre alguma pessoa.

Afonso guardava um segredo sobre o dia do seu nascimento, apesar da certidão apontar o dia 17 de abril de 1916. Dizia, em tom de galhofa, que nascera entre o dia 15 e 17, como não tinha certeza, comemorava os três dias com festa e homenagens. Se divertia com a dúvida e ria dos amigos e admiradores que o saudavam nos dias que imaginavam ser verdadeiros.

Gostava de artes e aventurou-se a pincelar escondido umas telas. Sãozita gostava muito de seus agrados e dos seus feitos, e ele diz dizia, vaidoso, que era puro amor e admiração da mulher. Ela sorria.

Por fim, recordo que ao final da cerimônia da minha posse na Academia Brasiliense de Letras, Afonso, ao meu lado, disse baixinho:

– Dr. Paulinho, você agora é imortal, mas, lembre-se, os imortais também morrem.

Ele morreu, mas será sempre imortal, e quando eu o encontrar no fim dos tempos direi:

– Ô seu coronel, a gente morre mesmo. Achei que era uma das nossas ficções.

HISTORIOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL

Paulo Roberto de Almeida ¹

Resumo: Ensaio de caráter historiográfico sobre as principais obras tratando das relações exteriores do Brasil, passando por Varnhagen, Pandiá Calógeras, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, e Rubens Ricupero. O campo conhece atração frequente entre os historiadores e tem sido contemplado com número crescente de obras históricas, muitas a cargo da Fundação Alexandre de Gusmão, ainda que o Itamaraty ainda não disponho de um historiador oficial.

Palavras-chave: historiografia, relações internacionais, história do Brasil, Itamaraty, obras relevantes.

1. A historiografia das relações internacionais do Brasil: principais historiadores

O primeiro historiador “oficial” do Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen em sua monumental *História Geral do Brasil* se ocupou das relações exteriores do Brasil apenas como reflexo das relações internacionais de Portugal, que por sua vez se encontravam conectadas aos equilíbrios e conflitos europeus, em especial na península ibérica, chegando até o reconhecimento da independência. O segundo historiador das relações internacionais foi Oliveira Lima, que, como seu patrono na Academia Brasileira de Letras, o mesmo Varnhagen, também era um diplomata. Ambos se serviram da carreira para fazer avançar suas pesquisas e publicações. Oliveira Lima se sentia à vontade com uma

¹ Diplomata, professor, Acadêmico, ocupante da Cadeira 4, patroneada por Tobias Barreto.

abordagem de tipo sociológico – com toques de psicologia – em suas obras. Igualmente como Varnhagen, ele produziu trabalhos escrupulosamente apoiados em documentação primária, nos principais arquivos europeus; são indispensáveis na compreensão do “Brasil português” e do processo de independência.

João Ribeiro lhe sucedeu, assim como João Capistrano e Rocha Pombo, mas suas obras se voltam bem mais para a formação da nação e os processos domésticos do que para as relações exteriores da colônia ou do Estado independente. Rocha Pombo foi contemporâneo de João Ribeiro, tendo produzido, entre 1905 e 1917, dez volumes de uma história do Brasil que João Ribeiro considerava prolixa. Referência deve ser feita ao “mineralogista” João Pandiá Calógeras, autor de muitas obras de interesse histórico inegável – como sua pesquisa de história monetária do Brasil –, às quais se agregam os três volumes da política exterior do Império (publicados entre 1927 e 1933); o segundo volume havia coberto a política exterior do Primeiro Império, até a abdicação de D. Pedro I e o terceiro volume chega apenas ao período regencial e ao início do Segundo Reinado, até a queda de Rosas. Ficaram, portanto, de fora, no que poderia ter sido uma sequência de sua magnífica obra, toda a política exterior do Segundo Império, desde as intervenções no Uruguai, os conflitos com a Inglaterra, a guerra do Paraguai, o fim da escravidão e a “americanização” das relações exteriores a partir do crescimento do sentimento republicano, até o golpe da República.

Essas são as obras clássicas do período inicial de nossa historiografia: a partir daí a historiografia das relações exteriores veio sendo coberta por grande diversidade de autores, mas que se dedicaram a períodos menores ou a aspectos específicos dessas relações. As seções seguintes passarão a tratar dos grandes livros de síntese dentro do

campo da história das relações internacionais do Brasil, com as peculiaridades que cada um deles possa exigir; são incontornáveis, na sequência, Hélio Vianna, Delgado de Carvalho, José Honório Rodrigues, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno e, mais recentemente, Rubens Ricupero, embora vários outros pesquisadores tenham produzido obras de referência nessa grande área de estudos de historiografia especializada.

2. Varnhagen, o pai da historiografia

Varnhagen, na opinião de um dos maiores historiadores brasileiros, José Honório Rodrigues, foi...

Incomparável pela vastidão das pesquisas que realizou e dos fatos que revelou; incomparável pela publicação de inéditos que promoveu; incomparável pela perseverança com que caminhou pelos caminhos da história brasileira, até então nunca palmilhados; incomparável pela obra preliminar que antecede sua *História do Brasil*; incomparável por esta mesma *História Geral*, que desconhecia antecessores nacionais; incomparável, ainda, pela própria obra complementar que supre lacunas e amplia o horizonte do conhecimento; incomparável, finalmente, porque a obra parcial, como a *História dos Holandeses* no Brasil ou a *História da Independência*, representa, na sua época, um novo avanço historiográfico e uma nova aquisição da consciência nacional.

Na sua época, ninguém fizera tanto e tão bem, simultaneamente na história geral e parcial. Antes dele, faltava ao Brasil a consciência da sua História, no mais largo período da sua formação. É neste sentido que Varnhagen é incomparável. (...)

Ninguém pode graduar-se em História do Brasil, sem ter lido Varnhagen. (1970: 123-4)

Os capítulos da obra imediatamente antecedentes ao processo da independência abrem-se com a regência do príncipe D. João ainda em Lisboa, mas já com episódios

relativos aos desdobramentos continentais, e até internacionais, da revolução francesa que teria enorme impacto na maior colônia do vasto Império português, e que determinariam, de modo decisivo, o seu futuro enquanto nação independente, de modo diferente ao que se observou em demais partes do Império. Mas o capítulo que trata especificamente da “Política Exterior: negociações, tratados, conquistas, etc.”, tem apenas vinte páginas. Mas, mesmo nos capítulos essencialmente “domésticos”, a obra de Varnhagen contém diversos relatos sobre influências externas e desenvolvimentos internos de processos históricos comportando aspectos internacionais.

Varnhagen deixou preparados, mas não chegou a publicar, os capítulos relativos ao processo da independência, alguns retirados da segunda edição, de 1876, para serem incorporados a um último volume, como ele mesmo explicou:

A História desse grande acontecimento [a separação política de 1822], começando de 1820, fará objeto de uma obra especial.

Essa nossa *História da Independência* já se acha escrita e será publicada, apenas consigamos elucidar algumas poucas dúvidas que ainda temos. A mesma História unicamente se recomendará pela pureza das fontes e abundância de documentos que se tiveram presentes... (1972: 13)

A *História da Independência do Brasil* encontra-se organizada em dez capítulos, começando com a revolução constitucional do Porto e o regresso de D. João VI a Lisboa e chegando ao tratado de reconhecimento da Independência, de 29 de agosto de 1825. A emergência da nova nação no hemisfério americano, mas possuindo vínculos com as casas reais europeias – num momento em que a Santa Aliança pretendia reverter a onda revolucionária anterior –, não recebe um tratamento exaustivo nessa derradeira obra

de Varnhagen, mas o tratamento simpático da política exterior joanina, confirma a postura legitimista e unitarista, que ele sempre manteve em todos os seus trabalhos.

3. Oliveira Lima: o maior dos historiadores diplomatas

Oliveira Lima não foi só um historiador da diplomacia brasileira, e sim um historiador das Américas. Formado em Portugal, tornou-se diplomata na República, que tinha suas simpatias durante o regime monárquico, para ser por ele depreciada mais adiante. Como Varnhagen, aproveitou seus diversos postos para pesquisar em arquivos coloniais ou para estabelecer uma sociologia comparativa dos processos respectivos de formação das sociedades ibero-americanas e da anglo-saxã, que ele julgava mais bem-sucedida em seu desenvolvimento econômico-social.

Suas obras mais relevantes no domínio da história diplomática guardam certa distância entre si, de oito anos entre a obra inaugural, – *O Reconhecimento do Império* (1901) – e a que lhe antecede cronologicamente – *Dom João VI no Brasil*, por ocasião do centenário da transferência da Corte para o Brasil (1908) –, seguidas pela obra que vem finalmente publicada no centenário seguinte, quando se conformou a ruptura entre as duas nações: *O Movimento da Independência, 1821-1822* (1922). Outra obra quase póstuma – *O Império Brasileiro (1822-1889)* (1928) – não apresenta o mesmo aparato documental da pesquisa em arquivos e de referências precisas na literatura disponível daquelas três primeiras (embora contenha um bom capítulo, de 20 páginas, sobre a política exterior do Império), sendo mais uma síntese descritiva de todo o regime.

O Reconhecimento do Império inaugura, em 1901, a série de grandes obras de pesquisa histórica por Oliveira Lima, cobrindo as relações exteriores do Brasil português e as da nação independente, cujo tratamento sintético seria

justamente dado, para o conjunto do século XIX pela sua síntese sobre o Império, em 1928. Tratou-se de um relato exaustivo, mas, paradoxalmente, esse livro destoa da boa metodologia histórica que lhe tinha sido inculcada por seus mestres portugueses: apresenta-se como uma sucessão de dez longos capítulos, absolutamente lineares, praticamente sem notas ou referências bibliográficas; às 310 páginas de relato, seguem-se mais 54 páginas no Apêndice, relativos a dezessete documentos relativos ao período de 1823 a 1826, entre a designação de encarregados de negócios junto à corte britânica e a abdicção da coroa portuguesa por D. Pedro I em favor de sua filha Maria da Gloria. A obra contém muitas adjetivações – tipo “o pobre D. João VI”, a “doce ilusão de D. Pedro I”, e outras – e sua minúcia de detalhes compromete, em várias passagens, a visão do panorama completo.

O Dom João VI no Brasil constituiu, na comparação com a figura canhestra dos primeiros cronistas, ou mesmo com a descrição linear de Varnhagen, “um dos maiores livros de nossa historiografia e o mais completo e lúcido acerca do assunto de que se ocupa”, no dizer do prefaciador, Octavio Tarquinio de Souza, na edição incluída na coleção Documentos Brasileiros da José Olympio (1945, 1^o. vol., p. 4). O mesmo prefaciador sublinha que, nessa obra, “deu Oliveira Lima... um mais largo desenvolvimento às questões diplomáticas, às intrigas das chancelarias, aos subentendidos dos tratados internacionais” (p. 7). E mais adiante: “Nenhum assunto lhe mereceu mais atenção do que a influência inglesa, na quase tutela que sobre Portugal exerceu a Inglaterra, ávida de expansão mercantil, de conquista de mercados em todos os continentes” (p. 8). Ele também confirma os dotes de sociólogo de Oliveira Lima, tratando da vida social, econômica e cultural, “não lhe mingando atenção uma perspicácia para juntar aos

aspectos políticos, às glórias militares e às negociações diplomáticas, os fatos menos aparatosos de natureza econômica e social, as mudanças de estilo de vida na antiga colônia portuguesa, e discernir o processo de nossa diferenciação nacional...” (pp. 9-10).

De fato, é quase impossível separar o que é política interna do que são as relações exteriores de Portugal, e do Brasil, neste grande livro sobre o período joanino. Já a introdução começa pela situação internacional de Portugal em 1808; seguem-se inúmeras outras questões atinentes à situação europeia, às relações com os vizinhos na América do Sul, e o Congresso de Viena, praticamente a metade dos trinta capítulos da obra, entre os quais os que tratam dos tratados comerciais, da questão do tráfico escravo e um inteiramente dedicado à revolução portuguesa de 1820. Indiferente a tudo isso, Gilberto Amado, em suas memórias, não se sabe bem por quais motivos, talvez preocupado mais com o estilo do que com a substância, classifica esse livro de Oliveira Lima como a “obra mais mal escrita que já apareceu em livraria em qualquer época, em qualquer país ou latitude” (1955: 252).

O Movimento da Independência, concluído em 1921, quando Oliveira Lima já se encontrava instalado em Washington, associado à Universidade Católica – à qual legou sua imensa biblioteca, muitos manuscritos e várias obras de arte –, é também minucioso em seu relato factual, mas devidamente provido de notas e referências documentais. São 21 capítulos igualmente lineares, começando com o retorno de Dom João VI para Lisboa, em abril de 1821, e reexaminando os efeitos da revolução liberal de 1820, e terminando com um “*Petrus Imperator*”, mas já anunciando as “primeiras nuvens no céu da Independência”.

O Império Brasileiro, finalmente, obra derradeira de Oliveira Lima, terminada em 1928, constitui, como dito, uma síntese segura sobre os 67 anos do regime, cuja análise encontra-se igualmente distribuída em onze capítulos, sendo o décimo dedicado justamente à política externa do Império. Metade desse capítulo se ocupa, precisamente, das relações do Império do Brasil com a potência inglesa, e a outra metade se ocupa das questões do Prata, sendo que Oliveira Lima reconhece que “[a] política de intervenção nunca aproveitou ao Brasil” (p. 475).

4. Pandiá Calógeras: o início da sistematização da história diplomática

João Hermes Pereira de Araújo, a quem coube introduzir a primeira reedição fac-similar do “trabalho hercúleo empreendido por Calógeras”, considerava os três volumes publicados entre 1927 e 1933, pelo primeiro e único ministro da Guerra da República, como uma obra fundamental de história diplomática, uma vez que depois disso, e até o início dos anos 1990 – a primeira edição fac-similar, pela Câmara dos Deputados, é de 1989, por iniciativa do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, do Itamaraty –, “as duas obras que dão, do assunto, uma visão de conjunto são compêndios eminentemente didáticos” (Araújo, 1998 [1989]: v). Ele se referia aos dois manuais publicados no final dos anos 1950, respectivamente de Hélio Vianna e de Delgado de Carvalho, ambos intitulados *História Diplomática do Brasil*.

Calógeras tinha sido ministro da Agricultura, da Fazenda e da Guerra e, como assessor imediato de Epitácio Pessoa na delegação brasileira às negociações de paz de Paris, em 1919, aspirava tornar-se ministro das Relações Exteriores, o que nunca conseguiu. Talvez tenha sido por isso que ele se lançou, em meados dos anos 1920, à redação da copiosa história da política exterior do Império, que na

verdade começa no Portugal medieval e chega apenas à queda de Rosas. O primeiro volume, publicado num tomo especial da Revista do IHGB, em 1927, trata, em 15 capítulos e 490 páginas, da formação territorial e do povoamento do Brasil, alcançando até a independência e a libertação do território nacional das últimas tropas portuguesas, em 1823, um ano antes da libertação definitiva da última das grandes colônias andinas espanholas, o Peru.

O segundo volume, publicado originalmente ainda na Revista do IHGB, é publicada no ano seguinte, e cobre todo o Primeiro Reinado, em 13 capítulos, com 586 páginas, tratando minuciosamente de vários episódios da diplomacia brasileira (ou feita no Brasil, por um príncipe português), desde o reconhecimento do Império até as consequências da abdicação, quando o Brasil passa, finalmente, a ser governado por brasileiros, nas regências. O terceiro volume, com 619 páginas, já sai pela Companhia Editora Nacional, e abrange, em 15 capítulos, a política externa das regências e do início do Segundo Reinado, até a queda de Rosas.

Os problemas do Prata continuam predominantes na frente externa, ao passo que algumas revoltas regionais, como a da República dos Farrapos, por exemplo, também apresentam contornos externos, aliás na mesma região.

Os problemas de fronteira aparecem precocemente, uma vez que depois do Tratado de Madri (1750) várias pendências permaneciam em diversos pontos de um território não totalmente devassado e parcamente identificado cartograficamente. Mas, também é o período da revisão completa da política comercial, com a finalização dos tratados desiguais e o início de uma postura protecionista que irá prolongar-se quase indefinidamente nas décadas seguintes, até os nossos dias praticamente. No prefácio a esse terceiro tomo, Calógeras reconhece que lhe

faltava tratar dos episódios mais relevantes do Segundo Império, sobretudo o agravamento dos conflitos no Prata – pela intervenção brasileira na política uruguaia –, o que precipitará a guerra com Solano Lopez, o mais cruento conflito militar da América do Sul, finalizado um século e meio atrás.

A recepção dessa grande obra foi em geral positiva: anos mais tarde, em 1957, José Honório Rodrigues fará uma apreciação positiva dos três volumes, acrescentando porém que “seria uma temeridade dizer que *A Política Exterior do Império* é uma obra completa e definitiva”, em vista das “lacunas, falhas ou omissões de Pandiá Calógeras”, embora ele não explique quais seriam essas deficiências (Araújo, 1998: xxii). Pandiá Calógeras fecha provisoriamente, por assim dizer, uma fase, talvez dita “clássica”, da historiografia da política externa brasileira, aquela constituída pelos “desbravadores de terreno”, como Capistrano, o próprio Varnhagen e seu “sucessor”, Oliveira Lima, estes dois os primeiros garimpeiros dos arquivos coloniais, ou já da Independência, nos principais países europeus, em especial os ibéricos.

5. Os manuais didáticos de história diplomática: Vianna, Delgado e Rodrigues

Em 1947, o historiador Hélio Vianna deu um curso de história das fronteiras do Brasil na Escola de Estado Maior do Exército, objeto de publicação no ano seguinte em forma de livro pela Biblioteca do Exército. Em 1950, convidado a ministrar História Diplomática do Brasil para os alunos do Instituto Rio Branco, adaptou aquele antigo curso, do qual resultou, em 1958, uma obra de título homônimo. Pouco depois, reuniu parte de suas aulas de História do Brasil, ministradas desde 1939, na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, para compor um livro duplo, publicado em 1961, passando a oferecer, então, uma história da

República e uma síntese completa da história diplomática do Brasil, desde os descobrimentos até os debates, apenas mencionados, da questão de Cuba no contexto pan-americano.

A *História Diplomática do Brasil* de Helio Vianna é, antes de mais nada, uma obra híbrida, pois que retoma trechos inteiros do *História das Fronteiras*, logrando contudo uma certa unidade temática e de tratamento linear sobre os principais eventos das relações internacionais do Brasil desde os descobrimentos até o problema cubano, em 1961, com ênfase, evidentemente, nos diversos processos de fixação de limites com os vizinhos países sul-americanos. Não há propriamente lacunas no tratamento das relações interestatais com os vizinhos da América do Sul, mas, mas um grande vazio subsiste em relação à dimensão econômica e geopolítica do relacionamento internacional do Brasil. Os tratados de comércio, com exceção do inglês de 1810, não são sequer mencionados e a questão do tráfico é abordada tão simplesmente sob o seu ângulo das relações com a Inglaterra, num quadro estritamente político-diplomático.

A periodização de *História Diplomática* é a mais tradicional e linear possível, seguindo, numa primeira etapa, as questões mais importantes da política internacional portuguesa na América, passando para a política exterior de D. João VI no Brasil e para os problemas externos dos dois reinados, com ênfase evidentemente nas questões platinas. A fixação dos limites fronteiriços com cada um dos vizinhos sul-americanos é tratada, de forma relativamente completa, em capítulos individuais por país ou dependência colonial, antes e depois de um curto capítulo sobre a política exterior da República. Dois capítulos sobre a participação do Brasil em cada um dos conflitos mundiais e um último sobre a questão do pan-

americanismo completam essa obra informativa e quase nada interpretativa. As citações são extremamente limitadas, geralmente de documentos oficiais, e a bibliografia, claramente reduzida ao mínimo, encontra-se reduzida a algumas poucas notas de rodapé dispersas nos diversos capítulos.

O outro manual, o de Delgado de Carvalho, igualmente intitulado *História Diplomática do Brasil*, constituiu, durante mais de três décadas a partir de 1959, e mais exatamente até a publicação do trabalho dos professores Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno em 1992, leitura obrigatória de todo e qualquer estudioso da política externa e das relações internacionais do Brasil, em especial de turmas seguidas de vestibulandos e alunos do Curso de Preparação à Carreira Diplomática, mantido pelo Instituto Rio Branco. Também teve por origem as aulas ministradas por Delgado de Carvalho no Instituto Rio Branco, a partir de 1955, mas o seu livro teve uma única edição e tornou-se em poucos anos propriamente impossível de encontrar. Finalmente, o livro recebeu, no final dos anos 1990, uma nova edição fac-similar, para, finalmente, ser objeto de uma edição digitalizada pelo Senado Federal (2016).

Em seu preâmbulo, Delgado menciona outros autores que trataram da história diplomática do Brasil, como Hélio Vianna (que tinha acabado de publicar sua *História Diplomática*), Teixeira Soares (igualmente um estudioso das fronteiras brasileiras), Renato de Mendonça, Macedo Soares e Pedro Calmon, mas não mencionou Pandiá Calógeras, apesar de que um excerto do *Política Exterior do Império* tenha sido transcrito no livro. As limitações do livro se devem exatamente a seu caráter eminentemente didático, derivado de notas de aulas proferidas na Academia diplomática. Suas qualidades são a de uma primeira sistematização da história diplomática do Brasil

em função das grandes questões que ocuparam a atenção dos mandatários portugueses e das lideranças da Nação independente. Em suma, trata-se de uma história “política” da política externa, com todas as qualidades e defeitos que tal gênero possa comportar.

Algo semelhante ocorreu com o outro manual didático oferecido à comunidade acadêmica em meados dos anos 1990, quando já se tinha obtido a consolidação da “substituição de importações” na academia brasileira, embora ainda nascente na área de relações internacionais, e quando já estava no mercado o manual conjunto dos professores Amado Cervo e Clodoaldo Bueno; trata-se das aulas recuperadas de José Honório Rodrigues no Instituto Rio Branco, ministradas desde 1946 e até meados dos anos 1950, e que revistas e completadas pelo historiador Ricardo Seitenfus foram oferecidas a público em 1995: *Uma História Diplomática do Brasil, 1531-1945*. O historiador gaúcho, especialista na era Vargas, tinha sido convidado em 1991, pela viúva Lêda Boechat Rodrigues, para organizar as notas datilografadas do curso de “História Diplomática do Brasil” ministrado durante toda aquela década pelo grande nome da historiografia nacional, falecido em 1987.

Como indica Ricardo Seitenfus, em sua *Nota Introdutória*, o texto deixado por José Honório é minucioso até a gestão do Barão do Rio Branco, tornando-se a partir da Primeira Guerra Mundial “genérico e resumido” (p. 20). Ele dedicou-se então a redigir um complemento da história diplomática brasileira desde a Conferência de Versalhes até o rompimento da neutralidade brasileira, na Segunda Guerra, especialista que foi, sob a orientação inicial do próprio José Honório, da política externa durante a era Vargas. Ele já tinha publicado sua tese de doutoramento na Universidade de Genebra, uma pesquisa extremamente bem documentada sobre a diplomacia da “neutralidade”

varguista durante os anos mais críticos de seu regime (1985). Trata-se, no que se refere ao panorama global traçado por José Honório, de uma bem-vinda complementação bibliográfica aos trabalhos até então mais conhecidos nesse campo, as *História(s) Diplomática(s) do Brasil* de Hélio Vianna e de Delgado de Carvalho (1958) e o ulterior, *História da Política Exterior do Brasil* de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno.

Uma das curiosidades desse terceiro manual de história diplomática – composto mais de meio século antes – é o fato de nele se manifestar um José Honório diferente daquele a que estávamos acostumados, se julgarmos com base em seus textos de princípios dos anos 60, quando ele se comprazia em atacar a versão “incruenta” da história oficial, os compromissos conservadores das elites e a ausência do povo da historiografia dominante. Aqui José Honório segue um estilo bem mais tradicional, praticamente despojado do tom nacionalista, apaixonado e contestador do publicista da Política Externa Independente.

Para José Honório, as premissas básicas de nossa política externa, desde a época colonial, sempre foram a acumulação de poder ou a manutenção do *status quo*, segundo as fases de introversão ou de extroversão que teriam marcado de maneira alternada (e de forma algo mimética ao modelo analítico norte-americano privilegiado por José Honório) a história internacional do Brasil. Não é, assim, só história diplomática o que se pretende, mas a história das relações do Poder Nacional com os demais poderes nacionais” (p. 29). Ou então: “

Toda política externa é uma expressão do poder nacional em confronto, antagônico ou amistoso, com os demais poderes nacionais” (p. 53).

6. O ideal desenvolvimentista: Amado Cervo e Clodoaldo Bueno

A publicação, em 1992 – em primeira edição, até alcançar a 5ª, em 2015 – da obra conjunta dos professores Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da política exterior do Brasil*, veio preencher, indiscutivelmente, uma lacuna bibliográfica no terreno dos manuais, depois de mais de três décadas de ausência de equivalentes às obras de Hélio Vianna e de Delgado de Carvalho. Os dois autores se situam na continuidade histórica de José Honório ao recusar a simples linearidade descritiva da historiografia oficial, enfatizando ao contrário as grandes linhas de ação da política externa brasileira enquanto instrumento do desenvolvimento (ou do atraso) nacional, o que equivale a dizer, da autonomia da Nação. Eles deram maior atenção aos processos de natureza estrutural que sustentam a trama das relações internacionais do Brasil, buscando seus fundamentos nas chamadas “forças profundas” da história, retomando o clássico conceito introduzido pelo historiador Pierre Renouvin. Entre seus objetivos estavam o de consolidar o conhecimento elaborado sobre as relações internacionais do Brasil e revestir a síntese resultante desse esforço com uma nova interpretação histórica.

A organização do trabalho entre os dois autores evidenciou uma divisão de tarefas segundo os focos respectivos de pesquisas anteriores: Amado Cervo, um especialista do período imperial, responsabilizou-se pela primeira parte, sobre a “conquista e o exercício da soberania”, que vai de 1822 a 1889. Clodoaldo Bueno, também autor de diversos livros sobre o início da política externa no regime político inaugurado em 1889, tratou do longo período republicano até o golpe de 1964, resumindo-o sob os conceitos de “alinhamento” e de “nacional-desenvolvimentismo”. Amado Cervo, finalmente, retomou a pluma para a descrição do período pós-1964, caracterizado em política externa como o de um “nacionalismo

pragmático”; edições posteriores estenderam a análise até os governos recentes, com um julgamento mais crítico a respeito dos resultados efetivos da diplomacia contemporânea.

Segundo os autores, a política externa, num país como o Brasil, tem um caráter supletivo, dados os condicionamentos objetivos e a vontade política (ou sua ausência) que atuaram no processo de desenvolvimento nacional nos últimos 200 anos. Em outros termos, os avanços ou atrasos desse processo estão mais bem correlacionados com as fases de expansão ou mudança no sistema capitalista do que com um projeto nacional de desenvolvimento dotado de uma política internacional coerentemente aplicada pelas elites ao longo do tempo. Eles se distanciaram, nesse sentido, da visão triunfalista dos historiadores tradicionais, ao desvendar o caráter funcional da política externa enquanto elemento propulsor (ou obstrutor) do processo de desenvolvimento nacional. Na visão de Amado Cervo, a política exterior do Brasil foi sempre, e antes de tudo, a expressão de uma economia política. Clodoaldo Bueno, por sua vez, tratando da política exterior a partir da segunda metade dos anos 1950, viu no nacional-desenvolvimentismo, nítido a partir da gestão de JK, a chave para a compreensão das relações internacionais do país.

7. A diplomacia na construção da nação: Rubens Ricupero

A motivação principal do grande diplomata brasileiro, ex-professor de História Diplomática do Brasil durante vários no Instituto Rio Branco, ao decidir escrever, já aposentado, seu magnum opus – *A diplomacia na construção do Brasil* (2017) –, deveu-se ao fato simplório, desde que começou a dar aulas de relações internacionais

do Brasil, de não ter conseguido encontrar nas livrarias um livro que o ajudasse a ensinar como a política externa era um fio inseparável da trama da história nacional, uma parte integral de tudo o que percorria essa história, de como a diplomacia profissional estava ligada, não separada, da sociedade como um todo. Para ele, a bibliografia tradicional padecia de duas insuficiências. Por um lado, as obras gerais sobre a história do Brasil quase não falavam da política externa, no máximo alguns parágrafos ou notas ao pé da página; o mundo exterior não existia, era como se a história de um país constituísse um todo suficiente, fechado em si mesmo. Já as histórias diplomáticas cometiam o erro oposto: só tratavam da diplomacia, sem mencionar a política interna e a economia, como se a política externa funcionasse dentro de um vácuo. Ao produzir, portanto, a sua versão da história da política externa, ele procurou mostrar como a diplomacia ajudou a dar forma à história e à identidade do Brasil.

Ricupero também confirma a grande orientação “vocacional” da diplomacia brasileira para o trabalho de consolidação da independência e o reforço do processo de desenvolvimento econômico. Com seus acertos e erros, segundo ele, a diplomacia marcou profundamente cada uma das etapas definidoras de nossa história: a abertura dos portos, a independência, o fim do tráfico de escravos, a inserção no mundo pelo comércio, os fluxos migratórios, voluntários ou não, base da população, a consolidação da unidade nacional ameaçada pela instabilidade na região platina, a modernização, a industrialização e o desenvolvimento econômico. O livro, de fato, não é uma simples história diplomática, mas sim uma história do Brasil e uma reflexão sobre seu processo de desenvolvimento tal como influenciado, e em vários episódios determinado, por diplomatas que se confundem

com estadistas, aliás desde antes da independência, uma vez que a obra parte da Restauração (1680), ainda antes primeira configuração da futura nação por um diplomata brasileiro a serviço do rei português: Alexandre de Gusmão, principal negociador do Tratado de Madri (1750). Desde então, diplomatas nunca deixaram de figurar entre os pais fundadores do país independente, entre os construtores do Estado, entre os defensores dos interesses no entorno regional, como o Visconde do Rio Branco, e entre os definidores de suas fronteiras atuais, como o seu filho, o Barão, já objeto de obras anteriores de Ricupero.

O sumário da obra confirma a amplitude da análise: são dezenas de capítulos, vários com múltiplas seções, em onze grandes partes ordenadas cronologicamente, de 1680 a 2016, mais uma introdução e uma décima-segunda parte sobre a diplomacia brasileira em perspectiva histórica. O núcleo central da obra é composto por uma análise, profundamente embasada no conhecimento da história, dos grandes episódios que marcaram a construção da nação pela ação do seu corpo de diplomatas e dos estadistas que serviram ao Estado nessa vertente da mais importante política pública, cujo itinerário – à diferença das políticas econômicas ou das educacionais – pode ser considerado como plenamente exitoso. A diplomacia brasileira começou por ser portuguesa, mas se metamorfoseou em brasileira pouco depois, e a ruptura entre uma e outra deu-se na superação da aliança inglesa, que era a base da política defensiva de Portugal no grande concerto europeu. Já na Regência existe uma “busca da afirmação da autonomia” (p. 703), conceito que veio a ser retomado numa fase recente, mas que Ricupero demonstra existir embebido na boa política exterior do Império.

A construção dos valores da diplomacia do Brasil se dá nessa época, seguido pela confiança no Direito como

construtor da paz, o princípio maior seguido pelo Barão do Rio Branco em sua diplomacia de equilíbrio entre as grandes potências da sua época. Vem também do Barão a noção de que uma chancelaria de qualidade superior devia estar focada na “produção de conhecimento, a ser extraído dos arquivos, das bibliotecas, do estudo dos mapas” (p. 710). Nesse grande panorama de mais de três séculos da história brasileira oferecido por Ricupero,

tentou-se jamais separar a narrativa da evolução da política externa da História com maiúscula, envolvente e global, política, social, econômica. A diplomacia em geral fez sua parte e até não se saiu mal em comparação a alguns outros setores. Chegou-se, porém, ao ponto extremo em que não mais é possível que um setor possa continuar a construir, se outros elementos mais poderosos, como o sistema político, comprazem-se em demolir. A partir de agora, mais ainda que no passado, a construção do Brasil terá de ser integral, e a contribuição da diplomacia na edificação dependerá da regeneração do todo. (p. 738-9).

8. A historiografia brasileira das relações internacionais: questões pendentes

Nenhuma síntese da historiografia das relações internacionais do Brasil pode prescindir, ademais dos relatos históricos e das análises interpretativas oferecidas pelos historiadores profissionais (ou até dos próprios diplomatas), de depoimentos pessoais ou de trabalhos biográficos dos e com os próprios protagonistas da ação diplomática. O gênero biográfico foi cultivado na historiografia nacional, começando com o próprio patrono da diplomacia, o Barão do Rio Branco, em cujo centenário de nascimento, em 1945, foi criada a academia diplomática brasileira que leva o seu nome, encomendada uma biografia oficial a Álvaro Lins e publicadas suas obras completas, estas

objeto de nova edição crítica, ampliada, no centenário de sua morte (Pereira, 2012). Os dois trabalhos mais conhecidos eram, respectivamente, os de Álvaro Lins, *Rio Branco* (1945), e o de Luís Viana Filho, *A vida do Barão do Rio Branco* (1959). O diplomata historiador Luis Cláudio Villafañe G. Santos ofereceu uma nova biografia do Barão, Juca Paranhos (2018), que renovou amplamente o debate e a análise que se fazia tradicionalmente sobre o grande diplomata monarquista do início da República. Um outro exemplo no gênero, mais antigo, veio da pluma de um grande jurista, tribuno, político e chanceler, Afonso Arinos de Melo Franco, sobre seu pai, delegado brasileiro à Liga das Nações e chanceler do governo provisório de Getúlio Vargas, no início dos anos 1930: *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu Tempo* (1955).

Essas obras podem ser completadas por memórias, depoimentos pessoais, ou coletâneas de escritos, dos próprios diplomatas (profissionais ou não), alguns dos quais, dentre os mais importantes, merecem ser referidos: Francisco San Tiago Dantas (1962; 1964; 2009; 2011); Vasco Leitão da Cunha (1994); Azeredo da Silveira (Spektor, 2010; Moreira Lima, 2018a); Ramiro Saraiva Guerreiro (1992); Marcílio Marques Moreira (2001); João Clemente Baena Soares (D'Araújo, 2006); Ovídio de Andrade Melo (2009); Luiz Felipe Lampreia (1999; 2010), Vasco Mariz (2008; 2012); Celso Amorim (2011); Rubens Barbosa (2018) e Celso Lafer (2018).

Em outra modalidade se inserem enquadrados pronunciamentos oficiais dos ministros de relações exteriores que oferecem uma série histórica de cronologia mais ampla, permitindo seguir a continuidade (por vezes a ruptura) da política externa ao longo de décadas; podem ser mencionados, como exemplo, os pronunciamentos dos chanceleres na abertura dos debates anuais da Assembleia

Geral da ONU, desde 1946 (Corrêa, 2012), Pode-se igualmente seguir as grandes linhas da diplomacia brasileira desde essa época pela coletânea dos discursos dos chanceleres na Escola Superior de Guerra, entre 1952 e 2012 (Moreira Lima, 2018b). Nessa mesma categoria, se enquadra a coletânea de Rogério de Souza Farias (2014) sobre a participação do Brasil no sistema multilateral de comércio.

Muitos outros diplomatas têm oferecido contribuições de valia ao trabalho de natureza historiográfica sobre a diplomacia brasileira, a exemplo de Fernando de Mello Barreto, autor de três obras linearmente cronológicas, cobrindo todas as administrações sucessivas às do Barão do Rio Branco (2001; 2006; 2012); de Marcelo Raffaelli (2006), sobre as relações entre os Brasil e os Estados Unidos no Império; de João Alfredo dos Anjos, sobre *José Bonifácio, o primeiro Chanceler do Brasil* (2008); de Synesio Sampaio Goes, sobre as fronteiras (2013; 2015); de Carlos Henrique Cardim, autor de um estudo original sobre Ruy Barbosa internacionalista (2004) e da introdução à correspondência que ele trocou com o Barão por ocasião da II conferência da paz da Haia (2014). Eugênio Vargas Garcia, autor de diversos trabalhos de pesquisa sobre a história da diplomacia brasileira (2006; 2011; 2018), organizou compêndios documentais e cronológicos (2008; 2016), que constituem diretórios a serviço dos historiadores.

A Fundação Alexandre de Gusmão, que exerce o papel de editora oficial do Itamaraty, e que se converteu, nos últimos anos, na maior editora brasileira de livros de política externa, diplomacia brasileira e relações internacionais, tem oferecido um fluxo contínuo de diversos trabalhos que se enquadram na vertente da história diplomática. Foram efetuadas reedições de importantes obras antigas, a exemplo do clássico de Sérgio Corrêa da Costa: *A diplomacia do*

marechal (2017), publicado originalmente em 1945, e do importante trabalho de Flavio Castro sobre a organização do Ministério das Relações Exteriores (2009). Na categoria de projetos originais, situa-se o magnífico empreendimento historiográfico liderado pelo embaixador José Vicente Pimentel, então presidente da Fundação, sobre o “pensamento diplomático brasileiro” (2013), com ensaios biográficos sobre os mais importantes personagens da política externa, desde Alexandre de Gusmão até João Augusto de Araújo Castro.

No mesmo contexto são regularmente publicados trabalhos históricos, de diplomatas ou de acadêmicos, sobre a diplomacia do Brasil, sua política externa e sobre as relações internacionais, de modo geral, muitos emanados de trabalhos institucionais elaborados no próprio seio do serviço exterior brasileiro, ou produções independentes. O Centro de História e Documentação Diplomática, órgão dependente da Funag, mas funcionando no Rio de Janeiro, onde está o Arquivo Histórico Diplomático, tem publicado, ao longo dos anos, relatos de missões empreendidas pela diplomacia do Império, as consultas do Conselho de Estado sobre temas de relações exteriores ou coletâneas de textos de eminentes diplomatas daquela época, a exemplo dos discursos do Visconde do Rio Branco (Costa Franco, 2005).

Não se tem, contudo, em grande medida pela ausência já referida de um historiador institucional, um programa sistemático de cobertura e publicação da atividade diplomática oficial, constando de depoimentos dos profissionais da diplomacia – ou de personagens de outras esferas, civis e militares, que atuaram nessa esfera – e de pesquisas e coletâneas organizadas sobre os grandes temas da política externa nacional. A despeito da publicação errática de documentos diplomáticos – muitos em séries já antigas, descontinuadas, com várias felizmente

digitalizadas –, ficam pendentes de iniciativa futura a promoção oficial da coleta, organização e divulgação de trabalhos na vertente histórica que caberia adotar, a exemplo de várias chancelarias de países dotados de tradição nessa área.

Quaisquer que sejam os atributos próprios de uma diplomacia nacional, os responsáveis por sua formulação e execução deveriam buscar preservar sua memória histórica pelos mecanismos e canais apropriados. A diplomacia brasileira, ao longo de dois séculos, foi amplamente beneficiada com a produção, embora dispersa e irregular, de inúmeros relatos históricos, em suas mais diversas formas – crônicas factuais, análises interpretativas, biografias, depoimentos e coletâneas –, cabendo doravante tentar sistematizar o exercício memorialístico por meio de um programa abrangente de preservação, organização, coleção, publicação e disseminação da produção de natureza histórica que dê sentido a essa longa trajetória que se aproxima de seu bicentenário.

A historiografia brasileira das relações internacionais, compreendendo, pelo lado do Itamaraty, as vertentes específicas da política externa e da diplomacia, já possui um estoque razoável de material acumulado, ainda que em bases diferenciadas e dotada de metodologia variada, como parcialmente referido neste ensaio; as etapas futuras requerem um programa de trabalho e alguma organização institucional. Nada que um corpo competente de funcionários do setor e acadêmicos especializados não possa prover de maneira sistemática nos anos à frente.

Bibliografia e referências:

- AMORIM, Celso. *Discursos, palestras e artigos do chanceler Celso Amorim, 2003-2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011, 2 vols.
- ANJOS, João Alfredo dos. *José Bonifácio, o primeiro Chanceler do Brasil*. Brasília: Funag, 2008.
- ARAÚJO, João Hermes Pereira de. "O Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e "A Política Exterior do Império", in: Calógeras, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Introdução por João Hermes Pereira de Araújo; edições fac-similares. Brasília: Senado Federal, 1998, 3 vols. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.
- BARBOSA, Rubens: *Um diplomata a serviço do Estado: na defesa do interesse nacional: depoimento ao Cpdoc*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- BARRETO, Fernando de Mello. *Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2001
- _____. *Os Sucessores do Barão, 2: relações exteriores do Brasil, 1964-1985* São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- _____. *A política externa após a redemocratização*. Brasília: Funag, 2012, 2 tomos 1: 1985-2002; 2: 2003-2010.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Introdução por João Hermes Pereira de Araújo. Edições fac-similares. Brasília: Senado Federal, 1998, 3 vols.; Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.
- _____. *La Politique Monétaire du Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Nationale, 1910; *A política monetária do Brasil*. Tradução de Thomaz Newlands Neto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, vol. 18, 1960.
- CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo; Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

- CARDIM, Carlos Henrique; Almino, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: Comissão Organizadora das Comemorações do Primeiro Centenário da Posse do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores, IPRI-Funag, 2002.
- ____ Centro de História e Documentação Diplomática. *II Conferência da Paz, Haia, 1907: a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa*. Brasília: Funag, 2014.
- CARVALHO, Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959. Nova ed. Brasília: Senado Federal, 2016.
- CASTRO, Flavio Mendes de Oliveira; Castro, Francisco Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty*. 2 vols. 1: 1808-1979; 2: 1979-2008. Brasília: Funag, 2009.
- CERVO, Amado Luiz; Bueno, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Diversas edições desde 1992; 5ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2015.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2011*. Brasília: Funag, 2012.
- CORRÊA DA COSTA, Sérgio. *A diplomacia do marechal: intervenção estrangeira na Revolta da Armada*. 3ª. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.
- CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimento ao Cpdoc*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- DANTAS, Francisco San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. ed. atualizada Brasília: Funag, 2011.
- ____ *Coletânea de Textos sobre Política Externa*; org. Renato Lessa e Cristina Buarque de Holanda. Brasília: Funag, 2009.

- ____ “Estudos, conferências e discursos de Francisco Clementino de San Tiago Dantas”; aos cuidados de José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n. 27, setembro 1964.
- D’ARAUJO, Maria Celina *et al.* *João Clemente Baena Soares: Sem medo da diplomacia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- FARIAS, Rogério de Souza. *A palavra do Brasil no sistema multilateral de comércio (1946-1994)*. Brasília: Funag, 2014.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Trajetória internacional do Brasil: artigos selecionados*. Brasília: Funag, 2018.
- ____ *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- ____ *O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- ____ *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/ Funag, 2006.
- GARCIA, Eugênio Vargas (org.). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos Históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Edição revista e atualizada; Brasília: Funag, 2015.
- ____ *As Fronteiras do Brasil*. Brasília: Funag, 2013.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.
- LAFER, Celso. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação*. 2 vol. Brasília: Funag, 2018.
- LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

- _____. *Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.
- LINS, Álvaro. *Rio Branco*. 3. ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1996; edição original: Rio de Janeiro, José Olympio, 1945, 2 vols.
- MARIZ, Vasco. *Temas da política internacional: ensaios, palestras e recordações diplomáticas*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- _____. *Depois da Glória: ensaios históricos sobre personalidades e episódios controvertidos da história do Brasil e de Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. (org.). *Brasil-França: relações históricas no período colonial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.
- MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Funag, 2009
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu Tempo*, vol. III: Fase Internacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.
- MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte de Inglaterra: o Barão do Penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006.
- _____. *História da Política Exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)*. Brasília: Funag, 2013.
- MOREIRA, Márcilio Marques. *Diplomacia, Política e Finanças: de JK a Collor, 40 anos de história por um de seus protagonistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo (org.). *O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia*. Brasília: Funag, 2018.

- ____ *A palavra dos chanceleres na Escola Superior de Guerra (1952-2012)*. Brasília: Funag, 2018.
- OLIVEIRA LIMA, M. *O Reconhecimento do Império* (História diplomática do Brasil). Paris-Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- OLIVEIRA LIMA, M. *Dom João Vi no Brasil*. Prefácio de Octavio Tarquinio de Sousa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945, 3 vols.
- ____ *O movimento da independência; O Império Brasileiro (1822-1889)*. 2ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- PEREIRA, Manoel Gomes (ed.); José Maria Paranhos da Silva Jr. *Obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- PIMENTEL, José Vicente (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1964)*. Brasília: Funag, 2013, 3 vols.
- RAFFAELLI, Marcelo. *A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Funag, 2006.
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- ____ Introdução, "Ensaio de história diplomática do Brasil, 1930-1986", *Cadernos do IPRI*, n. 2, Brasília: Funag, 1989, pp. 9-13.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 1ª. ed.; São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949; 2ª. ed.: São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, 2 vols.; 3ª. ed., 1969; 4ª. ed., 1978.
- ____ *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- ____ *História da História do Brasil*, 1ª Parte: *Historiografia Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979;

- outros tomos nos anos subsequentes, entre eles o volume II, tomo 1: *A Historiografia Conservadora*, 1988.
- RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo. *Uma História Diplomática do Brasil, 1531-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *Juca Paranhos, o barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- TEMER, Michel. *O Brasil no mundo: abertura e responsabilidade: escritos de diplomacia presidencial (2016-2018)*. Brasília: Funag, 2018.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Revisão e Notas de Rodolfo Garcia. 8ª. edição integral; São Paulo: Edições Melhoramentos, 1975, tomo V.
- _____. *História da Independência do Brasil*, até o reconhecimento pela antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data (Anotada pelo Barão do Rio Branco, por uma Comissão do IHGB e pelo prof. Hélio Vianna). 6ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.
- VIANNA, Hélio. *História da República; História Diplomática do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961.
- VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

ANHANGUERA, LUIZ CRULS, RONDON E PRESTES PELAS CALÇADAS DE BRASÍLIA.

Pedro Jorge de Castro¹

A história das cidades como forma de habitação aglomerada é longa e talvez tenha surgido a quinze mil anos atrás. O ramo encarregado do estudo da evolução das cidades é *história urbana*. Foi nos grandes assentamentos permanentes que apareceram os serviços e as ocupações especializadas como o comércio, o armazenamento de alimentos e a mão de obra do artesão que fazia objetos e pequenos reparos. Nesse espaço apareceu também o poder e com ele a organização da convivência, a urbanidade.

A história urbana diz que as primeiras cidades surgiram na Mesopotâmia, uma delas chamada Ur, e na Civilização do Vale do Indu, e, também, na China. Essas cidades são fruto da união de populações de pequenos assentamentos. Eles se juntaram à procura de proteção e de produtos e serviços variados.

Mas somente após o domínio da agricultura e da domesticação de animais para a pecuária, há treze mil anos, e estes fatores associados e interagindo entre si criaram as condições para o aparecimento das cidades, fixando o homem e ensejando o desenvolvimento e a organização primitiva dos espaços urbanos.

Assim apareceu o que podemos chamar de cidades como Jericó. A segurança alimentar favoreceu o crescimento da população e as áreas urbanas tornaram-se cada vez maiores.

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 7, patroneada por Luiz Cruls. Tem Pós-Doutorado em Comunicação. É Professor da UnB e Presidente do Centro Cultural da Natureza Luiz Cruls.

Mas a sedimentação dos espaços urbanos, a expansão territorial e o crescimento populacional necessitariam de conhecimento, de organização social, avanços tecnológicos e espaço físico permitindo novas atividades capazes de atender o crescimento inevitável, a demanda de serviços e outros modos de vida.

Outro fator importante que permitiu as cidades ganharem forma *urbana* foi o surgimento das fortificações feitas pelos senhores feudais com o objetivo de proteger seus bens e resguardar suas vidas. Posteriormente os senhores feudais, isolados e encastelados, passaram as tais fortificações para as mãos da primeira classe social para a qual o trabalho era um valor: a burguesia, que passou a governá-las através de Comunas (hoje prefeituras). Estas são as bases das cidades tradicionais que conhecemos ainda hoje.

A expansão territorial dos espaços urbanos, o aumento da produção de alimentos, de materiais e serviços definiu a organização do espaço urbano primitivo. Criou e demarcou áreas de serviços e de circulação. A tal da área de circulação, dita rua – vem do latim vulgar *ruga* – caminho e depois via margeada por casas.

A via de circulação surgiu como uma concessão do espaço urbano primitivo ao serviço comum de tráfego de mercadorias e pessoas. Mas entre as casas e a via, espaço destinado ao trânsito de carroças, charretes, liteiras, bondes, bicicletas, ônibus e automóveis, foi necessário definir um caminho destinado à passagem, ao vai-e-vem de pedestres, quase sempre mais alto que se chama passeio ou área calçada.

Somente países com grandes extensões territoriais podem ensejar grandes deslocamentos e grandes caminhadas.

O Brasil sempre foi palco de grandes caminhadas. As expedições chamadas de Entradas e Bandeiras, vindas de São Paulo, cruzando Brasil adentro fixaram na nossa história os nomes de Anhanguera, Borba Gato e muitos outros grandes caminhadores.

Os modernos bandeirantes da Missão Cruls, que em 1892, cumprindo determinação da primeira constituição republicana, caminharam mais de onze mil quilômetros para demarcar o quadrilátero onde seria construída a nova capital do Brasil, Brasília, que eu chamo a nossa Capital Definitiva. O Marechal Candido Rondon, que entre 1892 e 1906 percorreu mais de 26 mil quilômetros para ligar por telegrafo o norte e o sul do país, e Luis Carlos Prestes, que percorreu quase de 36 mil quilômetros, levando a esperança de um país legal e justo com a Coluna Prestes, e esclarecendo que governo é uma coisa e Estado é outra.

Temos a tradição de grandes caminhadores.

O Presidente Juscelino Kubistchek, que em apenas três anos e um dia construiu Brasília a nossa capital definitiva, formulada pelo gênio do urbanismo Professor Lúcio Costa, lançou na imensidão pouco habitada do Planalto Central a nova capital do Brasil, a nossa cidade jardim onde os caminhadores pudessem andar livremente sob os pilotis dos prédios elevados, traçar o caminho das calçadas indicados pelos caminhos deixados sobre os gramados.

Unindo o projeto do Professor Lucio Costa e a nossa tradição de caminhadores, onde foram parar as calçadas de Brasília? O comércio usurpou a concessão do sagrado espaço de circulação dos caminhadores chamados de pedestres, consagrados desde o tempo dos acampamentos definitivos de Ur e de Jericó. Elas estão tomadas por puxadinhos, venda de colchões, de mercadorias de péssima qualidade, por oficinas de automóveis. Muitas quadras

merecem uma tarefa jurídica e administrativa a qual poderíamos chamar de *Processo Sobre a Cidade* (nome de um importante filme de Luigi Zampa, mestre do neorealismo italiano). Afinal, o projeto urbanístico do Dr. Lucio Costa é generoso demais para expor-se à ganância do mercantilismo mal educado e usurpador de tudo o que é bem público, como se isso não tivesse dono. O bem privado tem um só ou poucos donos, enquanto que o bem público tem mais de duzentos milhões de donos no Brasil. A população de Brasília espera que os administradores não venham a ser acusados de incúria. Não façam vista grossa e não tenham medo de cumprir uma tarefa que lhes cabe. A população vai apoiar seus gestos destemidos de lisura e dever. Tudo está aos seus olhos. É inaceitável qualquer justificativa para não fazer cumprir a lei. Mãos à obra. Coragem e dignidade são o que se espera dos gestores da coisa pública.

AFONSO HELIODORO: EXEMPLO E DESAFIO

Ronaldo da Costa Couto ¹

Brasília, final de 2010, Lago Sul, casa de Afonso Heliodoro dos Santos:

– Mestre Afonso, quem é JK?

– *Um extraterrestre que veio do futuro. Ele acordou, alegrou, mudou e modernizou o Brasil. Fez o brasileiro ter orgulho do país. Só não acabou de dar jeito nele porque os idiotas de plantão não deixaram.*

– Onde está ele agora?

– *Voltou para o futuro.*

– E quem é você agora, aos 94 anos?

– *Amigo e companheiro de JK ontem, hoje e depois, em qualquer dimensão e lugar.*

– E a Sãozita?

– *Minha companheira de existência, caso de amor verdadeiro.*

– Qual o segredo de tanta vitalidade e alegria de viver?

– *Durmo pouco, como pouco, trabalho muito e evito má companhia.*

Magrelo, nem alto nem baixo, elegante, vestido com bom gosto e sobriedade, os sapatos brilhando, sempre apressado, passos curtos e ágeis. Gentil com todos, mas duro e direto quando necessário. Entendia as mulheres,

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 128, patroneada por Antônio Francisco Lisboa.

admirava, apoiava, respeitava. Além de cumprir carreira completa na sua adorada Polícia Militar de Minas Gerais, bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito. Considerado irmão espiritual de JK, foi seu auxiliar direto no governo de Minas e na Presidência da República, como subchefe da Casa Civil. Era o primeiro a despachar todos os dias, sempre antes de sete da manhã, e o último a sair, muitas vezes tarde da noite. Aspas para ele:

– Depois de prefeito de Belo Horizonte e deputado federal, Juscelino elegeu-se governador de Minas em outubro de 1950. Fui nomeado chefe da Casa Militar. E aí começa de fato nossa convivência diária. Nunca mais me desliguei dele. Minha mulher se dizia viúva de marido vivo, porque minha família quase não me via. Nesse período, convivi mais com as filhas de Juscelino, a Márcia e a Maria Estela, do que com meus filhos Lelinho, Neném e o caçula Afonsinho.

Advogado Juliano Costa Couto, amigo do peito: “A amizade verdadeira é essencial na vida. Exímio leitor de almas, JK fez de Afonso Heliodoro seu melhor amigo”. Trabalhou com Juscelino e para o Brasil até o fim. Foi anjo da guarda, confidente, parceiro de grandes sonhos, companheiro de vida e feitos, guardião da memória. E também biógrafo, como no excelente *JK: exemplo e desafio*, de 1991, livro de testemunho e memórias.

De 1996 a 2017, brilhou na presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, sua casa, desafio e paixão. Seu nome e história abriam todas as portas. Mesmo lutando contra crônica escassez de recursos, mandou bala pelo bem do Brasil, de Brasília e dos ideais e feitos de Kubitschek.

Participou de passagens decisivas ao lado de JK. Como, em maio de 58, de sua decisão de manter na ativa, evitando

o pijama, dois generais que se tornariam seus adversários e protagonistas da virada de 64. Foi no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, em despacho com o ministro da Guerra, o poderoso general Henrique Duffles Teixeira Lott, homem disciplinado, severo, franco e direto. Assunto: promoções nas Forças Armadas. Depois de determinado tempo num posto, o oficial não promovido era compulsoriamente transferido para a reserva. Afonso:

– O Juscelino estava na cabeceira da mesa, o Lott à esquerda dele e eu, de pé, do outro lado. O Lott foi lendo os nomes cogitados. Quando chegou ao do Castello Branco, disse: “Presidente, eu não incluiria o Castello, porque ele é lacerdista. Vai nos dar muito trabalho”. JK: “E como militar?” Lott: “Como militar, é irrepreensível. Participou da Guerra Mundial, foi condecorado, tem todos os cursos, estudou no exterior, é inteligente”. JK: “O direito que ele tem de ser lacerdista é o mesmo que eu tenho de não ser. Se é bom militar, vamos promovê-lo”. Assim, Castello livrou-se de ir para a reserva e tornou-se general de divisão. Ele tinha bom relacionamento com pessoas ligadas a JK, como o poeta Augusto Frederico Schmidt e o embaixador Francisco Negrão de Lima, primo da dona Sarah Kubitschek. Lott continuou a leitura. Quando chegou ao Olympio Mourão Filho, nosso conterrâneo de Diamantina, disse: “Presidente, eu não promoveria o Mourão, porque ele é louco”. O Juscelino conhecia o Mourão desde menino. Achou graça, não discordou do Lott, mas ponderou: “Meu caro ministro, essa é a única chance de o Brasil ter um general de Diamantina”.

Afonso detestou essas promoções. Concordava inteiramente com Lott. Só ficou calado porque sabia seu

lugar no poder. Assim que ficaram sozinhos, abriu o coração com o amigo. Não adiantou.

Quase seis anos depois, 31 de março de 64, o general Mourão Filho, comandante em Juiz de Fora, partiu com tropas e tanques rumo ao Rio de Janeiro, desencadeando a derrubada do governo João Goulart. Em 8 de junho seguinte, o já então marechal Castello Branco, presidente da República, cassou os direitos políticos de JK, seu mandato de senador por Goiás e o projeto e sonho de se reeleger presidente.

Amigo íntimo da família Kubitschek, Afonso viveu muitos momentos pitorescos, alguns hilários. Gostava de contar uma passagem da visita do presidente Getúlio Vargas a Belo Horizonte. Quando Sarah Kubitschek soube que a primeira dama Darcy Vargas gostava de ouvir anedotas, chamou Afonso: “Coronel, vou oferecer um chá às cinco horas lá no Palácio da Liberdade. Reunir senhoras da nata da sociedade em torno da dona Darcy. Quero muita alegria! Ela adora ouvir piadas. Você poderia trazer o Thales? O Juscelino me disse que ele é o melhor contador de piadas que temos”. Afonso: “Tudo bem, dona Sarah. Mas se ele tiver bebido, acho melhor pensarmos em outra pessoa”. Ela, incisiva: “Que nada, Afonso! Traga ele de qualquer jeito!”. O tempo era curto. Foi direto à casa do amigo Thales da Rocha Viana, sujeito bom e espirituoso, divertido e irreverente. Amava uísque e livros. De JK: “Um boêmio adorável”. Ele tinha tomado todas. Não queria ir. Só consentiu depois de muita insistência. Comprido, magro, meio desajeitado, conseguiu equilibrar-se para vestir um surrado terno cinza amarfanhado, cheiro de naftalina, de mangas muito curtas, os punhos da camisa branca para fora. Só precisou de ajuda para botar uma velha gravata vermelha. Chegaram exatamente às cinco. Muita gente,

muitas luzes, muita cor e movimento, discrição. Clima de respeito e reverência à primeira dama do Brasil. Formou-se uma roda. Sarah: “Dona Darcy, amigas, este é o Thales, nosso maior contador de anedotas”. E ele: “Só de bunda, sei 59”.

Inteligente, cordial, entusiasmado, irrequieto, Afonso era um ímã de carisma, alegria e simpatia. Fiel ao Brasil, íntegro, disciplinado, objetivo, organizado, patriota, fez carreira militar completa. Comandou, mandou e desmandou. Foi campeão brasileiro de tiro. Em casa, sempre com Sãozita – já maiores de 90, assistiam à televisão de mãos dadas –, estudava, lia e escrevia muito. Tinha boa biblioteca. Ouvia música clássica todos os dias. Amava serestas, MPB e tudo do talentoso caçula Afonsinho. Cultivava flores e amigos, pintava paisagens mineiras com as tintas fortes do pincel e do afeto. Amável, amoroso, sentimental.

Sabia viver, sabia conviver. Era movido a desafios e boas causas. Nunca se poupou. Trabalhou até os 100 anos. Acompanhava a vida nacional, baixava o porrete nas trapalhadas de todos os governos, pesquisava, viajava bastante, fazia conferências juscélicas de comovente esperança, entusiasmo e brasilidade. Voz forte, português escorreito, algumas vezes temperado com robustos palavrões ao citar desafetos e algozes de JK. Distribuía pitos, encarava qualquer um. Contava casos e causos, dava entrevistas, metia-se de peito aberto em polêmicas. Foi secretário-geral do Memorial JK, sonho que ajudou a construir.

Fragmentos de carta de JK, datada de Paris, 18 de julho de 1964: “Meu caro Afonso, todas as manhãs, ao despertar, penso que ainda vou encontrá-lo no meu quarto e no meu banheiro para os primeiros comentários do dia. Hábito velho

que trouxemos de Minas, levamos para o Rio, transportamos para Brasília e novamente nos acompanhou para o Rio. Ficou de tal modo integrado na minha lembrança que dele não me posso esquecer. Não quero fazer poesia em torno de exílio. Não sou Gonzaga [inconfidente Tomás Antonio Gonzaga] e a minha lira se partiu no fragor das lutas que travamos. O econômico predominou e passamos a olhar as cousas do Brasil sob o prisma de nossos deveres”.

Adorava crianças. Certo dia, João Pedro, meu filho caçula, então com sete anos, depois de ouvi-lo queixar-se da velhice, disparou: “Mas *colonel*, você não é velho, você é só antigo”.

Caiu na gargalhada, levantou o *meninim*, abraçou-o com ternura, beijou-o. Depois espalhou o caso por Brasília. Vibrou ao saber que João Pedro disse na escola que era “amigo do *colonel*, o homem mais velho do mundo.”

Em abril de 1916, pediu para ninguém contar que era mais novo do que seus amigos Oscar Niemeyer (1907) e o “pioneiro do antes” Ernesto Silva (1914), heróis de Brasília. Amizade pura entre duas crianças felizes, uma já crescida.

Certo dia, quis me acompanhar em visita à escola em que João Pedro, oito anos, estudava. Enquanto esperávamos o fim da aula, visitamos a biblioteca, abarrotada de livros em inglês. Nas paredes dos corredores havia flâmulas e quadros de aviso em inglês.

João Pedro chegou correndo e nos abraçou. Afonso: “Aqui ensinam tudo em inglês, JP?” “Português não, né *colonel*?”. Dobrou de rir.

Aos 92, uma linda moça quis saber quantos anos tinha. “Talvez uns 10 ou 12.” Ela, espantada: “Pensei que fosse uns 90”. “Esses eu já tive, minha filha.”

O gênio Galileu Galilei também pensava assim. Não

temos o que já tivemos. A bela e delicada Natacha Vaske Henriquez, fisioterapeuta, professora de balé, ao receber dele, em mão, belíssima rosa vermelha recém-colhida no jardim, perguntou que animal gostaria de ser, se tivesse de escolher. “O galo!” Ela pensou que fosse por amor ao Clube Atlético Mineiro. Mas soube depois que era pelo vigor, garbo e coragem do bicho bom de briga.

Deve ser por tudo isso e muito mais que o amigo do peito Tancredo Neves, poucos dias depois de eleito presidente da República, em 15 de janeiro de 1985, ligou para a casa dele, em Brasília:

– *Aalôô! Afonso, como estão suas pernas?*

– Graças a Deus, muito bem, presidente.

– *Ótimo! O Brasil e eu vamos precisar de você.*

– Estou pronto para o que der e vier, presidente. E muito orgulhoso e agradecido.

Mas o bravo guerreiro nunca soube qual trincheira ocuparia na Nova República. Tancredo adoeceu, não tomou posse, enfrentou 38 dias de agonia, sete cirurgias, e morreu em 21 de abril de 1985. Uma rasteira da história no povo brasileiro.

Afonso, em 1999: *“Que Deus nos guarde e que uma nova geração de políticos e administradores reconduza o Brasil aos caminhos de prosperidade e grandeza sonhados por JK. A politicalha e a incompetência, a corrupção e o desamor ao Brasil fizeram de nossa Pátria este imenso deserto de homens e ideias”.*

A perda da doce Sãozita, em julho de 2016, matou sua vontade de pelejar e até de viver. Voltou para Minas. Mergulhado no passado, navegando na privilegiada memória remota, silenciou-se. O generoso coração valente, enfraquecendo sem parar, queria que fosse embora. A filha

Neném conta que, até o fim, ele fez questão de ter ao lado e de usar uma canequinha de louça com a imagem do amiguinho João Pedro. Em letrinhas miúdas, trêmulas, mandou-me livro com dedicatória comovente: “Ao meu amigo Ronaldo, de quem gosto como um filho, com o abraço do Afonso”.

De Renato Rainha, ao lado de Demóstenes Tres Albuquerque, um companheiro de todas as horas e causas:

– Juntamente com meu pai, foi o anjo mais feliz que conheci.

Em 20 de outubro de 2018, aos 102 anos, partiu leve e livre como um passarinho. Dizem que houve festa grande no céu, organizada por JK.²

² Nota: Escritor e homem público, Ronaldo Costa Couto, economista, mestre e doutor em história pela Sorbonne (Paris IV), é autor, dentre outras obras, do clássico *Brasília Kubitschek de Oliveira* (Rio de Janeiro: Editora Record), e de *O essencial de JK* (São Paulo: Editora Planeta do Brasil). É membro, também, da Academia Brasiliense de Letras e da Academia Mineira de Letras. Foi Ministro do Interior, Ministro do Trabalho, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e Governador de Brasília (governo Sarney).



Ladeando Ronaldo Costa Couto e Afonso Heliodoro o casal Carlos Heitor Cony e Beatriz (30-6-2009).

ROMA E BRASÍLIA

Ronaldo Poletti¹

Em 21 de abril, festeja-se o aniversário da fundação de Roma e a data da fundação de Brasília.

Em 1960, na inauguração de nossa cidade, o prefeito de Roma enviou mensagem, na qual assinalava que “a antiga história de Roma une-se à nova história de Brasília”.

Naquela ocasião, a Prefeitura da Cidade Eterna doou as reproduções da Loba Capitolina e da Coluna do Foro Romano, que estão em frente do Palácio Buriti.²

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 48, patroneada por Donald Belcher.

² Cf. *Ricerche Giuridiche e Politiche*. Roma-Brasília I – *Storia e Instituzione, Consiglio Nazionale Delle Ricerche*. Projeto Itália-América Latina, 1989

Durante anos (1984-2005), realizaram-se encontros de professores brasileiros e italianos para discutir temas relevantes a respeito da relação Roma-Brasília.³

O tema possibilita anotar considerações relativas a três tópicos que se relacionam entre si: Roma americana; Brasília e a América Latina; e a contribuição da cidade para a paz.

Luís da Cunha, diplomata da época de D. João V (1706-1750), em memorando secreto ao rei sugeriu que Portugal se abrisse para seu império. As colônias deveriam desenvolver-se e o Brasil povoado, a fim de que Sua Majestade assumisse o título de Imperador do Ocidente.⁴

Discípulo de Luís da Cunha, Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, quando Lisboa sofreu o terremoto de 1755, chegou a pensar na transferência da capital para o Brasil. De qualquer maneira, transferiu a capital da Bahia para o Rio de Janeiro.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares, veio para o Brasil junto com o Príncipe D. João e logo se transformou em ministro chefe do governo. Em uma exposição feita à Corte, em 1798, ele sustentou que “os domínios na Europa já não constituíam a capital e o centro do Império Português”. Propôs, então, um império

³ Cf. Notícia do Direito Brasileiro, 2011, Nova série, n. 16, dir. Ronaldo Poletti, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, edição especial comemorativa dos 50 anos de Brasília; ver, também, n. 2 daquela revista, 1996, Pierangelo Catalano, *Em defesa da Roma americana*”, pp 160-176.

⁴ D. Luís da Cunha, *Instruções Inéditas de D. Luís da Cunha e Marco Antonio de Azevedo Coutinho*, Coimbra, University Press, 1929, *apud* Patrick Wilcken, *Império à Deriva. A corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808 -1821*, trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

descentralizado, no qual o Brasil deixaria de ser colônia. Dirigiu-se, ainda, ao Príncipe regente para sustentar que a única saída seria “criar no Brasil um grande Império e assegurar para o futuro a reintegração completa da monarquia em todas as suas partes.”⁵

Logo depois da vinda do Príncipe regente para o Brasil, as ideias da criação de um novo Império apareceram em um panfleto anônimo, publicado em Lisboa (1808): um império futurista no Novo Mundo, uma “Nova Lisboa” construída na Selva.⁶

José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu) em discurso de 27 de agosto de 1823 na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, atinente à instituição dos cursos jurídicos, aludiu à ‘Roma Americana’.⁷

A ideia “Roma Americana”, “Nova Roma” ou “Roma Tropical” tem sido retomada por vários autores.

Darcy Ribeiro considerou os iberos como nação germinal e afirmou que nós somos a nova Roma, uma civilização, mestiça e tropical.”⁸ Seríamos os neo-romanos: Roma, encarnada na lusitanidade, revestida na América de carne indígena e de carne negra para construir essa enorme latinidade...⁹

⁵ Patrick Wilcken, op. cit. p.98

⁶ Patrick Wilcken, op. cit. p.99

⁷ São palavras (*ipsis litteris*) do futuro Visconde de Cairú: “*Importa, pois, que os que devem influir nas classes menos instruídas, venhão fazer estudos, e firmar o espírito do nosso systema na Roma Americana.*”

⁸ Darcy Ribeiro, *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995, pp. 65 e 448-9

⁹ Darcy Ribeiro. *Saudações às autoridades de Roma a Pierangelo Catalano*, carta agora publicada em *Roma e América. Diritto*

De igual maneira, Leonardo Boff sustentou que o Cristianismo está assumindo um rosto moreno, afro-ameríndio-latino-americano, que poderá fundar a nova Roma dos trópicos.¹⁰

Plínio Salgado fez, por sua vez, inúmeras considerações sobre Roma e seu Império.¹¹

Daí, também, a identificação com o sonho de Bolívar para a América. A visão sobre o Império estava inserida no quadro da América Latina, que seria o Último Ocidente, o Mundo Novo, a Aurora dos Tempos Futuros, a Força da Terra, Atlântida ressurgente, a Grande Síntese filosófica e política das idades humanas.¹² Na América do Sul, encontramos os elementos fundamentais de uma futura e nobre civilização e a revalorização de todas as forças morais.

“Como um sol que vai nascer, ela projeta seus primeiros clarões. Uma nova luz se anuncia no mundo. É a Atlântida que ressurge. A nova civilização realizará a grande síntese. Síntese filosófica, síntese política. Mas, principalmente, síntese das Idades Humanas”.¹³

Romano Comune. Rivista di diritto dell'integrazione e unificazione del diritto in Europa e in América Latina, 3/1997, pp. 337s.

¹⁰ Leonardo Boff, *Ética da Vida*. Brasília: Letraviva, 1999, pp.190/191

¹¹ Cf. Ronaldo Poletti, *O Direito em Plínio Salgado*, in *Anais do Centenário e da 2ª Semana Plínio Salgado*, organização e introdução de Gumerindo Rocha Dorea, São Paulo: Edições GRD, 1996.

¹² Cf. sessão de 3 de junho de 1959, na Câmara dos Deputados, interrompendo seu discurso para registrar a presença, na Casa Legislativa, de um Ministro argentino.

¹³ Plínio Salgado. *A Quarta Humanidade*, 2 ed. São Paulo: Editora das Américas, 1957, Obras Completas, vol. V

O sociólogo mexicano José de Vasconcelos afirmou que, nesta parte da América, nascerá uma civilização que intitulou a da “raça cósmica”, isto é, o resultado de todas as raças humanas. Em seu livro, projetou, para a “quarta humanidade”, para a civilização do futuro, o trecho da América compreendido entre as bacias do Amazonas e do Prata. A marcha das civilizações, desde os tempos históricos, realizou-se no sentido do Oriente para o Ocidente. Em face da decadência da civilização européia, aproximava-se o dia da América Latina, uma vez que a América Anglo-Saxônia floresceu dentro da agonizante civilização da Europa.

José de Vasconcelos tinha uma visão da “raça cósmica”, “raça síntese”; e via, na zona que compreende Brasil, Colômbia, Equador e Venezuela, e em parte Peru, Bolívia e Argentina, a “terra prometida”, que deveria ser conquistada pela “quinta raça”, síntese de todos os povos, devida aos mais fiéis à missão divina da América, fundada pelo princípio do conglomerado de tipos e de raças, vizinho ao Rio das Amazonas. Ali se ergueria a Universópolis e de onde sairão os discursos, as esquadras e os aviões da propaganda das boas novas.¹⁴

Dentro do quadro das cidades, pode-se tratar da inserção de Brasília na latinidade e de como esta se realiza no solo americano, vislumbrando-se sua missão e o seu destino.

Giorgio La Pira, ao cuidar das relações entre Europa e América Latina, considerou que as duas áreas, européia e latino-americana, formam uma única área espiritual,

¹⁴ Cf. José Vasconcelos, *La Raza Cósmica. Misión De La Raza Iberoamericana. Argentina y Brasil*, Buenos Aires – México, Espasa – Calpe, 1948

cultural, jurídica e, também, social, econômica e política. Tal circunstância, segundo La Pira, são solidificadas e unificadas pela Ciência Jurídica Romana. *Unitas et pax orbis ex iure*.¹⁵

A união entre a América Latina e a Europa se fundamentaria, segundo a visão de Giorgio La Pira, não apenas na religião e nas línguas, mas também no Direito e nos povos imigrantes.

Na Europa, a unidade ou integração dos povos, antiga e medieval, foi fragmentada pelos diversos Estados nacionais, enquanto haveria, na América Latina, uma inclinação para uma fusão dos diversos povos.¹⁶

A respeito da função “internacional” das cidades, Giorgio La Pira lembrou que se construiu, em 1957, na cidade de Florença, a *Ponte Amerigo Vespucci*, destinada a chamar atenção para a unidade histórica das áreas Europa e América Latina.

Sobre a ponte foram colocadas todas as bandeiras da América Latina, sinalizando a esperada realização de uma grande unidade, a esperança para o mundo inteiro, de paz, de graça, de beleza.¹⁷

Giorgio La Pira reafirmou o papel internacional das cidades, as quais têm um passado e um futuro, mais longo do que os Estados.

¹⁵ Cf. Mensagem in *Quaderni Latinoamericani* 1/1977 (*América Latina e Itália aspetti istituzionali*)

¹⁶ Cf. Pierangelo Catalano, *Império, Povo, Costumes, Lugar, Cidadania, Nascituros – Alguns Elementos da Tradição jurídica Romana-Braasileira*, in Estudos de Direito Constitucional, em homenagem a José Afonso da Silva.

¹⁷ Cf. Giorgio La Pira, in *Quaderni Latinoamericano*, 1, 1977

Daí a função das cidades como *urbes* e como *civitates*, o que implicaria a fundamental função das duas capitais da latinidade: Roma e Brasília. ¹⁸

Temos, assim, relações a anotar: Roma e Brasília e a ideia da Roma americana, inserida na América Latina; a capital do Brasil, com a missão de contribuir para a fraternidade dos povos irmãos.

Tudo se insere naquilo que Giorgio La Pira referiu como a “estratégia romana” e a dos Apóstolos, sintetizada na expressão *spes contra spem*, lembrada por São Paulo a respeito de Abraão: “Ele, contra toda a esperança, acreditou na esperança de tornar-se pai de muitos povos...” ¹⁹

Brasília é a concreção do quase impossível, a esperança confirmada pela história. *Spes contra spem*.

O destino grandioso de Brasília está, tal como em Roma, na universalidade, agora também latino-americana, na plurietnia e na descoberta de nossa humanidade.

A segunda Roma teria sido Constantinopla (Bizâncio). Brasília é a terceira Roma e centro americano de novos tempos de paz e de concórdia, sem qualquer pretensão hegemônica, porém lastreada na igualdade fraternal entre os povos latinos da América. ²⁰

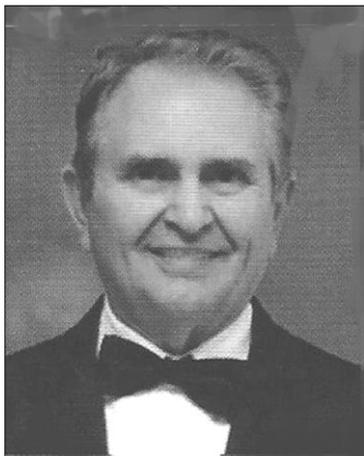
¹⁸ Cf. Catalano, op. cit. *ibidem*.

¹⁹ “...*qui contra spem in spem credidit ut fieret pater multarum gentium secundum quod dictum est erit semen tuum...*”, Romanos, 4, 18

²⁰ Ronaldo Poletti é Advogado, bacharelado pela Universidade de São Paulo; Mestre e Doutor em Direito pela Universidade de Brasília-UnB, na qual aposentou-se como Professor Doutor e Diretor do seu Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos. Presidente da União dos Romanistas Brasileiros. Professor Emérito da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região. Ex-Presidente do Instituto dos Advogados do Distrito

Federal – IADF. Procurador de Justiça do Estado de São Paulo. Ex-Consultor Geral da República e ex-Consultor Jurídico dos Ministérios da Justiça e da Aeronáutica. É autor de mais de uma dezena de livros sobre Constituição e Direito, dentre os quais: *O Poder Legislativo. Legislativo e Executivo; Decreto-Lei na Constituição; Pareceres da Consultoria-Geral da República; Da Constituição à Constituinte; Elementos de Direito Romano Público e Privado; Controle da Constitucionalidade das Leis; Constituições Brasileiras: 1934; Introdução ao Direito; Constituição Anotada; Conceito Jurídico do Império; Filosofia e Direito. Direito e Filosofia.* Condecorações recebidas: Ordem do Rio Branco (Comendador); Medalha do Mérito Santos Dumont; Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial); Ordem Nacional do Mérito Educativo (Comendador); Ordem do Mérito das Forças Armadas (Oficial); Ordem do Mérito Cultural “Carlos Gomes”, da Sociedade Brasileira de Artes, Cultura e Ensino, de Campinas (Comendador). Participou, como conferencista, de vários seminários internacionais de Direito Romano.

**Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
Galeria dos Presidentes (II)**



Adirson Vasconcelos



Afonso Heliodoro



Vera Ramos (2016/18)



Ronaldo Poletti (2018/21)

TRAGÉDIA NA FLORESTA AMAZÔNICA

Tarcízio Dinoá Medeiros ¹

A tragédia de que trato aqui e da qual escapei (confesso que independentemente de minha vontade ou de minha decisão pessoal), aconteceu meio século atrás, conforme vou contar, de modo bem pormenorizado.

Havia naquele tempo, em Roraima, onde então eu morava por força do meu trabalho, o padre Calleri, italiano de nascimento, com nome de Giovanni, aporuguesado para João – padre João Calleri, como era conhecido. Era ele membro do Instituto Missionários da Consolata e dirigia a Missão Catrimâni, dos índios ianomâmis.

Ele foi contatado, em 1967, e convidado, em 1968, pelo Chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal, sediado em Manaus, unidade do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), com o aval do seu Diretor-Geral, do presidente da FUNAI e do Ministro do Interior, para tentar aproximação com os índios que viviam no trajeto por onde passaria um trecho da estrada BR-174 (Manaus-Boa Vista-fronteira da Venezuela), com o objetivo de transferi-los para outra área ou convencê-los de que a abertura da estrada não os prejudicaria.

Na realidade, eram aqueles índios os terríveis uaimiris-atroaris, considerados, naquela época, ferozes e intransigentes na defesa do seu território e que, se dizia, não poupavam quem o invadisse.

¹ Acadêmico, ocupante da Cadeira 6, patroneada por José Bonifácio de Andrada e Silva. É membro da Academia de Letras de Brasília (da qual foi presidente), da Academia das Ciências de Lisboa e de outras entidades.

O padre aceitou a incumbência e passou a preparar a sua expedição pacificadora, com urgência, uma vez que a frente de trabalho de desmatamento e terraplenagem da empresa contratada para a construção daquela estrada, no trecho Manaus–Caracaraí, já estava próxima do limite da área ocupada por aqueles índios e havia paralisado suas atividades.

Em fins de setembro de 1968, o padre Calleri esteve em minha residência, em Boa Vista, falou da expedição e me convidou para acompanhá-lo por trinta dias naquela missão, para fazer a cobertura fotográfica da viagem e dos primeiros contatos com os índios.

Aceitei o convite. Eu era aficionado da arte fotográfica, possuía excelente equipamento, que ainda tenho guardado (uma câmera Leica, com lente Zeiss, grande angular e teleobjetiva, e uma Nikormat FT, também com teleobjetiva, lentes para close-up e macrofotografia e diversos filtros). Ele sabia de minha paixão pela fotografia, e me conhecia bem, porque, por várias vezes, me havia encontrado na sede da Prelazia e eu havia estado na sua missão do Catrimâni onde conseguira excelentes fotos dos índios ianomâmis.

Combinamos que eu levaria filmes para fotos em preto e branco, slides (diapositivos) e filmes coloridos – estes eram os que eu menos utilizava, porque não eram revelados em Boa Vista e nem em Manaus (embora houvesse em Boa Vista alguns fotógrafos com laboratório para revelação de filme preto e branco de terceiros, eu tinha meu próprio laboratório em minha casa; mas os slides eram enviados para Georgetown, na Guiana, e daí iam para Londres ou Nova Iorque – em duas ou três semanas recebia-os de volta, com revelação de excelente qualidade).

Viajei, no dia seguinte, a Manaus, para solicitar ao Inspetor da Alfândega, a quem era subordinado, conceder-me um período de férias, a partir de 15 de outubro, e aleguei, o que era verdade, jamais haver usufruído daquele direito estatutário.

O Inspetor era Milton Bittencourt Cantanhede, funcionário exemplar, competente, sério e honestíssimo, educado, já no topo da carreira, muito querido e respeitado tanto pelos funcionários como pela sociedade.

Perguntou-me ele o motivo de eu querer as férias assim tão de repente. Falei-lhe da expedição que se organizava. Ouviu-me, paciente e atenciosamente. E deu a decisão:

– Não posso dar-lhe férias agora. É um direito seu gozar férias, porém, nem as requeira, porque negarei. Não disponho de quem possa substituí-lo em Boa Vista, assim de imediato.

Tomei um susto e respondi-lhe:

– Pois, então, vou requerer meu direito junto ao Diretor-Geral, no Rio de Janeiro.

E ele, sem se alterar, falando baixo e mansinho, como sempre:

– O Diretor-Geral mandará, com certeza, ouvir-me no processo e informar-lhe-ei da real dificuldade de substituí-lo no período requerido.

Antes que eu protestasse, ele continuou:

– Dinoá, você já me falou, antes, que visita as tribos de Roraima e fotografa índios. Eu sou de Manaus, conheço a história do Amazonas e sei que os índios da região do rio Jauaperi e seus afluentes estão sempre em guerra com quem invade seu território e contra os brancos, até por vingança, por causa de antigas expedições punitivas organizadas por governos do Amazonas, desde quando era

província e, depois, mesmo quando já Estado da Federação. Eles estão em um estágio diferente dos índios das missões de Roraima. Você não tem ideia de como eles são. E se lhe acontecer um infortúnio na expedição, vou ter remorso por não lhe haver negado as férias.

Voltei para Boa Vista e comuniquei ao padre Calleri, com tristeza e até um pouco de revolta, não haver conseguido as férias.

Antes de o padre viajar para Manaus, a fim de iniciar sua aventura, despediu-se de mim e me deu um exemplar do projeto *Pacificação Waimiris Atroaris*, o qual guardo até hoje. No projeto, muito simples, estava prevista a expedição ser composta por doze pessoas, das quais nove eram homens, incluídos o próprio padre, e mais três mulheres.

Havia sido combinado concentrarem-se todos os membros da expedição no acampamento mantido pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-AM), no rio Abonari, para onde alguns foram de avião ou de helicóptero, e, outros, por via fluvial, levando embarcações com equipamentos e utensílios, mantimentos para trinta dias pelo menos e presentes para os índios. O acampamento do DER-AM distava um pouco mais de duzentos quilômetros de Manaus.

Daí, a partir do citado acampamento, no dia 22 de outubro, terça-feira, de manhã, a expedição iniciou sua viagem.

À tarde, foi alcançado o acampamento da construtora da estrada, de onde estavam sendo evacuados os trabalhadores, e, em seguida, a expedição chegou ao igarapé Santo Antônio do Abonari, onde acampou.

O grupo, previsto no projeto a ser composto por doze pessoas, contava com só dez (um homem – eu – e uma

mulher não nos incorporamos), e era integrado pelo padre Calleri e mais: Aragão Rodrigues de Oliveira e sua mulher, Marina Pinto da Silva; Benigno Ribeiro Mendes (*Piauí*); Francisco Eduardo de Oliveira; João Geraldo de Oliveira (*Cara de Onça*); Manuel Mariano Ferreira; Manuel Nascimento Filho; Maria Mercedes Sales; e Álvaro Paulo da Silva, chamado *Paulo Mineiro*, cujo papel seria relevante para o êxito ou o fracasso da expedição, como se verá.

À noite, o padre Calleri expediu a primeira mensagem pelo rádio, e deu notícia do itinerário percorrido até o acampamento do igarapé Santo Antônio.

Em Boa Vista, íamos à sede da Prelazia, todas as noites, Júlio Augusto Magalhães Martins, eu, e, às vezes, mais alguma outra pessoa, para, juntos com Dom Servílio Conti, Bispo Prelado, ouvir, pelo rádio, o padre Calleri – o rádio de que dispúnhamos tinha só áudio, não havia como falar com ele; só podíamos ouvi-lo e o fazíamos com especial atenção.

No dia seguinte, 23 de outubro, a expedição avançou até entrar onde começava o território dos índios, e, antes do meio-dia, acampou na margem direita do mesmo igarapé Santo Antônio.

Aí foi feito o acampamento-base, onde se descarregaram os mantimentos, utensílios e muitos presentes para os índios. Na outra margem havia várias ubás (canoas feitas de troncos de árvores), mais de dez, e, um pouco para dentro, uma maloca queimada. Foram dados tiros para o alto, com o fito de avisar aos índios a sua presença.

No outro dia cedo, o padre deixou cinco homens e uma mulher a cuidar daquele acampamento-base e prosseguiu por água, com os outros, na canoa com motor de popa, e levando o rádio. *Paulo Mineiro* aconselhara, e insistira, que o padre fosse por terra, seguindo a trilha que saía da

maloca queimada. Mas o padre preferiu, prudentemente, ir por água, por ser “território neutro”.

Havia chovido muito, e o avanço foi difícil. Lembro-me que o padre disse, pelo rádio, não haver ainda visto índios, mas sentia o grupo ser observado por eles.

Pernoitaram num charco. Na manhã do outro dia, 25, o grupo prosseguiu a viagem e, no fim da tarde, avistou a primeira maloca habitada pelos índios que procuravam. O grupo acampou a cerca de um quilômetro da maloca, na margem oposta do igarapé.

No dia 26, de manhã, o acampamento foi mudado para a outra margem, mas bem em frente à maloca atroari.

Aproximaram-se os índios, arredios e desconfiados. Por gestos, padre Calleri demonstrou-lhes ser amigo. Eles ofereceram-lhe banana e beiju, mas não lhe permitiram entrar na maloca. Como haviam visto alguns presentes na canoa, os índios quiseram pegá-los. Calleri, porém, com jeito, convenceu-os a descarregar a canoa, o que fizeram, e prepararam um lugar ao lado da maloca para depositar os presentes.

Depois, os índios construíram uma boa e grande armação de palhoça para o grupo, um pouco distante da maloca. No meio da tarde ofereceram bebida – o padre calculou uns noventa índios ao redor do seu grupo. À tardinha foram distribuídos os presentes. O padre aproveitou aquele momento de euforia e entrou na maloca. À noite, pelo rádio, narrou os acontecimentos daquele dia. Informou estar tudo bem, e que o tuxaua daquela maloca – Maroaga, era o seu nome para os brancos, e, soube-se depois, Sapata, para os índios – passara sua saliva nos lábios do padre, e molhara o dedo na saliva do padre e o levava aos próprios lábios, em sinal de amizade. E disse o padre, ainda, ter contado mais de cem redes na maloca.

Por quatro dias seguidos, não houve qualquer mensagem dele. Ficamos apreensivos. O que teria acontecido? Finalmente, o rádio voltou ao ar no dia 31 – houvera uma pane, *Cara de Onça* fizera o possível e o impossível até consertar o aparelho, mas a gasolina para o gerador chegara ao fim, e tiveram necessidade de buscá-la no acampamento do DER-AM.

Então ficamos sabendo que o padre deixara os outros três membros do grupo na palhoça perto da maloca e fora, com um grupo de índios, buscar o resto da bagagem e também os outros companheiros (entre estes, *Paulo Mineiro*) que haviam ficado no acampamento-base, distante quase quarenta quilômetros.

O padre informou ter feito duas viagens com os índios para buscar o que ficara naquele pouso anterior, e que, agora, todos os membros da expedição já estavam no acampamento da maloca atroari. Notamos ele estar demonstrando preocupação, ao dizer haver sabido que aqueles índios quando andavam pelo rio Uatumã e encontravam caçadores ou seringueiros tratavam-nos muito bem, recebiam presentes e, então, depois, matavam-nos. ⁽²⁾

Disse, mais, que, naquele dia, talvez os índios achassem os membros do grupo serem seringueiros. E ressaltou, também, que os estava achando muito estranhos, porque ora faziam sinais de amizade, ora sinais de guerra, batendo nas próprias nádegas, alternados com sinais de amizade e novos sinais de guerra. Terminou dizendo que, de

⁽²⁾ Ao que tudo indica, foi *Paulo Mineiro* quem passou esta informação ao Padre Callleri, porque este não tivera contato com ninguém de fora do seu grupo. E durante a viagem, e após a chegada à maloca (soube=se depois), o mateiro convenceu os índios de que a expedição era composta de pessoas más.

madrugada, havia abandonado a expedição o mais experiente dos mateiros. Não citou seu nome. Referia-se, porém, a Álvaro Paulo da Silva, *Paulo Mineiro*. Era quinta-feira, 31 de outubro de 1968.

Foi esta a última transmissão do rádio da expedição Calleri.

Voltamos, Júlio Martins e eu, todas as noites seguintes à sede da Prelazia, na vã esperança de que só tivesse ocorrido uma nova pane no rádio, e que ele houvesse sido consertado durante o dia, como acontecera poucos dias antes.

No quarto ou quinto dia sem qualquer comunicação, Dom Servílio Conti viajou a Manaus, a fim de movimentar autoridades no sentido de conseguir localizar a expedição.

Havia em Manaus uma amiga do padre Calleri, freira da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, de nome Hugolina Maria, que também acompanhava o trajeto da expedição e sempre estava em contato com o Serviço de Rádio do DER/AM, tanto para apanhar mensagens enviadas pelo padre como, também, para levar notícias a serem transmitidas a ele.

A freira começou, logo, a movimentar-se. Foi à Delegacia da FUNAI, onde lhe disseram que, possivelmente, o rádio estava novamente em pane; em outra visita disseram-lhe a expedição estar, talvez, voltando para Manaus.

O Chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal, engenheiro Altamiro Veríssimo da Silveira, também estava muito preocupado e mandou um avião sobrevoar toda a área onde poderia estar a expedição. Contudo, o mau tempo, as nuvens baixas e a floresta fechada não deixaram nada ser visto. Em 15 de novembro, sexta-feira, ele telegrafou ao

Bispo Prelado de Roraima e, praticamente, informou dar a expedição como perdida.

Por meio de telefonemas a várias autoridades, conseguiu o engenheiro que fosse acionado o PARA-SAR, da Força Aérea, que iniciou sua participação no episódio a partir do dia 20, quarta-feira, logo após uma de suas equipes chegar a Manaus.

Cinco dias antes, no dia 15, *Paulo Mineiro* descia o rio Uatumã, numa canoa, com dois caçadores, e foi ao encontro do barco *Alfredinho*, que havia levado carga da expedição Calleri até o acampamento-base e, agora, prestava serviço a dois geólogos do Departamento Nacional de Produção Mineral, os quais faziam pesquisas na área banhada por aquele rio.

Paulo Mineiro passou para o barco e os outros dois homens seguiram rio abaixo. Aos dois geólogos e ao barqueiro ele disse, mentirosamente, haver pedido desligamento da expedição, porque o padre tratava os índios muito mal e ele previra uma chacina; e que a canoa na qual viajava afundara, aqueles dois caçadores o haviam salvado e prontificaram-se a levá-lo ao *Alfredinho*. Ele ficou alguns dias nesse barco até quando os geólogos, terminada a pesquisa, levaram-no a Itacoatiara, na margem do rio Amazonas.

Ao chegar a essa cidade, *Paulo Mineiro* telefonou para a freira que mencionei acima, Irmã Hugolina, e perguntou-lhe, para surpresa dela, se a expedição já estava em Manaus. No mesmo dia, ele foi para Manaus.

No barco, ele havia contado ter abandonado a expedição com autorização do padre Calleri, com quem estava na maloca queimada no dia 31. Aí havia ficado, para descer o rio, mas de madrugada, resolveu ir à maloca de Maroaga para ver como estavam as coisas – ao chegar, logo

viu dois cadáveres, e, por isto, escondeu-se, e, à noite, conseguiu fugir até o acampamento-base, onde deixara uma pequena canoa que ele mesmo fizera do tronco de uma seringueira.

Depois de muito remar, contava ele, sempre perseguido pelos índios, que o seguiam por terra, teve a má sorte de a canoa ter virado – então, passou a correr por terra, de dia, e escondia-se, quando possível, até ser encontrado pelos dois caçadores que o haviam levado para o *Alfredinho*. Ele dissera, ainda, aos deste barco, não saber se alguém mais havia escapado.

Depois, os dois caçadores que o haviam conduzido até o *Alfredinho* disseram já ter avistado *Paulo Mineiro* antes, a 9 de novembro, em uma canoa com um homem branco, a quem já haviam visto com mais outro homem, em uma barreira do rio – os dois, na ocasião, disseram-lhes ser fiscais de caça e pesca, e que tinham mais dois companheiros de trabalho que não estavam ali, naquele momento, porque se haviam embrenhado na floresta.

Pois bem, disseram os dois caçadores, depois, que quando *Paulo Mineiro* lhes pediu ajuda estava acompanhado do mesmo homem com quem eles o haviam visto no dia 9.

No dia seguinte, aos membros do PARA-SAR, *Paulo Mineiro* disse os índios haverem atacado a expedição e ele não saber se alguém mais havia escapado, e que se demorara por dois dias no acampamento da construtora da estrada aguardando se alguém mais conseguira fugir dos índios. Mas, à sua mulher, diria haver voltado à maloca de Maroaga e que vira toda a expedição ter sido trucidada.

Ele foi, então, incorporado à equipe do PARA-SAR, como conhecedor que era da região e da maloca atroari. A esta altura, já se havia constatado, por avião, terem os

índios feito uma nova maloca ao lado da anterior.

A FUNAI mandou, então, para Manaus o seu talvez mais experiente indigenista, João Américo Peret. No dia 24, o tempo estava bom, e o PARA-SAR, com um helicóptero e um avião Catalina, foi à maloca atroari.

Lá, o helicóptero baixou, permaneceu com as hélices ligadas, cinco militares e *Paulo Mineiro* desceram. O catalina, com Américo Peret a bordo, ficou fazendo círculos sobre a área, como apoio para o caso de alguma emergência.

A equipe de terra se demorou 45 minutos e, além de não ver índios, nada detectou, exceto “*cantos de aves e barulho de animais na mata*”, como teria constado do relatório da viagem, o que levou Américo Peret a deduzir aquele pessoal nada entender de índios e, menos ainda, de floresta, pois o barulho das hélices do helicóptero e o do catalina teriam afastado as aves e os animais para longe. Os sons ouvidos por eles teriam sido produzidos pelos próprios índios, os quais se achavam escondidos e, possivelmente, muito próximos dos visitantes.

No dia 26, o tempo estava bom, novamente. Repetiu-se idêntica operação, sem qualquer outro resultado, além de os paraquedistas constatarem que, possivelmente, a expedição partira às pressas, pois havia restos de comida estragada, faltavam o rádio e muitos utensílios na sua palhoça. O tempo só permitiu nova operação quatro dias depois – a 30 de novembro. Desta vez, Américo Peret integrou a equipe do helicóptero, para descer ao chão.

Em terra, resolveu-se fazer uma varredura, homens ao lado uns dos outros, desde as malocas (a antiga e a nova) até o rio. Mas Américo Peret foi sozinho, por uma trilha a que os outros não deram atenção, por ser antiga. Logo, experiente como era, notou ele haver pequenos ramos de

mato quebrados, e ao continuar, viu que as plantinhas do meio da trilha estavam amassadas, como se algo houvesse sido arrastado por cima delas.

E sentiu mau cheiro.

Andou mais quarenta metros e encontrou um esqueleto com uma calcinha e um sutiã, o que indicava ser de mulher, cujos ossos e costelas estavam totalmente soltos, os antebraços e as pernas amarrados com cipós; a cabeça, separada do resto do esqueleto, estava mais adiante – fora cortada por golpe de facão, e a parte superior do crânio não foi encontrada, muito possivelmente levada por algum animal, que, com urubus, haviam descarnado o cadáver.

Então, João Américo Peret gritou haver achado os restos mortais dos integrantes da expedição.

Alguns esqueletos estavam em terra, outros em poças de água, e mais outros dentro do rio, que havia subido por causa das últimas chuvas. Um esqueleto feminino mostrava que o corpo havia sido cortado em dois, desde entre as pernas até o ombro, e outro tinha as pernas quebradas.

Foram encontrados todos os nove esqueletos da expedição (lembro ao leitor que esta era composta por dez pessoas quando iniciou a viagem, mas Álvaro Paulo da Silva, *Paulo Mineiro*, havia deixado o grupo). Todos tinham braços e pernas amarrados por cipós.

De oito pessoas, as têmperas haviam sido cortadas a facão; entretanto, a frente do padre Calleri, identificado por duas coroas dentárias que ele tinha, estava quebrada e não cortada.

Os ossos, levados em caixões para serem velados na catedral de Manaus, foram sepultados nessa cidade, exceto os do padre Calleri, transferidos para Boa Vista, onde a população, muito comovida e pesarosa, inclusive este autor,

esteve presente a seu enterramento, em 4 de dezembro de 1968, numa quarta-feira.

Na segunda-feira seguinte, 9 de dezembro, viajei a Manaus, para agradecer, comovido, ao Inspetor da Alfândega, Dr. Milton Bittencourt Cantanhede, por não me haver concedido as férias que lhe pedira.

Sem alterar a voz baixa e mansa, ele só me disse:

– Agradeça a Deus, Dinoá, porque eu só fiz o que tinha de fazer. E mudou de assunto.

* * *

Mas a história continua. Por falta de verbas, ou por outros motivos, a construção da estrada BR-174 ficou paralisada, e só foi recomeçada anos depois.

No fim de 1974, a FUNAI abriu um novo posto de atração para os uaimiris-atroaris, o Abonari II, e entregou-o aos cuidados do seu funcionário Gilberto Pinto Figueiredo Costa, considerado indigenista experiente, que em junho de 1968 (antes do início da viagem da expedição Calleri), havia feito contato com Maroaga, principal chefe dos uaimiris-atroaris – foi um relatório dele que registrou no trajeto da futura BR-174 haver só índios desse povo, o que foi entendido como facilitador para o possível entendimento entre índios e brancos, relativamente à estrada.

Em 22 de dezembro de 1974, Maroaga e alguns índios chegaram muito cedo ao posto de atração, para invadi-lo. No posto, havia mais outros seis funcionários da FUNAI, cinco dos quais eram índios aculturados. Gilberto Pinto, como ele era conhecido, abriu a porta para acalmar os índios e recebeu duas flechadas, uma no fígado, a outra, no coração. Todos os cinco índios aculturados também foram trucidados. Só um, não índio, não foi morto, porque fugira um pouco antes numa canoa, rio abaixo.

O leitor adivinha quem escapou? Álvaro Paulo da Silva,

o *Paulo Mineiro*.

Pois bem. Depois, descobriu-se que *Paulo Mineiro* trabalhava para uma equipe de americanos que, clandestinamente, pesquisava e explorava alguns minérios na área dos uaimiris-atroaris.

* * *

Trinta anos depois da morte do padre João Calleri e dos seus companheiros, o padre Silvano Sabatini, que fora presidente da Comissão Pro-Índio da Prelazia de Roraima e o principal incentivador para aquele padre assumir a empreitada, publicou o livro *Massacre*, no qual transcreve entrevistas por ele feitas com alguns daqueles índios que haviam participado do macabro evento ou o haviam testemunhado.

Em resumo, assim se deram os fatos: sempre que *Paulo Mineiro*, ainda no acampamento-base, contatava índios, como, por exemplo, quando foram com o padre buscar os presentes, dizia-lhes ser necessário matar o padre e seus companheiros, por serem eles muito maus.

Na madrugada do dia 31 de outubro de 1968, quando ele fingiu abandonar a expedição, na realidade escondeu-se nas proximidades da maloca uaimiri-atroari, e tentou convencer Maroaga e outros guerreiros a liquidarem a expedição naquele mesmo dia – por isto os índios faziam sinal de guerra, mas não estavam convictos quanto à conveniência da matança e, por isto, faziam, também, sinais de amizade, alternadamente.

Muito cedo, ao primeiro clarão do amanhecer do dia seguinte, 1^o de novembro, todos dormiam; *Paulo Mineiro*, com mais quatro comparsas não índios, vestidos com roupas camufladas e que estavam escondidos nas imediações e não haviam aparecido antes, chamou os índios e lhes disse que era hora de exterminar a expedição ou ele e

seus amigos os matariam.

Padre Calleri também dormia e um dos homens brancos atirou na barriga dele, mas ele era forte, levantou-se, e *Paulo Mineiro* mandou que lhe atirassem flechas – o padre recebeu duas flechadas e caiu debruçado sobre sua rede.

Seus companheiros foram atacados com flechas pelos índios e com facões pelos cinco homens. Os que caíam flechados tinham a cabeça partida a golpe de facão. Um membro da expedição atirou com um revólver, atingiu a mão do índio que depois se chamou Tomás – este desmaiou, e quando tornou a si, todos da comitiva já estavam mortos, contou ele ao padre Silvano Sabatini.

Paulo Mineiro mandou um dos seus comparsas cortar em dois, com facão, o corpo de Maria Mercedes Sales, da vagina até o ombro. Torpe e cruel vingança por ela não lhe haver concedido favores sexuais.

Em seguida, ele determinou aos índios levarem os corpos para o mato, mas eles se recusaram a fazê-lo, por temor de que os espíritos dos mortos viessem trazer-lhes mal.

Então, um dos homens brancos cortou cipós, amarrou as pernas e os braços de cada um dos cadáveres e orientou os índios a que os arrastassem ou os carregassem suspensos pelos cipós em uma vara, e nada lhes poderia acontecer, uma vez que não tocariam nos cadáveres. E assim se procedeu.

Os índios levaram os mortos para o mato, perto do rio, por uma picada que quase não utilizavam. Por fim, *Paulo Mineiro* deu a entender aos índios que se contassem aquilo a alguém ele viria com mais amigos e os mataria também.

A cena do assassinato fora tão brutal, que um índio dos

mais velhos e que havia participado do morticínio falou ao padre Silvano Sabatini – e um índio jovem traduziu a conversa – que alguns índios chegaram mesmo a combinar dar cabo de *Paulo Mineiro* e seus companheiros, ali mesmo, mas tiveram medo de os cinco reagirem com armas de fogo e matarem muitos deles.

No mesmo dia, os índios começaram a fazer uma nova maloca, próxima da outra, uma vez que padre Calleri havia entrado naquela em que eles moravam *e o espírito dele poderia vir, só por vingança, fazer mal a seus filhos e a suas mulheres!*

* * *

Alguns anos antes do encontro do padre Silvano Sabatini com os uaimiris-atroaris, *Paulo Mineiro* foi posto na prisão, em Manaus, em 1981, não sei por qual motivo, e ali se desentendeu com outros presos, que o mataram.

* * *



O autor com índios ianomâmis do rio Catrimâni, em Roraima



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito**

O DUQUE DE CAXIAS MAÇÔNICO

William Almeida de Carvalho ¹

Apesar de existirem inúmeras biografias do Caxias profano, os trabalhos específicos sobre o Caxias maçônico são extremamente raros, devendo destacar-se o Anuário do GOB de 1961 e 1962 que publicou as conferências sobre a Semana de Caxias, realizada em 1961, e o livro de Kurt Prober, *Duque de Caxias - Sua Vida na Maçonaria*, de 1972. Castellani tratou de Caxias nos seus diversos livros históricos do período, mas não escreveu ainda um trabalho específico sobre Caxias.

Kurt chegou, mesmo, a afirmar que "biografias de CAXIAS, quer sobre a sua vida profana, militar ou política, existem às centenas, mas por curiosa coincidência, o seu primeiro biógrafo, o Monsenhor Pinto de Campos, sacerdote pernambucano, e que escreveu sobre a vida de Caxias em 1878, enquanto vivo ainda, esquiva-se de qualquer alusão maçônica, apesar de ter sido ele um maçom bastante ativo no passado. Ao leitor desavisado de hoje, este fato por certo causará estranheza, mas as condenações da Santa Sé, já então postas em vigor no Brasil, durante a famigerada "Questão Religiosa", tornaram tudo perfeitamente plausível, pois afinal de contas o sacerdote "não queria perder o seu emprego"...

A bem da verdade, deve aqui ser mencionado, que a magnífica conferência proferida pelo Marechal Augusto da Cunha Magessi, em 25.8.1965, também não fez qualquer referência à vida maçônica de Caxias, cousa muito natural

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 111, patroneada por Joaquim Felício dos Santos. É membro também da Academia de Letras de Brasília e da Academia Maçônica de Letras de Brasília.

uma vez que o conferencista NÃO era maçom, e sim convidado de honra"².

Tudo leva a crer que o pai do Ir.: Caxias – Francisco de Lima e Silva – não deve ter sido maçom; contudo, o seu tio – José Joaquim de Lima e Silva, Visconde de Magé – era maçom de destaque e ativo ali pelos idos de 1831 a 1834. Muitos escritores, notadamente maçônicos, confundiram o Ir.: Caxias com o seu tio. "Por sinal, este parentesco talvez possa tornar compreensível a ..."atitude INEXPLICAVEL..." do futuro Ir.: CAXIAS, no caso do maçom MIGUEL DE FRIAS, na ABRILADA, fato tão comentado por Gustavo Barroso, inimigo figadal da Maçonaria.

NÃO PRENDENDO Miguel de Frias, Luiz Alves assim agiu provavelmente em atenção a seus superiores hierárquicos – ou mesmo por ordem deles –, JOSÉ JOAQUIM e MANUEL DA FONSECA, seus tios e, talvez, quem sabe, mesmo por ordem do próprio Regente Feijó, o que, por sua, vez iria explicar o fato, de CAXIAS NÃO TER PRENDIDO FEIJÓ, ao ter ocupado Sorocaba, em 1842"³.

Inexistem, até os dias de hoje, provas documentais sobre a loja e a data onde o profano Caxias teria sido iniciado. "Embora não haja documentação "oficial" sobre o ingresso de CAXIAS na maçonaria e sobre sua atividade maç.: antes de 1847, pelo menos até agora não apareceu, é isto uma circunstância perfeitamente explicável, pois, sendo ele católico praticante, posteriormente muita "gente boa" tinha todo o interesse em fazer desaparecer qualquer vestígio de ter ele pertencido à Ordem"⁴.

² PROBER, Kurt. *Duque de Caxias - Sua Vida na Maçonaria*, ed. do autor, Rio de Janeiro, 1972, p. 6.

³ PROBER, opus cit., nota 3, p. 6.

⁴ PROBER, opus cit., p. 13.

Prober supõe que Caxias deve ter sido iniciado numa loja do Grande Oriente do Passeio ou numa das três lojas do Supremo Conselho do Conde de Lages, antes da fusão de 1842, na Corte, entre 30 de junho de 1841 e 17 de maio de 1842, quando ainda era brigadeiro e Barão. "A iniciação com mais probabilidade se teria realizado na Loja S. PEDRO DE ALCANTARA, em 1842, sob o malhete do Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira 33.: ...Poderiam ter sido os seus padrinhos: o próprio Conde de LAGES - João Vieira de Carvalho - que, sendo Ministro da Guerra, em 12.12. 1839 escolhera o então CORONEL LUIZ ALVES para pacificar a BALAIADA no Maranhão, ...Ou então ingressara pela mão de seu amigo dileto José Clemente Pereira, o Ir.: CAMARÃO, Ministro da Guerra..."⁵.

Castellani, ao pinçar alguns traços biográficos de Caxias, afirmou que "foi iniciado numa das Lojas do Grande Oriente do Passeio, integrando-se ao Grande Oriente do Brasil, a partir da fusão deste com o Supremo Conselho, em 1852"⁶.

Álvaro Palmeira, na sua conferência na Semana de Caxias em 1961, afirmou que "o Duque de Caxias iniciou-se sob os auspícios do Gr.:Or.: Nacional Brasileiro (ou Grande Oriente Brasileiro), também conhecido como Grande Oriente da rua de Santo Antônio e, depois, Grande Oriente da Rua do Passeio. Supõe-se a data de 1842, em São Paulo, quando vice-presidente da Província"⁷.

⁵ PROBER, opus cit., p. 8.

⁶ CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil - A Maçonaria na História do Brasil*. Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993, p. 126.

⁷ PALMEIRA, Álvaro, *Caxias - O Maçon*, Anuário do GOB, Rio de Janeiro: Gráfica Ed. Hélios, 1961 e 1962, p. XXIV.

Em outubro de 1842, o Visconde de Albuquerque, na vida profana Ministro da Guerra e, na maçonaria, Grão-Mestre do GOB nomeou o Ir.: Caxias para acabar com a interminável rebelião Farrroupilha. Quase todos os líderes da revolução dos Farrapos eram maçons, tanto que na bandeira Farrroupilha aparecem as colunas maçônicas J.: e B.:, e o Ir.: Bento Gonçalves chegou a ser Ven.: da Loja Filantropia e Liberdade de Porto Alegre. Os ideais maçônicos podem ser visualizados, tanto nos proclamas e manifestos de Caxias quanto no Manifesto da Paz de 28 de fevereiro de 1845, assinado pelo Ir.: David Canabarro.

Ao voltar dos pacificados pagos do Sul, o Ir.: Caxias encontrou as lojas do Supremo Conselho incorporadas ao GOP pelo tratado de 4 de novembro de 1842. Assistiu ao cisma perpetrado no GOP pelo Ir.: Brito Sanches, Marechal de Campo e Grande Secretário do GOP, que tendo sido derrotado pelo Ir.: Manoel Alves Branco para o Grão-Mestrado do GOP, resolveu, como é praxe, em alguns momentos, na maçonaria brasileira, "criar" uma nova obediência. Com a eleição de Alves Branco, este resolveu reclamar os seus direitos de Lug.: Ten.: do Supremo Conselho, com o que não concordou o alquebrado Conde de Lages. Com a precária e caótica situação do GOP, o Conde de Lages denunciou o referido tratado de 1842 e nomeou Caxias seu sucessor. Kurt Prober apresentou um documento provando que a fundação do Supremo Conselho de Caxias e do Círculo Maçônico Independente deu-se a 20 de março de 1847, pois, "para poder desincumbir-se da FUNDAÇÃO de seu Círculo Maç.: INDEPENDENTE, o Conde de Caxias pediu licença do Comando das Armas da Corte, o que conseguiu em 22.3.1847, só se apresentando da licença

em 11 de Maio do mesmo ano, quando os trabalhos mais prementes da Instalação já tinham sido realizados"⁸.

Castellani afirmou que diante das desavenças "o Conde de Lages, já doente e sem condições de enfrentar essa dura batalha, entregou a direção do Supremo Conselho LEGÍTIMO a Luís Alves de Lima e Silva, o conde de Caxias, o qual pelo prestígio de que já desfrutava, era quem poderia salvar a situação. Caxias, então, tomando posse como Soberano Grande Comendador do Conselho, declarou-se independente, saindo da sede – então na rua do Conde – e mantendo o título que a Obediência possuía desde a fusão de 1842, ou seja, Muito Poderoso Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito do Grande Oriente Brasileiro, já que esse título não fora extinto pelo Passeio, quando da criação de seu Supremo Conselho espúrio. Caxias tornava-se, assim, além de Soberano Grande Comendador, Grão-Mestre desse Grande Oriente, que costuma ser tratado, pelos historiógrafos, como "Grande Oriente de Caxias". A Obediência perduraria até 1852, quando foi feita a sua fusão com o Grande Oriente do Brasil"⁹.

Com a fundação de seu Oriente Independente, Caxias contou com pouquíssimas lojas, dentre as quais podem ser citadas: 23 de Julho, de Saquarema (RJ); 2 de Dezembro, União Escocesa e Triunfo do Brasil, todas do Rio de Janeiro; e 24 de Junho, de S. Gabriel (RS).

Um dos primeiros documentos que começaram a aparecer sobre o Caxias maçônico, a partir de 1847, foi o de uma solenidade na sesquicentenária Loja União Escocesa na qual se comemorava a posse do Conde de Caxias como Soberano Grande Comendador e Grande Inspetor do Grau

⁸ PROBER, opus cit., p. 15.

⁹ CASTELLANI, opus cit., p. 123.

33.

Kurt apresentou um fac-símile deste libreto de 1847, com o seguinte título na capa: **Discursos e Mais Peças D'Architectura Recitada por Ocasião da Posse das Luzes e Mais Dignidades da Sempre Aug.: e Resp.: L.: Un.: Esc.: aos 26 dias do 5º mez da Verd.: L.: de 5847 e oferecidas AO SOB.: GR.: COMM.: INSP.: G.: 33.: CONDE DE CAXIAS.**

À página 18 do referido opúsculo, existe um soneto em honra a Caxias, que, por curiosidade maçônica, passo a apresentar:

SONETO ¹⁰

Da brazilica gente heroe famoso
Preclaro general, bravo guerreiro,
Dos louros marciaes feliz herdeiro,
E o sanct'elmo da paz mais assombroso;

Do Parlamento ornato portentoso
Em prol da Patria sabio e justiceiro,
Cantar venho teu nome prazenteiro
Brandindo a fraca lyra fervoroso;

Da gran MAÇONERIA brilho e gloria,
O illustre povo honras, que te venéra,
Qu'a aureola te cingiu tão meritoria;

A ESCOCEZA UNIÃO hoje se esméra
Em teu nome inscrever na sua historia,
Pois risonha lh'abriste propicia éra.

Alguns meses de gestão e o Ir.:Conde de Caxias começou a sentir a politicalha, a vaidade e os interesses pessoais que assolavam a maçonaria da sua época.

¹⁰ Pelo Ir.:Francisco Leal Passos (ortografia original).

"Naturalmente CAXIAS não era homem para viver num ambiente destes por muito tempo, e vendo a pasmaceira em que naturalmente também deve ter caído o SEU círculo, que fora obrigado a formar por mera força das circunstâncias, e talvez mesmo para atender ao pedido de um amigo moribundo, sentiu desde logo a necessidade de consolidar a posição do seu SUPREMO CONSELHO no Brasil, que necessariamente teria de funcionar aliado a uma potência maçônica vigorosa.

Assim aproveitou a primeira oportunidade que vislumbrou para ver se conseguiria fazer uma FUSÃO com o grêmio mais forte daquela época, então dirigido pelo Gr.: M.: Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, cuja administração já demonstrava nítido cansaço, depois de continuamente reeleito desde 1837"¹¹.

Encarregou, oficialmente, em julho de 1849, o Ir.: João Fernandes Tavares a iniciar o processo de negociação com o GOB sobre a fusão do seu Supremo Conselho, o Conselho de Montezuma, o do Conde de Lages, em suma, o Supremo Conselho legítimo do Brasil.

Álvaro Palmeira afirmou que "o Grande Oriente de Caxias foi de curta duração. Em 1849 enviou prancha ao Gr.: Insp.: Geral João Fernandes Tavares, 33, para tratar da fusão dos Supremos Conselhos com o Ir.: Cândido José de Araújo. (Esse documento também está no arquivo do Grande Oriente)."¹²

Kurt apresentou, durante a sua administração no Supremo Conselho, quatro documentos com a assinatura do Ir.: Caxias: i) o documento citado acima nomeando João Fernandes delegado junto ao GOB para tratar da fusão

¹¹ PROBER, opus cit., pg. 19.

¹² PALMEIRA, opus. cit. pg. XXVI

(17/7/49); ii) carta constitutiva da loja Perfeita Amizade do Rio de Janeiro (2/8/50); iii) carta capitular da mesma loja (16/9/50); iv) carta constitutiva da loja Piratininga de São Paulo (16/9/50).

A fusão do Círculo Maçônico (espúrio) mais o Supremo Conselho (legítimo) de Caxias com o GOB só foi ultimada após a volta da campanha do Sul contra Oribe e Rosas, lá pelos meados de 1852. A fusão não se operou de imediato e somente três anos depois o GOB recebeu Caxias tendo a honra de conceder-lhe o título de Grão-Mestre Honorário da Ordem.

Os documentos oficiais sobre esta fusão, ainda não foram encontrados, apesar de que "não existe motivo APARENTE para o fato de o GOB nunca ter feito alarde - pelo menos até agora não apareceu UM ÚNICO DOCUMENTO OFICIAL - sobre esta FUSÃO, quando isto seria perfeitamente justificável, pois, em última análise, foi por ela que o GOB conseguiu o seu SUPREMO CONSELHO "REGULAR E LEGÍTIMO", que diziam existir, mas que nem de suas várias Constituições constava `de fato`".¹³

Aqui convém abrir um pequeno parêntese sobre as diversas Constituições do GOB, naquela época. A primeira Constituição do GOB, após a sua reinstalação, foi a de dezembro de 1832; a segunda entrou em vigor em 1º de setembro de 1839; a terceira, uma das mais liberais e tolerantes no intuito de atrair lojas do Passeio, foi sancionada em 12 de janeiro de 1842; a quarta, promulgada a de 15 de setembro de 1852, ano, também da fusão com o Supremo Conselho legítimo de Caxias, causou uma verdadeira celeuma, pois previa um mandato de cinco anos para a Alta Administração, criava o primeiro timbre

¹³ PROBER, opus cit., pg. 26.

do GOB, colocava fim às liberalidades da Carta de 1842, que permitia que o GOB fosse tomado de assalto por elementos perniciosos, muitos advindos do GOP, chegando mesmo a criar um Grande Oriente Revolucionário!; a quinta, a de 26 de fevereiro 1855, tentou por fim às contendas entre as Constituições de 42 e 52, pois algumas lojas seguiam a primeira, e outras, a segunda, e teve o mérito de separar os ritos, "tendo destacado o Rito Escocês, com a incorporação do Supremo Conselho legítimo, trazido por Caxias.

Assim, administrativamente, o Supremo Conselho passava a ser independente do Grande Oriente, o que não acontecia com os outros dois ritos – Moderno e Adonhiramita – que ainda faziam parte do Grande Colégio de Ritos, que havia sido reorganizado por Manuel Joaquim de Menezes, em 1842. Assim, com a promulgação dessa nova Constituição, foi necessário liquidar o Grande Colégio de Ritos e criar, para os ritos Moderno e Adonhiramita, o Sublime Grande Capítulo dos Ritos Azuis, cujo Regulamento Geral seria aprovado a 7 de maio de 1858¹⁴; a sexta Constituição promulgada em agosto de 1862; e, finalmente, a sétima, em 29 de abril de 1865, após a grande cisão que resultou no Grande Oriente dos Beneditinos de Saldanha Marinho.

Kurt Prober provou a fusão "por tabela", dada a inexistência de documentos oficiais. Alinhava dois documentos: i) o Manifesto do Grão-Mestre Provincial do Rio Grande do Sul – João Afonso de Freitas Amorim – que relata explicitamente a fusão do Grande Oriente do Brasil e do Supremo Conselho do Conde de Lages em 1852, e, ii) o Manifesto do Barão de Cayru de 1864, que abordava a notícia, como um dos únicos documentos da época, da

¹⁴ CASTELLANI, opus cit., pg. 132.

criação de um Grande Oriente Revolucionário, causado pela Constituição de 1852, que trazia nos seus artigos 333 e 334 a previsão de um Supremo Conselho, "prova mais do que convincente de que, se a fusão ainda não está concluída, nesta altura dos acontecimentos estava para ser sancionada a qualquer hora, e de fato foi, por certo nos dias em que explodiu a revolta no GOB, como vimos do Manifesto de 1874".¹⁵

Já a Constituição de 1855 cita explicitamente, no seu artigo 2º, um Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito, e no artigo 6º, que constará de 27 membros efetivos.

Em 4 de novembro de 1856, numa das sessões do Supremo Conselho, existe a comunicação de que o Marquês de Caxias tinha sido admitido como filiando-livre na Loja 2 de Dezembro, que desde 1853 trabalhava sob os auspícios do GOB.

No ano de 1861, num documento do GOB sobre sua Organização e a das Grandes Oficinas, citam-se como cinco os membros efetivos do Conselho: Visconde de Albuquerque, Conselheiro Antônio da Veiga, Marquês de Olinda, Marquês de Caxias e Visconde de Sapucaí.

Outro grande mito que precisa ser desfeito é o de ter sido Caxias Grão-Mestre do GOB. Segundo Castellani "ao contrário do que afirmam alguns historiógrafos, Caxias NÃO FOI GRÃO-MESTRE DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL, mas, sim, da Obediência oriunda da dissidência do Passeio, junto com o Supremo Conselho, a partir de 1847. Ele receberia, sim, depois de sua filiação ao Grande Oriente do Brasil, o título de Grão-Mestre de Honra da Obediência, o

¹⁵ PROBER, opus cit., pg. 27.

qual é simplesmente honorífico, não envolvendo exercício do cargo".¹⁶

A comprovação do título honorífico é apresentada por Prober, pois, "quanto ao fato de CAXIAS ter recebido o título de Gr.:M.:Honorário do GOB, não há dúvida, pois o seu nome consta como tal no "QUADRO GERAL DO GOB DO LAVRADIO", publicado em 1871, pg.8, e numa relação publicada no Boletim de 1874, pg. 354 (ref. 1874,301); entretanto, querer insinuar, que tenha recebido tal honraria em retribuição pela entrega do seu Supremo Conselho ao GOB é inadmissível, e não se coadunaria com o seu caráter. Também está errada a notícia dada no Bol. de 1956, pg. 56, onde se diz "que teria recebido o título em 1872", pois no ano anterior já o possuía"¹⁷.

Em 1869, Caxias, já como Duque, foi nomeado representante do Supremo Conselho da Inglaterra no Grande Oriente do Brasil. Exerceu este cargo até a sua morte, em 1880.

Palmeira citou na sua conferência na Semana de Caxias em 1961 que "o Quadro Geral do Grande Oriente do Brasil, ao Vale do Lavradio, publicado em 1871, contém as seguintes referências sobre o Duque de Caxias:

- Grão-Mestre Honorário da Ordem (pág. 8).
- Membro efetivo do M.:Pod.:Supremo Conselho (pág. 42). É o 5º em ordem cronológica. Não acompanhou em 1872 Saldanha Marinho, em sua volta aos Beneditinos. Quem foi elevado nos Beneditinos em 1873, ao grau 33, foi o Marquês do Herval (Manuel) Luiz Osório; vide pág. 563 do Boletim da época.

¹⁶ CASTELLANI, opus cit., pg. 126.

¹⁷ PROBER, opus cit., pg. 29.

O Museu Maçônico possui a jóia 33 de Caxias, oferta do Ir. Ariovaldo Vulcano.

- Representante do Sup. Conselho da Inglaterra, Galles e Dependências da Coroa Britânica junto ao Gr. Or. do Brasil (pág.95).¹⁸

Caxias participou diretamente da Questão Religiosa, ou seja, do conflito eclodido em 1872, entre o Império do Brasil e a Igreja Católica. Castellani afirmou que “na raiz do conflito, estava o desejo da Igreja brasileira, não através de seu clero popular, mas da nata de seu bispado, de formação européia, de acabar com o padroado, herdado de Portugal, o qual fazia com que a Igreja fosse submissa ao Estado, do qual os seus componentes eram funcionários, sujeitos a imposições e a sanções”¹⁹.

A análise de Castellani sobre o padroado da época e a questão religiosa é muito percuciente, pois "o clero brasileiro era, tradicionalmente, recrutado em dois grandes celeiros: um era a Casa Grande das fazendas, onde as "sinhas", na sua superficial devoção, sonhavam ter um filho padre... o outro era a pequena burguesia, que fazia todos os esforços para mandar seus filhos para os seminários, pois esse era o meio para obter instrução gratuita e posição social, que a insuficiência econômica e a situação social não lhes permitiria ter de outra maneira. Assim, a história do clero brasileiro, no período imperial, mais do que as considerações de ordem espiritual, está ligada às de ordem econômico-social.

Esse quadro acabaria por proporcionar uma superficialidade gritante na devoção do povo, que

¹⁸ PALMEIRA, opus cit. pg. XXVI.

¹⁹ CASTELLANI, José, *Os Maçons e a Questão Religiosa*, ed. Trolha, Londrina, 1996, pg. 15.

comparecia às cerimônias religiosas como se fosse participar de um folguedo, como relata Auguste de Saint-Hilaire, depois de assistir, em S. Paulo, às cerimônias de uma Semana Santa. Mais do que isso, propiciaria a instalação de um clero, que, muitas vezes, aproveitava-se do fanatismo gerado pela ignorância e que se adaptara à sociedade patriarcal, dando-se bem com o regime, usufruindo dos bens que possuía, sem grande propensão à teologia, e, por estar impregnado pelas superstições e credences, tolerando-as e avivando-as no povo.

Ao lado desse clero popular e desse peculiar catolicismo, entretanto, existia outro, formado por sacerdotes cultos, ciosos de seus princípios teológicos e do direito canônico, inconformados com as credences populares, a religiosidade supersticiosa, o sincretismo religioso e o paternalismo imperial. Formando um bloco quase hermético, sem ligação com o povo e sua superficial devoção, esses poucos sacerdotes formavam a elite do clero, e seria essa elite que entraria em conflito com o governo imperial, dando origem à questão religiosa. Tanto isso é verdade, que o conflito foi ignorado pelo povo, não havendo nenhum movimento a favor dos bispos, nem mesmo por parte do clero, já que a maioria dos prelados e dos sacerdotes evitou, prudentemente – já que dependia do Estado – tomar partido na querela".²⁰

O evento desencadeador da Questão Religiosa foi a saudação feita ao Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre do GOB e chefe o Conselho de Ministros do Império, pelo padre e maçom José Luiz de Almeida Martins, Grande Orador interino, a 2 de março de 1872, a propósito da lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Visconde do Rio Branco ou

²⁰ CASTELLANI, *História do GOB*, pg. 158.

como é popularmente conhecida a *Lei do Ventre Livre*. No discurso, o padre Almeida Martins tecia loas à maçonaria e ao visconde pela obra realizada em torno da abolição gradual da escravatura. No dia seguinte, toda a imprensa da Corte noticiava o evento e o *Jornal do Commercio* publicava o discurso na íntegra. O bispo do Rio de Janeiro – D. Pedro Maria de Lacerda – advertiu o padre e exigiu que abjurasse a maçonaria. Diante da admoestação do bispo, toda a maçonaria brasileira apressou-se a defender o padre maçom. O conflito alastrou-se com a entrada dos bispos Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de Olinda, e Dom Antônio de Macedo Costa, de Belém do Pará. O impasse culminou com o julgamento, a condenação e encarceramento dos dois bispos, fato que provocou vários pronunciamentos do Papa Pio IX contra a maçonaria do Brasil. O conflito só seria resolvido com Caxias.

Caxias conseguia conciliar a sua condição de católico e maçom. A catolicidade de Caxias nunca foi escamoteada, ao contrário de sua vida maçônica. Manuel Santos afirma que “por outro lado, tão pouco poder ser posta em dúvida a sua qualidade de católico ostensivamente praticante, convicto e sincero. Uma breve visita à Igreja da Santa Cruz dos Militares, à Rua 1º de março, no Rio de Janeiro, bastaria para evidenciar que o Duque de Caxias ali deixou traços inconfundíveis de sua passagem. Logo à entrada do templo há uma lápide com a seguinte inscrição:

“Irmandade da Santa Cruz dos Militares – 1871 –
Palavras do Exmo. Irmão Provedor Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias: ‘Os laços da espada nos unem, as lides da guerra nos ligam e os braços da Cruz nos abrigam.

Irmãos pela Cruz e Irmãos pela espada, a nossa missão é sagrada: santificar o culto Divino Lenho e aliviar da miséria

as viúvas e filhos dos que seguem a nobre profissão das armas.

Eis aí o justo fim da sábia e religiosa instituição denominada IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES’.

Sôbre essa placa há outra, onde se lê:

‘A memória do Irmão Benemérito o Marechal do Exército Duque de Caxias, pelos relevantes serviços prestados à Irmandade. Tributo da Imperial Irmandade da Santa Cruz dos Militares. 1880’ ”.²¹

Ao voltar da Guerra do Paraguai, Caxias foi agraciado com o título de duque, o único do Império. A 25 de junho de 1875, D. Pedro II nomeou-o presidente do Conselho de Ministros, para, mais uma vez, pacificar a nação, pondo fim à questão religiosa.

Em 17 de setembro de 1875, D. Pedro II, um tanto contrafeito, assinou o Decreto nº 5.993, proposto por Caxias, que anistiava os bispos no momentoso assunto da questão religiosa.

O decreto de anistia fala em colocar os processos dos bispos, que tinham sido instaurados, em "perpetuo silêncio", dentro do espírito da visão pacificadora do Ir.: Caxias. Tal decreto alimentou, ainda mais, a impopularidade do Ir.: Caxias entre adeptos da Arte Real. Além disso, o Ir.: Caxias gerou mais impopularidade ao defender publicamente a manutenção da junção do Estado com a Igreja, tese radicalmente contrária a posição da maçonaria da época.

²¹ SANTOS, Manuel Inocêncio L., *Caxias – Católico e Maçon*, Anuário do GOB, Rio de Janeiro, Gráfica Ed. Hélios, 1961 e 1962, pg. XXVIII.

O decreto de anistia causou tal celeuma que o próprio Visconde do Rio Branco, ex-Grão-Mestre do GOB, preferiu deixar o Conselho de Ministros a ter de assiná-lo. Prober chega mesmo a afirmar que "D. Pedro não se enganara com o clero..., mas tinha encontrado o "bode" expiatório para a situação vexatória, que ele mesmo criara, e que por cima lhe agüentaria o galho enquanto por mais de DOIS ANOS iria passear na Europa"(22).

Kurt põe mais lenha na fogueira ao dizer que o Ir.:, Caxias, também, recebeu "logo em seguida – em meados de 1876 – a RETRIBUIÇÃO DO CLERO, ao ser EXPULSO, POR SER MAÇON, da IRMANDADE DA CRUZ DOS MILITARES do Rio, confraria da qual tinha sido Provedor em 1871/72 e ainda era MEMBRO DA MESA ADMINISTRATIVA em 1876".²³

Kurt termina o seu artigo relatando que a Igreja resolveu "esquecer" que o Ir.: Caxias tinha sido maçom, pois, "ao serem trasladados o restos mortaes de CAXIAS, que no interim se tornara PATRONO DO EXÉRCITO, do Cemitério de Catumbi, Rio, para o PANTHEON MILITAR, em frente ao Quartel General do Exercito, foi justamente na Igreja da Irmandade da Cruz dos Militares, na antiga rua Direita, que o expulsara como MAÇON PESTILENTO, realizada a vigilia civica da eça armada, das 12 horas do dia 24 até 8 horas de 30.08.49.

Participaram da trasladação dos ossos do MAÇON CAXIAS nada menos do que 18 bispos e arcebispos de todos os rincões brasileiros, sendo a missa rezada por Dom Jorge Marcos de Oliveira, na presença de D. Jaime de Barros Câmara.

²² PROBER, opus cit., pg. 33.

²³ PROBER, opus cit., pg. 34.

A maçonaria não esteve representada OFICIALMENTE no ato, mas salvou a situação pelo menos a presença do Presidente da Comissão de Trasladação, o maçom Dr. NEREU RAMOS, então Vice-Presidente da República, e o maçom Capitão-Médico TITO ASCOLI DE OLIVA MAIA, sendo que este último assinou a ATA DA EXHUMAÇÃO em 23.8.1949"²⁴.

Se a Igreja esqueceu que Caxias foi maçom, parece que o mesmo aconteceu com a maçonaria. E a barretada final de Kurt Prober na maçonaria não pode deixar de ser citada:

"Os boletins do GOB de 1880 estavam por demais ocupados com a Assembléia Constituinte, e em noticiar o falecimento da filha do Visc. do Rio Branco, e já em 1.11.1880 o passatempo do próprio VISCONDE, de modo que não houve espaço para sequer mencionar a morte do seu Grão-Mestre Honorário, que lhe entregara graciosamente o SUPREMO CONSELHO LEGÍTIMO".²⁵

Sic transit gloria mundi!

CONCLUSÃO

Se a ingratidão foi uma constante, em determinados períodos, da vida do Ir.: Caxias, seja dos políticos, do Imperador, ou da maçonaria, cabe, agora, as gerações posteriores redimir este hiato.

A GOB e as suas diversas lojas com o nome de Duque de Caxias têm o dever de pesquisar, com mais profundidade, o Caxias Maçônico, não só para as futuras gerações, como também para os maçons de hoje que, com raríssimas exceções, desconhecem a figura maçônica do Duque de Ferro.

²⁴ PROBER, opus cit., pg. 36.

²⁵ id. ibidem., pg. 36.

Além da pesquisa, propriamente dita, o GOB deveria atualizar, periodicamente, o catálogo das Lojas com o nome do Duque, não só no GOB, como nas Grandes Lojas, nos Orientes Independentes e nos Corpos Filosóficos, para que se possa estabelecer intercâmbio de idéias sobre Caxias e uma troca de experiências. A filatelia e a numismática sobre o Duque de Caxias, também, precisam ser estudadas, pesquisadas e preservadas. A promoção de estudos de divulgação de Caxias, principalmente, para as crianças em idade escolar parece ser de bom alvitre. As datas memoráveis de Caxias não deverão passar em branco, principalmente, nas lojas que ostentam o seu nome.

Que esta sinopse sirva de incentivo para que a maçonaria e as lojas portadoras de seu imortal nome cultivem o seu glorioso passado.

BIBLIOGRAFIA

BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil*, reedição, 6 vol., Porto Alegre: Editora Revisão, 1990/93.

BOLETIM DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL. *Anuário*. Edição sobre a Semana de Caxias, 8º e 9º Anos, Rio de Janeiro, 1961 e 1962.

C'HAN, Isa. *Achegas para a História da Maçonaria no Brasil*, vol. 3, ed. do autor, Paquetá, 1969.

CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.

CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil - A Maçonaria na História do Brasil*. Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.

____ *Os Maçons e a Questão Religiosa*. Londrina: Ed. A Trolha, 1996.

____ *O Supremo Conselho no Brasil – Síntese de Sua História*. São Paulo: Ed. A Gazeta Maçônica, 1991.

PINHO, Wardeley. *Caxias – Senador*. Separata da Revista Militar Brasileira, nº 3. vol. XXXV, de 25/08/1936. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

PROBER, Kurt, *Duque de Caxias – Sua Vida na Maçonaria*. ed. do autor, Rio de Janeiro, 1972.

PROBER, Kurt, *História do Supremo Conselho do Grau 33 .: do Brasil*, vol. I/1832 a 1927. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1981.

UM ARTIGO HISTÓRICO

Cassados sem culpa

Manifesto escrito por Wílon Wander Lopes, quando levou para o Plano Piloto, na Associação Comercial Distrito Federal (ACDF), a campanha pelo Direito de Voto para o DF, que ele iniciou em Taguatinga, na Associação dos Advogados de Taguatinga (AATA) e na Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (ACIT), um ano antes. Este manifesto foi publicado, em 1977, no Jornal Vanguarda de Brasília, órgão oficial da ACDF.



A CAMPANHA PELO DIREITO DE VOTO para o Distrito Federal envolveu dois pioneiros, depois membros da Academia de Letras de Brasília: Wílon Wander Lopes, Presidente da Associação dos Advogados de Taguatinga – AATA, Diretor da Associação Comercial e Industrial de Taguatinga – ACIT, e, depois, Presidente da Subseção da OAB; e Lindberg Aziz Cury. Na foto acima, eles estão em reunião na ACIT, tratando da campanha pelo Direito de Voto, que começou na AATA, então presidida por Wílon, e continuou na ACDF – Associação Comercial do Distrito Federal, então presidida por Lindberg.

Há mais de dezoito anos, atendendo ao patriótico

apelo da integração nacional, um grande número de famílias abandonou sua terra de origem e veio para o inóspito Planalto Central.

Vinham participar da construção do Brasil Novo, promovendo à realidade um sonho dos tempos do Império – a centralização da Capital, em busca do verdadeiro Brasil.

E, acompanhando seus pais, para aqui vieram muitos jovens, em plena puberdade, engajando-se também na obra do século.

Hoje, estes jovens já têm mais de trinta anos; a maioria, pelo exemplo de seus pais e por seus próprios méritos, começa a despontar como empresários e profissionais de alto nível, com grande vivência de alma brasileira, eis que formaram sua personalidade neste grande caldeirão de fusão nacional – que é Brasília, Capital de todos os brasileiros.

Posicionados em seus campos de atividade, sentem que falta algo à sua plena realização como cidadãos: o democrático direito de opinar e de se fazer representar como legítimos cidadãos.

Hoje, sentem-se cassados do seu direito – que é também dever – de participarem direta e efetivamente, pela falta do democrático Direito de Voto; direito que têm todos os brasileiros, menos esses que sacrificaram sua juventude e sua própria origem natural, em função da construção da Capital e da integração nacional.

Sofrem o doloroso drama de penar os efeitos de uma sanção injusta, já que não participaram, objetiva ou subjetivamente, da consumação de qualquer delito; a menos que seja considerado crime o fato de terem participado, com força, de um nobre e caro ideal: o de

tornar realidade o país continental, integrando-o através de sua moderna, invejada e consolidada Capital.



OUTRA FOTO HISTÓRICA, relacionada ao tema deste artigo, a campanha pelo Direito de Voto: o advogado Wílon Wander Lopes, Presidente da OAB-Taguatinga, defende, na tribuna, em reunião da ACDF-Associação Comercial e Industrial do Distrito Federal, então presidida pelo empresário Lindberg Aziz Cury, o Direito de Voto para o DF, campanha que Wílon iniciou na AATA-Associação dos Advogados de Taguatinga, e na ACIT, na década de 1970.

Nós, cassados sem culpa, reclamamos o direito de participar da vida nacional; urge que, ao lado dos deveres que nos são inapelavelmente cobrados, sejam-nos assegurados os sagrados e até naturais direitos de uma efetiva e direta participação, pela forma legal e construtiva.

Não queremos qualquer privilégio especial, embora tenhamos dedicado a melhor parte de nossa vida à consecução deste grande ideal nacional, qual seja o de participar da grande epopeia do século: a construção de Brasília e a descoberta do Brasil pelos brasileiros.

Queremos apenas ter o que todos os outros brasileiros têm: o Direito de Voto.

Somos o vibrante presente; temos orgulho do nosso passado até heroico, mas o futuro é que nos preocupa: queremos reclamar nosso direito básico, a fim de que nossos filhos não se envergonhem de nossa omissão.

Queremos ser brasileiros, não só brasilienses; não temos pena a pagar, não somos inúteis.

A Nação não pode ficar alheia a esse nosso clamor; enfrentamos a poeira e o desconforto, numa epopeia de modernos e sacrificados bandeirantes, prestando um grande serviço ao Brasil; e, como recompensa, viramos brasilienses, não brasileiros. É uma injustiça que precisa ser reparada!



***EM CONFERÊNCIA NA OAB/DF,** o advogado e jornalista Wílon Wander Lopes, Presidente da OAB-Taguatinga, questionou Tancredo Neves sobre o Direito de Voto para os cidadãos do Distrito Federal, conseguindo comprometer o então candidato a Presidente com a reivindicação mais importante da cidadania brasiliense: resgatar o cassado Direito de Voto para o DF, compromisso cumprido, com a morte de Tancredo, pelo seu vice, José Sarney.*

Por isto, brasilienses de 18 a 34 anos, cidadãos frustrados, nunca votamos, somos cassados sem culpa;

queremos ser iguais a todos os outros brasileiros.
Clamamos por Justiça. A Nação não nos faltará!



COMA OPERAÇÃO CAIXA DE PANDORA, em que se revelou uma triste história de corrupção de quase todos os políticos do Distrito Federal, houve manifestação do Ministério Público para que houvesse Intervenção Federal no DF, posição que encontrou resistência da OAB/DF, que deu o simbólico abraço no STF – Supremo Tribunal Federal (foto acima), e divulgou manifesto, cuja redação final coube a Wílson Wander Lopes, ex-Presidente da OAB-Taguatinga, em defesa do Direito de Voto e da capacidade de o Distrito Federal resolver seus próprios problemas.

NOTA: Wílson Wander Lopes é Acadêmico, ocupante da Cadeira 50, patroneada por Íris Meinberg. É membro, também, da Academia de Letras de Brasília. Em 1966, fundou, em Taguatinga, o JORNAL SATÉLITE, que dirige até hoje. Advogado, formado pela Universidade de Brasília – UnB, em 1970, foi Conselheiro da OAB/DF. Fundou e presidiu a Associação dos Advogados de Taguatinga e a Subseção de Taguatinga da OAB/DF. Criou e preside a Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, pela qual publicou os manifestos *Brasília Merece Respeito* e *O povo do DF vai vigiar seus políticos!* Autor dos livros *Taguatinga tem Memória*, *Ceilândia tem Memória* (ambos em 2ª. edição), e *Cidade*

Cidadã – A Cidadania do DF começou em Taguatinga. Recebeu, em 2011, a Medalha Miranda Lima, da OAB, no grau de Comendador.



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito**

**INSITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO DISTRITO FEDERAL**

SÓCIOS ACADÊMICOS

ADALBERTO LASSANCE

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Cadeira 38

ADIRSON VASCONCELOS

PATRONO: Francisco Adolfo de Varnhagen

Cadeira 27

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

PATRONO: Elias Brito Sobrinho

Cadeira 44

AFONSO LIGÓRIO

PATRONO: Mário Augusto Teixeira de Freitas

Cadeira 35

ALAOR BARBOSA DOS SANTOS

PATRONO: Domingos Velasco

Cadeira 68

ALARICO VERANO

PATRONO: Guimarães Rosa

Cadeira 104

ALBENE MIRIAM MENEZES KLEMI

PATRONO: Tiradentes

Cadeira 20

ALBERTO MARTINS DA SILVA

PATRONO: Deodoro da Fonseca

Cadeira 10

ALDO PAVIANI

PATRONO: Francesco Tosi Colombina

Cadeira 127

AMADOR DE ARIMATHÉA

PATRONO: Salviano Guimarães

Cadeira 91

ANDERSON BATISTA DE MELO

PATRONO: Djalma Polli Coelho

Cadeira 22

ANDERSON BRAGA HORTA

PATRONO: Medeiros e Albuquerque

Cadeira 46

ANTÔNIO FLÁVIO TESTA

PATRONO: Cândido Mariano Rondon

Cadeira 5

ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO

PATRONO: Clóvis Salgado da Gama

Cadeira 8

ARNALDO SERAFIM

PATRONO: Aires da Mata Machado

Cadeira 115

CARLOS EDUARDO VIDIGAL

PATRONO: Viriato Correia

Cadeira 120

CARLOS EULER CURRLIN PERPÉTUO

PATRONO: Lauro Müller

Cadeira 32

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA

PATRONO: João Capistrano de Abreu

Cadeira 11

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

PATRONO: Ribeiro da Costa

Cadeira 51

CARLOS VALOUSSIÈRE DE CASTRO BRANDÃO

PATRONO: Machado de Assis

Cadeira 83

CLÁUDIO QUEIROZ

PATRONO: Oscar Niemeyer

Cadeira 64

CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES

PATRONO: Altamiro de Moura Pacheco

Cadeira 96

CRISTINA MARIA COSTA LEITE

PATRONO: Israel Pinheiro da Silva

Cadeira 98

DANILO GOMES

PATRONO: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Cadeira 54

DARIO DE SOUZA CLEMENTINO

PATRONO: Pedro Aleixo

Cadeira 105

DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE

PATRONO: Gen. Ernesto Dornelles

Cadeira 28

DINAIR ANDRADE DA SILVA

PATRONO: Pedro Ludovico

Cadeira 56

DINIZ ESTEVES

PATRONO: Aurélio de Lyra Tavares

Cadeira 114

EUGÊNIO GIOVENARDI

PATRONO: Gilberto Freyre

Cadeira 94

FÁBIO DE SOUSA COUTINHO

PATRONO: Eurico Gaspar Dutra

Cadeira 74

FAGUNDES DE OLIVEIRA

PATRONO: Lauro Sodré

Cadeira 61

FERNANDO LOURENÇO FERNANDES

PATRONO: Domingos Jorge Velho

Cadeira 41

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

PATRONO: Joaquim Nogueira Paranaguá

Cadeira 58

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES

PATRONO: Adroaldo Mesquita da Costa

Cadeira 59

HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES

PATRONO: Santiago Dantas

Cadeira 14

HUGO STUDART

PATRONO: José Ludovico de Almeida

Cadeira 47

INNOCÊNCIO VIÉGAS

PATRONO: Antônio Gonçalves Dias

Cadeira 97

JAIRO VALLADARES PINTO

PATRONO: André Malraux

Cadeira 66

JOÃO CARLOS TAVEIRA

PATRONO: Thomaz Antônio Gonzaga

Cadeira 70

JOAQUIM CAMPELO MARQUES

PATRONO: Hipólito José da Costa

Cadeira 30

Pe. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

PATRONO: Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

Cadeira 72

JOSÉ CARLOS GENTILI

PATRONO: Dario Cardoso

Cadeira 73

JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA

PATRONO: Barão de Mauá

Cadeira 1

JOSÉ SANTIAGO NAUD

PATRONO: Luiz Carlos Prestes

Cadeira 77

JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK

PATRONO: José Sette Câmara

Cadeira 118

LÉLIO VIANA LÔBO

PATRONO: Santos Dumont

Cadeira 79

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

PATRONO: Silvio Romero

Cadeira 82

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

PATRONO: Alvarenga Peixoto

Cadeira 116

LUIZ SERRA

PATRONO: Juarez Távora

Cadeira 78

LUIZ SOLANO

PATRONO: Gelmires Reis

Cadeira 86

LUSITANO ABRANTES MALHEIRO

PATRONO: Vasco da Gama

Cadeira 88

MARCELO GRANGEIRO QUIRINO

PATRONO: Benjamin Constant

Cadeira 103

MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA

PATRONO: José Clemente Pereira

Cadeira 87

MARIA DE SOUZA DUARTE

PATRONO: Pompeu de Sousa

Cadeira 3

MÁRIO DE ALMEIDA

PATRONO: Júlia Kubitschek

Cadeira 100

MARISTELA DE MELO NEVES

PATRONO: Jerônimo Coimbra Bueno

Cadeira 57

MERCEDES GASSEN KOTHE

PATRONO: Florestan Fernandes

Cadeira 108

MOACI ALVES CARNEIRO

PATRONO: Alceu Amoroso Lima

Cadeira 39

NAPOLEÃO VALADARES

PATRONO: Carlos de Laet

Cadeira 42

NINA TUBINO

PATRONO: Jofre Mozart Parada

Cadeira 95

OSMAR ALVES DE MELO

PATRONO: Barão do Rio Branco

Cadeira 130

PAULO CASTELO BRANCO

PATRONO: Pedro Calmon

Cadeira 81

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

PATRONO: Tobias Barreto

Cadeira 4

PEDRO JORGE DE CASTRO

PATRONO: Luiz Cruls

Cadeira 7

PEDRO WILSON CARRANO DE ALBUQUERQUE

PATRONO: Bartolomeu Bueno da Silva
Cadeira 12

RENATO RAINHA

PATRONO: Euclides da Cunha
Cadeira 36

ROBERTO CARLOS BATISTA

PATRONO: José Dilermando Meireles
Cadeira 124

ROBERTO CASTELLO

PATRONO: Marechal José Pessoa
Cadeira 117

ROMILDO TEIXEIRA DE AZEVEDO

PATRONO: Frei Caneca
Cadeira 129

RONALDO COSTA COUTO

PATRONO: Antônio Francisco Lisboa
Cadeira 128

RONALDO PINHEIRO ROCHA

PATRONO: Pe. Antônio Tomaz
Cadeira 71

RONALDO POLETTI

PATRONO: Donald Belcher
Cadeira 48

RUY MONTENEGRO

PATRONO: Cláudio Santoro
Cadeira 92

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

PATRONO: Duque de Caxias
Cadeira 18

TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA

PATRONO: Joaquim Cardozo
Cadeira 25

TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS

PATRONO: José Bonifácio de Andrada e Silva
Cadeira 6

VAMIREH CHACON

PATRONO: Joaquim Nabuco
Cadeira 121

VERA RAMOS

PATRONO: Ernesto Ule
Cadeira 34

VICTOR ALEGRIA

PATRONO: Fernão Dias Paes Leme
Cadeira 15

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

PATRONO: Parsifal Barroso
Cadeira 69

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

PATRONO: Joaquim Felício dos Santos
Cadeira 111

WILON WANDER LOPES

PATRONO: Íris Meinberg
Cadeira 50.

SÓCIOS EMÉRITOS

Maria Luiza Dornas
Pedro Henrique Lopes Bório

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio Soares Neto
Arno Wehling

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antonio José Matias de Sousa
Eliana Pedrosa
Elson Cascão
Laudenor de Sousa Limeira
Luiz Imbroisi
Oswaldo Sergio Balbino dos Santos (Dinho)

SÓCIOS LICENCIADOS

Adison do Amaral
Branca Bakaj
B. de Paiva
Flávio Mendes de Oliveira Castro
Luiz Van Beethoven Benício de Abreu
Marcone Formiga

Este Número 9 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal foi impresso em outubro de 2019, em papel xxxxxxxx, na tipologia Garamond Premr Pro, corpos 24, 15, 14, 12, 11 e 10,5, na oficina da xxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxxxxxx.

